

CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL RURAL

MISSÕES RURAIS DE EDUCAÇÃO
A EXPERIÊNCIA DE ITAPERUNA



SERVIÇO DE
INFORMAÇÃO
AGRÍCOLA

1952

NÃO é só a terra, porém, que precisa ser preservada e melhorada. É o próprio homem que urge tirar do atraso, da ignorância e da rotina no modo por que cultiva a terra e cria os rebanhos. e em sua própria vida social. Essa recuperação da terra e da economia pela valorização do homem não será possível sem um esforço educativo de base, capaz de envolvê-lo com a família e o próprio meio social onde vive. Tarefa de educação fundamental, terá que ser desenvolvida contando-se com a cooperação, a participação direta e os esforços das populações rurais.

O Serviço Social Rural, que se deseja criar, deverá ser veículo para levar ao interior condições de estabilidade, indispensáveis a uma situação de equilíbrio que deve haver em uma nação de tradição rural como o Brasil. Deverá prever a distribuição de serviços, onde mais aconselhável para começar. procurando abranger especialmente. direta ou em articulação com órgãos existentes, os setores agropecuários, médico-sanitários, economia doméstica. artesanato, recreação, indústrias rurais caseiras e a educação de base para homens, mulheres e crianças. além do fortalecimento da vida cívica e social das comunidades.

Ministro João Cleophas

Exposição de motivos ao anteprojeto criando o serviço Social Rural.

Manoel F. de S.

MISSÕES RURAIS DE EDUCAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL RURAL

MISSÕES RURAIS DE EDUCAÇÃO
A EXPERIÊNCIA DE ITAPERUNA

**UMA TENTATIVA DE ORGANIZAÇÃO
DA COMUNIDADE**



Série Estudos Brasileiros — N° 3

BRASIL
RIO DE JANEIRO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
1952

SÃO AUTORES DÊSTE TRABALHO OS MEMBROS DA EQUIPE QUE
CONSTITUIU A 1ª MISSÃO RURAL DE EDUCAÇÃO,
EM ITAPERUNA:

José Irineu Cabral — Coordenador

Plínio Luppi — Agrônomo

Aylda Faria da Silva Pereira — Assistente Social

Ruth Guedes — Especialista em Economia Doméstica

Yonita Ascenço Torres — Enfermeira Sanitarista

I N D I C E

<i>Apresentação</i> — José Irineu Cabral	11
Primeira Parte — Planejamento	
Cap. I — A EQUIPE. SETORES DE TRABALHO	17
Atividades preparatórias	18
a) Estudo de diferentes experiências de trabalhos educacionais, métodos, técnicas e meios de atuação	19
b) Reconhecimento da área de trabalho	20
c) Elaboração das bases de organização e funciona- mento da 1. ^a Missão e dos seus programas	31
d) Organização e aquisição do equipamento bá- sico	22
e) Manutenção	22
Cap. II — ÁREA INICIAL DO TRABALHO. O MUNICÍPIO DE ITAPERUNA	23
Recursos naturais e sua exploração	24
Condições de exploração agropecuária ..	24
Regime de trabalho agrícola	26
Fomento e defesa agropecuária	27
Fornecimento de produtos alimentícios	27
Condições médico-sanitárias	28
Condições sociais	30
Segunda Parte — Atividades desenvolvidas. 1950-1951	
Cap. III — CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	35
Instalação	36
Horário	37
Reuniões da equipe	38

Atribuições	39
Primeiros trabalhos	39
Os núcleos de atuação	40
Orientação geral da Missão	41
Técnicas de trabalho	42
Documentação	44
Divulgação — Programas cinematográficos e musicais ..	45
Programas radiofônicos	46
Distribuição de folhetos, monografias e cartazes	47
CAP. IV — ATIVIDADES DO SETOR AGROPECUÁRIO	48
Na sede municipal:	
Articulação com os serviços locais e com agricultores	48
Colaboração eventual	48
Na zona rural:	
Extensão agrícola	49
Clubes agrícolas infantis	50
Demonstrações	52
Atuação em 1951	53
Conclusões e sugestões	53
Cap. V — ATIVIDADES DO SETOR DE ECONOMIA DOMÉSTICA	57
Na sede municipal:	
Cursos de economia doméstica	57
Orientação técnica às instituições	58
Contacto com alunas do Curso Normal	61
Distribuição de material	62
Visitas	62
Na zona rural:	
Indústrias caseiras	63
Cozinhas escolares	64
Corte, costura, trabalhos manuais	65
Palestras educacionais	66
Conclusões e sugestões	66
Cap. VI — ATIVIDADES DO SETOR MÈDICO-SANITÁRIO	69
Na sede municipal:	
Cursos	69
Articulação com serviços oficiais e particulares	70
Semana da criança	71

Na zona rural:	
Visitas domiciliars	72
Postos médicos	73
Cursos	73
Vacinações	74
Campanhas	75
Clubes agrícolas — Reuniões gerais	76
Conclusões e sugestões	76
Cap. VII — ATIVIDADES DO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL	78
Na sede municipal:	
Contacto com as instituições sociais e serviços administrativos	80
Cursos	81
Colaboração eventual	84
Na zona rural	
Visitas domiciliars	85
Ação junto às escolas	86
Ação junto aos Clubes Agrícolas	88
Recreação	90
Teatro infantil	91
Ação educacional junto aos adultos	91
Conclusões e sugestões	92
Cap. VIII — ATIVIDADE CONJUNTA DA EQUIPE	96
Na sede municipal:	97
As comissões	100
Colaboração com as instituições sociais	104
Festas sociais	106
Na zona rural	107
A organização dos moradores	109
Os centros Sociais Rurais	110
Sede dos Centros. Eleição das diretorias	112
Primeiras providências	113
Colaboração oficial e particular	116
Características dos Centros Sociais Rurais da Associação Médico-Social N. S. da Penha	118

Terceira Parte — Análise de trabalho

Cap. IX — ANÁLISE DO TRABALHLO	129
Quanto à equipe	129
Quanto à duração da missão	130
Quanto à permanência dos núcleos de atuação ..	131
Quanto à época mais conveniente para o trabalho	131
Quanto aos dias e horas mais favoráveis	132
Quanto ao planejamento	132
Quanto à pesquisa social	136
Quanto à atitude em face da comunidade	137
Quanto à divulgação	138
Quanto ao equipamento básico e material de distribuição	139
Quanto ao custo da Missão	145
Quanto a situações particulares do meio ...	146
Inexistência de atividades sociais nas associações religiosas	150
Baixo nível educacional das populações rurais e au-	
sência de formação das elites	152
Carência de líderes nas comunidades	152
Crédito agrícola	153
Falta de cursos de preparação técnica	153
Deficiências de estradas e de meios de comunicação	154

Quarta Parte — Sugestões para a organização e funcionamento
de Missões Rurais de Educação

Cap. X — EM QUE CONSISTEM AS “MISSÕES RURAIS DE EDUCAÇÃO”	157
Princípios em que se baseiam	158
Objetivos gerais	158
Técnicas e meios de ação	159
Áreas de ação	160
Duração e permanência das missões na área ...	161
Estrutura e composição das Missões Rurais de Educa-	
ção	162
Constituição da equipe	162
Recrutamento. Seleção e treinamento de pessoal ...	165
Equipamento básico	167
Manutenção das missões	168
Instalação da equipe	168
Execução do trabalho	169
Normas gerais de ação	171
Fatores que podem interferir no trabalho ...	173

Rotina do trabalho da equipe	174
Reuniões da equipe	175
Registro das atividades	175
Descansos periódicos	176
Cap. XI — OBJETIVOS, PROGRAMAS E EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS	177
Setor agropecuário	177
Objetivos	177
Programa	178
Equipamento	180
Setor de economia doméstica	181
Objetivos	181
Programa	182
Equipamento	184
Setor de saúde	185
Objetivos	185
Programa	186
Equipamento	187
Setor de serviço social	188
Objetivos	188
Programa	189
Equipamento	190
Cap. XII — ALGUMAS SUGESTÕES PARA O SERVIÇO RURAL	191
Ambito de ação	191
Prioridade nas áreas de ação	192
Estrutura do Serviço Social Rural	193
Natureza dos serviços	193
Modalidades de ação	194
Pessoal técnico	194
Material	197
Apendice: INAUGURAÇÃO DO “CENTRO SOCIAL RURAL DE STO. ANTÔNIO DOS MILAGRES”	199

EM 1949 o Ministério da Agricultura foi convidado a participar do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado em Petrópolis e patrocinado pelo Governo Brasileiro, pela UNESCO e pela União Panamericana.

Na qualidade de delegado desse Ministério junto àquela reunião, tivemos oportunidade de conhecer e debater diversos sistemas educacionais nas Américas, especialmente algumas importantes experiências no campo da educação fundamental em meio rural.

O Seminário de Petrópolis, por outro lado, suscitou algumas iniciativas no Brasil, inclusive, por proposta nossa e do professor M. B. Lourenço Filho, então diretor do Departamento Nacional de Educação, a organização de um ensaio de educação de base visando à recuperação e ao desenvolvimento de comunidades rurais.

Em 1950, nos foi confiada a tarefa de coordenar essa experiência e o trabalho que agora divulgamos representa os seus primeiros resultados.

Cuidadosos estudos se procederam entre os Ministérios da Agricultura e Educação, responsáveis iniciais pela execução do trabalho, ficando, finalmente, decidido que:

a) o objeto principal da experiência seria obter-se o maior número possível de elementos que permitissem indicar, no plano nacional, diretrizes técnicas de processos educativos e assistenciais visando à melhoria das condições de vida econômica e social do meio rural;

b) o método utilizado no trabalho seria, de início, o de organização social da comunidade;

c) o instrumento de execução seria uma missão rural de educação de adultos;

d) o local, pelas suas condições econômico-sociais, seria o município de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro;

e) a conclusão do trabalho não seria considerada até que fossem indicados, claramente, observações e resultados positivos ou negativos sob o ponto de vista da ação educacional desenvolvida.

Já agora, quando são decorridos apenas dois anos, é possível divulgar, o que para nós constitui um grato dever, as observações e resultados iniciais obtidos na "experiência de Itaperuna".

As informações e sugestões aqui contidas não pretendem, em absoluto, indicar tôdas as soluções para os problemas da vida rural do País. Representam e recomendam simplesmente um processo que nos pareceu eficiente: a "organização social das comunidades", suscitada pela ação das "missões rurais de educação".

Será oportuno lembrar que essa experiência limitou-se tão somente ao município de Itaperuna. Algumas "missões rurais" e "centros sociais rurais", de que o público tem tomado conhecimento pela imprensa, não se prendem ao nosso trabalho, nem tampouco se assemelham aos processos e métodos utilizados pela 1ª Missão Rural.

Esclarecemos, entretanto, que as iniciativas recentes de organização de "missões rurais", no Rio Grande do Norte (Serviço de Assistência Rural), e no sul de Minas (Diocese de Campanha), receberam, diretamente, o nosso apóio e constituem, certamente, os primeiros frutos mais sérios da "experiência de Itaperuna".

Avoluma-se e cresce por todos os recantos do País, a convicção de que, está fundamentalmente na educação de base a esperança da melhoria das condições de vida eco-

nômica e dos níveis culturais das nossas populações cam-
pesinas.

Consideramos oportuno, exatamente nesse período di-
fícil que o Brasil rural atravessa, dar conhecimento às auto-
ridades e educadores, sugestões que já nos proporciona a
1ª Missão Rural de Educação.

Acresce a circunstância de que o Governô Federal está
aguardando apenas a aprovação, pelo Congresso, do pro-
jeto sôbre o Serviço Social Rural para iniciar, sob a ação
de um plano racional e conjunto, a árdua e difícil tarefa de
procurar desenvolver e recuperar as comunidades rurais
brasileiras.

Por outro lado, a maioria dos Governos Estaduais e
Municipais está pensando como ajudar o soerguimento geral
das condições de vida material e social do homem do
interior. Não deixa de ser também importante destacar a
séria preocupação que já manifestam inúmeras instituições
privadas pela sorte daquelas populações. Muitas delas até
já vêm tomando iniciativas concretas e objetivas, numa lou-
vável demonstração do quanto podem realizar em favor da
solução de muitos problemas do interior.

Quantos lerem êste trabalho, verificarão que a "expe-
riência de Itaperuna" está, ainda, em curso. Novos resultados
e observações poderão, futuramente, ser somados aos que
já foram colhidos.

Mesmo assim, o Serviço de Informação Agrícola do
Ministério da Agricultura que detêm a responsabilidade do
trabalho, sente-se no dever de amplamente divulgar os pri-
meiros elementos e dados dessa experiência, na certeza de
assim proporcionar, de modo especial, uma contribuição para
o Serviço Social Rural que, tão logo aprovado, deverá en-
cetar firmemente sua tarefa em favor das populações rurais
do nosso País.

Desejamos, finalmente, por questão de justiça, destacar
de modo muito particular, a dedicação, a capacidade profis-

sional e o espirito de equipe do grupo de técnicos que constituiu, até agora, a 1ª Missão Rural de Educação.

Ao mencionar os nomes do agrônomo Plínio Luppi; da Assistente Social, Aylida Faria da Silva Pereira; da Especialista em Economia Doméstica, Ruth Guedes, e da Enfermeira-Sanitarista, Yonita Ascenço Torres, temos como objetivo prestar-lhes a homenagem a que têm direito.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1952

JOSE IRINEU CABRAL

Diretor do Serviço de Informação Agrícola;
Coordenador da 1.ª Missão Rural de Educação.

PRIMEIRA PARTE
PLANEJAMENTO

CAPITULO I

A 1ª Missão Rural tem como objetivo definido realizar, no meio rural, uma séria experiência de educação de base que, pelos seus resultados, possa servir de diretriz para a organização de unidades semelhantes noutros pontos do território nacional. O seu programa geral visa promover, através da educação, a melhoria das condições de vida das populações rurais, em todos os seus aspectos.

Para a execução desse programa educacional foi idealizada uma unidade que reuniu técnicos de variadas especializações, trabalhando em equipe. Esse encargo coube ao Coordenador da 1ª Missão Rural, na qualidade de representante dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Saúde.

A equipe — Setores de trabalho

Aprovado o plano geral do trabalho pelos dois Ministérios, deu-se começo ao planejamento da 1ª Missão Rural. A providência inicial consistiu no recrutamento dos técnicos que deveriam integrar a equipe. A escolha de profissionais, que reunissem as qualidades exigidas para um trabalho de natureza essencialmente educativa, não se fez sem grandes dificuldades. Ainda mais, previa-se que, da capacidade do pessoal, muito dependeriam os resultados do trabalho. Resolvida, finalmente, esta questão, ficou a equipe assim constituída:

Especialistas:

- 2 — agrônomos
- 1 — veterinário

- 1 — médico
- 1 — enfermeira sanitarista
- 1 — especialista em economia doméstica e indústrias rurais caseiras
- 1 — assistente social.

Auxiliares:

- 1 — operador de rádio e cinema
- 1 — motorista.

Para efeito da execução do trabalho, foram as atividades correspondentes às especializações afins agrupadas em setores, assim denominados:

- a) — setor agropecuário (agrônomos e veterinário)
- b) — setor médico-sanitário (médico e enfermeira)
- c) — setor de economia doméstica (especialista em economia doméstica e em indústrias rurais caseiras).
- d) — setor de serviço social (assistente social).

Atividades preparatórias

Em princípios de abril de 1950, a equipe começou propriamente o planejamento do seu futuro trabalho. Até esse momento, excetuando a equipe, recém-constituída, nenhum outro elemento concreto havia que servisse de base à sua organização. Era preciso, portanto, consubstanciar a idéia da 1ª Missão

O planejamento se processou em três meses, com reuniões diárias dos técnicos. As questões consideradas e solucionadas nesse período foram as seguintes:

- a) — estudo de diferentes experiências de trabalhos educacionais, métodos, técnicas e meios de atuação
- b) — reconhecimento da área de trabalho
- c) — elaboração das bases de organização e funcionamento da 1.ª Missão e dos programas

- d) — organização e aquisição do equipamento básico
- e) — manutenção.

a) ESTUDO DE DIFERENTES EXPERIÊNCIAS DE TRABALHOS EDUCACIONAIS, MÉTODOS, TÉCNICAS E MEIOS DE ATUAÇÃO

Os membros da equipe procuraram trazer, nesta etapa do planejamento, a maior contribuição possível, uns com a experiência de trabalho educacional, outros com o conhecimento do meio rural, para, em conjunto, serem traçadas as bases gerais do trabalho. Além disso, a fim de chegar a uma conclusão segura relativamente à modalidade de trabalho a ser adotada, aos métodos, técnicas e meios a serem empregados, dedicou-se a equipe ao estudo minucioso de documentação referente a experiências similares levadas a efeito no estrangeiro, assim como a ensaios do mesmo gênero em curso em nosso País. Ainda com o mesmo objetivo, foram consultadas várias pessoas cuja experiência profissional pudesse trazer uma contribuição a êsse estudo.

Desde o início ficára estabelecido que o tipo de trabalho a realizar seria o de "educação de base". Tratava-se, portanto, de precisar sob que forma deveria êste ser efetivado, em nosso meio, atendendo à realidade da área.

Dos estudos então efetuados, decidiu-se que seria experimentado o processo de "organização social de comunidade", aplicado ao meio rural, utilizando a equipe, de acôrdo com as circunstâncias, as técnicas de ação individual e de trabalho em grupo, com o objetivo de despertar a comunidade. Os instrumentos de trabalho seriam todos os que estivessem ao alcance da Missão: contactos pessoais, visitas domiciliares, reuniões, aulas, demonstrações, campanhas, atividades em grupo, projeções de filmes e diafilmes educativos, programas radiofônicos e, conforme as condições do meio, até mesmo a prestação de alguns serviços assistenciais que serviriam de motivo para atrair as populações à esfera de influência da equipe.

Assim, por exemplo, previu-se que seria inevitável prestar, em caráter de emergência, alguma assistência médica às populações rurais desprovidas de recursos, bem como a distribuição de sementes aos lavradores, fornecimento de algum material de en-

sino às escolas da zona rural e de economia doméstica às donas de casa.

Fixou-se ainda que a Missão, além de funcionar como unidade educativa, teria a atribuição de informar os órgãos superiores, nas três esferas administrativas, sobre os problemas ou casos locais de que viesse a ter conhecimento direto.

b) RECONHECIMENTO DA ÁREA DE TRABALHO

A experiência, conforme determinação prévia dos Ministérios, deveria iniciar-se pelo município de Itaperuna, estendendo-se, posteriormente, aos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, ainda no Estado do Rio, Tombos e Muriaé, em Minas Gerais, Guaçu e São José do Calçado, no Espírito Santo, escolhidos para área teórica de atuação.

Por outro lado, compreendendo a área municípios limítrofes, teve-se em vista, com o desenvolvimento dos trabalhos, a cooperação dos três governos estaduais.

Além disso, ao mesmo tempo que se tratava de uma zona nitidamente rural, a distância da Capital da República — cerca de 450 km — permitia um contacto, tanto quanto possível, regular com os órgãos centrais.

Itaperuna foi considerado o mais indicado para ponto de partida da experiência, não só pelos seus índices demográficos, extensão territorial ou importância econômica, mas principalmente, pela grande variedade de situações econômico-sociais em que vivem as populações dos seus distritos onde, não distante de comunidades prósperas e evoluídas, encontram-se outras decadentes e subdesenvolvidas. Esse aspecto pareceu aos promotores da iniciativa interessante para um trabalho experimental de profundidade que deveria ser, principalmente, de recuperação e desenvolvimento de pequenas comunidades rurais.

Julgando ser fundamental ao futuro planejamento do seu programa — que deveria ser traçado à base da realidade — efetuou a equipe uma viagem de reconhecimento à área. Constatou de uma visita a todos os municípios acima referidos, tendo-se detido, para um contacto mais demorado, no de Itaperuna. Aproveitou a oportu-

tunidade para travar as primeiras relações com o meio, colhendo os dados que interessavam e iniciando uma certa preparação psicológica do ambiente.

Pôde a equipe constatar a existência de um conjunto de fatores que justificavam um trabalho experimental de educação de base.

c) ELABORAÇÃO DAS BASES DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA 1ª MISSÃO E DOS SEUS PROGRAMAS

Em sucessivas reuniões de estudo foi possível traçar as bases preliminares pelas quais se orientaria a Missão, bases essas já agora revistas à luz da experiência realizada e que constam da parte final desta publicação. Do mesmo modo, foi preparado um programa flexível de ação, correspondente às especializações dos membros da equipe e coerente com os problemas vitais e as condições peculiares da área onde iria atuar. Cada setor, considerando as tarefas específicas que seriam de sua atribuição, elaborou um programa geral de atividades a serem desenvolvidas, que comportasse retificações posteriores, conforme indicasse o desdobramento do trabalho.

A equipe procurou, sempre, basear seus programas na realidade e na prática, a fim de que pudesse chegar a resultados positivos ou negativos acêrca dos métodos e técnicas utilizados na sua execução.

Dai a flexibilidade do planejamento, sobretudo por se tratar de uma experiência inteiramente nova entre nós.

Como ponto comum aos programas dos quatro setores, figuraria a realização de duas pesquisas sociais que revelassem os diferentes aspectos da vida rural. A primeira seria levada a efeito no início do trabalho e serviria de termo de comparação com a segunda a se efetuar posteriormente. Com essa finalidade, os técnicos da equipe confeccionaram "fichas" correspondentes aos objetivos do estudo.

d) ORGANIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO BÁSICO

A última fase do planejamento constou da seleção e aquisição do material com que se deveria contar.

O material consistiu em equipamento para uso geral da Missão e em equipamento especializado relativo a cada setor.

Assim, pôde a equipe dispor, desde o início de:

- 2 viaturas para transporte de pessoal e de material
- projetores de filmes de 16 mm e dois projetores de diafilmes
- conjunto de amplificação
- coleção de discos, filmes, diafilmes e material de educação audiovisual.
- biblioteca especializada de consulta, para os técnicos da Missão
- equipamento especializado para uso dos setores. (A discriminação virá apresentada com os programas dos setores).

e) MANUTENÇÃO

A Missão não poderia prescindir de certos recursos financeiros, pois, pela própria natureza do seu trabalho, a equipe deveria movimentar-se constantemente, da sede para os distritos, acarretando isso despesas de combustível, lubrificantes, reparos, além de outras inevitáveis, com material, pagamento de serviços etc. Daí a necessidade de provimento regular de pequenas dotações mensais feitas à base de orçamento prévio.

CAPÍTULO II

ÁREA INICIAL DO TRABALHO

O Município de Itaperuna

Tendo em vista possibilitar aos interessados melhor compreensão acêrca da experiência de Itaperuna, julgou-se conveniente apresentar uma visão geral dos aspectos geográfico, econômico e social de área trabalhada.

Situado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, o território do município compreende uma região topograficamente acidentada, apresentando, entretanto, numerosas planícies e várzeas, localizadas, principalmente, nas proximidades dos rios Muriaé e Carangola.

Dista da Capital Federal 450 km, percurso êste coberto por estrada de rodagem em 10 ou 12 horas.

O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina e por extensa rede rodoviária. Entretanto, excetuada a R.J.30, que liga Itaperuna a Campos, as demais estradas tornam-se precárias na época das águas.

Funcionam regularmente numerosas linhas de ônibus e limousines para as localidades vizinhas, para Niterói e Distrito Federal.

Como meios de comunicação, dispõe o município de rede de agências-postais-telegráficas, rede telefônica e uma emissora de rádio.

Administrativamente está dividido em 6 distritos: Itaperuna, N. S. da Penha, Lage do Muriaé, Itajára, Comendador Venâncio e Retiro do Muriaé.

A superfície total é de 1.332,025 km².

A população do município, segundo o censo de 1950, é de 75.011, incluindo 9.083 habitantes da sede. É de notar que cerca de 80% daquele total está localizado na zona rural. O 2º distrito, N. S. da Penha, onde a atuação da Missão foi mais intensa, conta com 14.502 moradores, distribuídos em dois núcleos principais.

A altitude do município é variável, estando as suas terras situadas, em média, a 150 ms acima do nível do mar.

O clima é bom, posto que muito quente em certas épocas do ano. Em regiões de baixada apresenta características de insalubridade.

RECURSOS NATURAIS E SUA EXPLORAÇÃO

O solo, que na maior parte do município é fértil, pode ser mencionado como o recurso natural básico. Todavia, já se percebem evidentes sinais de empobrecimento nas zonas em que a sua exploração tem sido mais intensa. Predominam os solos de origem granítica. Importantes depósitos calcários existentes não foram ainda aproveitados para a correção dos solos. Têm apenas fornecido matéria prima para a fabricação de cal e cimento.

As florestas, com essências de várias espécies, representam hoje apenas fração mínima da área primitiva.

Condições de exploração agropecuária

A agricultura do município é tipicamente mista, predominando a exploração propriamente agrícola. A pecuária, embora em segundo plano, é também importante.

Existem cerca de 4.000 propriedades agrícolas. As grandes e médias fazendas são pouco numerosas; representam, entretanto, uma percentagem apreciável sobre a área total do município.

Cerca de dois terços das terras são montanhosas. O terço restante compreende as vargens e terrenos ondulados onde é possível a mecanização agrícola.

Com relação aos métodos adotados na agricultura há, em primeiro lugar, a consignar uma visível separação entre a maio-

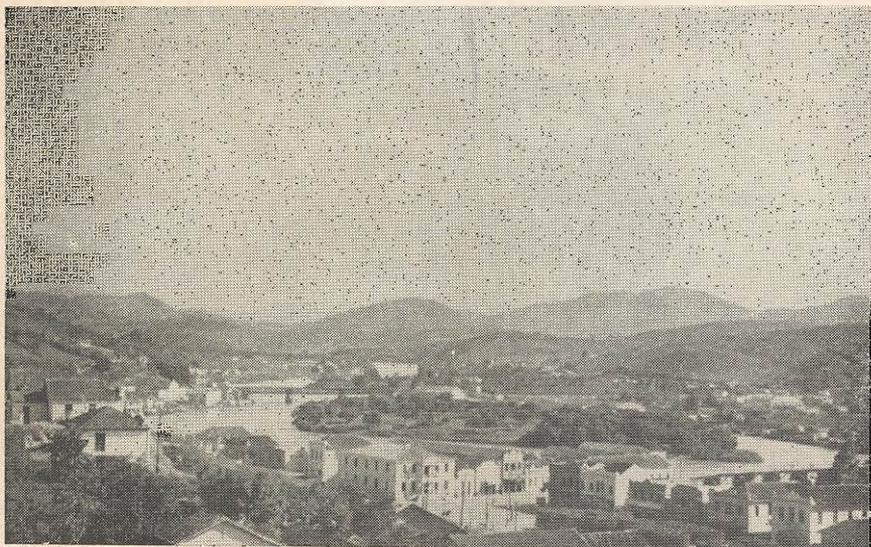


Foto 1 — Vista parcial da cidade de Itaperuna e sede do Município

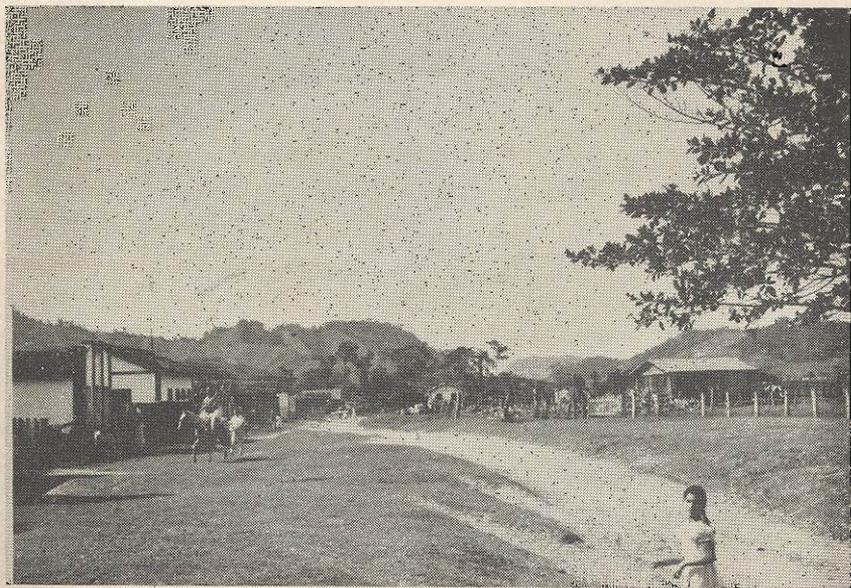


Foto 2 — Aspecto de um povoado na zona rural



Foto 3 — Trecho da Rodovia RJ-30, a principal da região, percorrida apenas parcialmente por quem se dirige à zona rural.

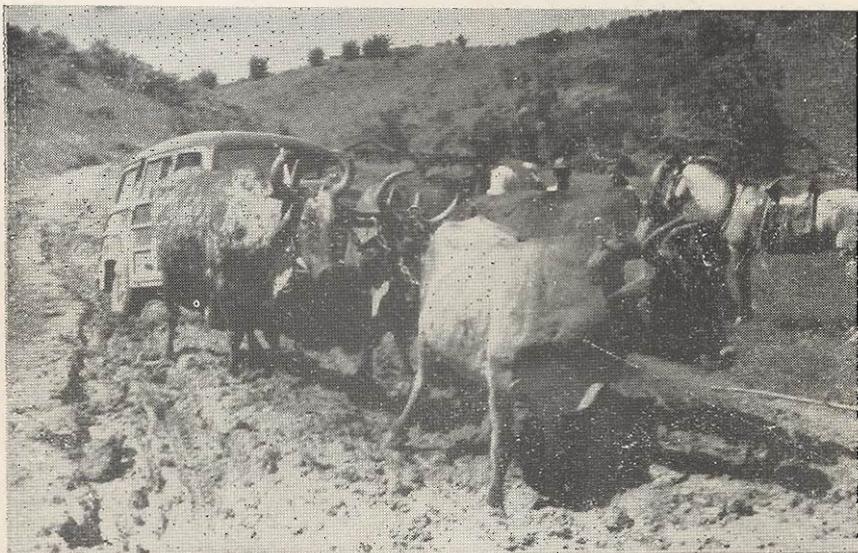


Foto 4 — Estrada na época das chuvas, podendo-se observar juntas de bois auxiliando a retirada da camionete da Missão, de um atoleiro.



Foto 5 — Aspecto da topografia geral das terras

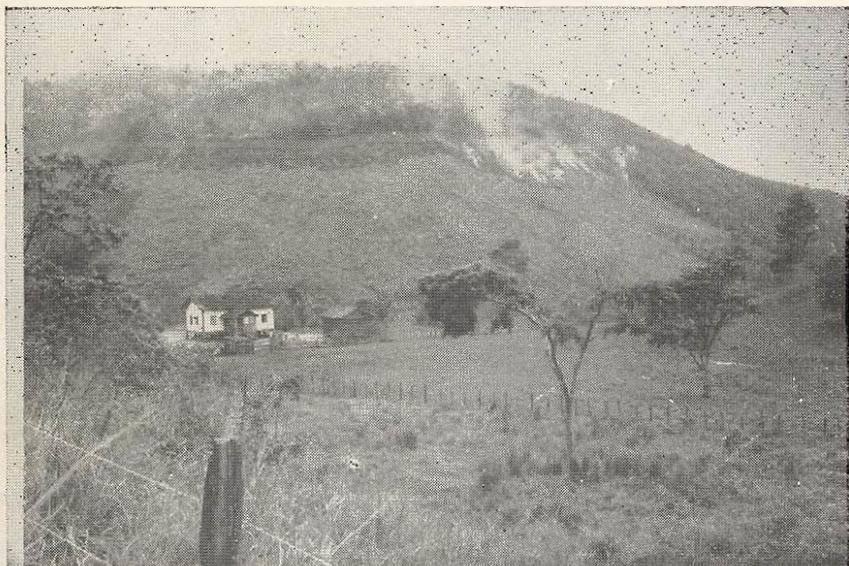


Foto 6 — Queimada — Uma das práticas usuais na região e que conduz ao empobrecimento do solo.



Foto 7 — Cultura de algodão feita por processos rotineiros; aspecto comum na região.

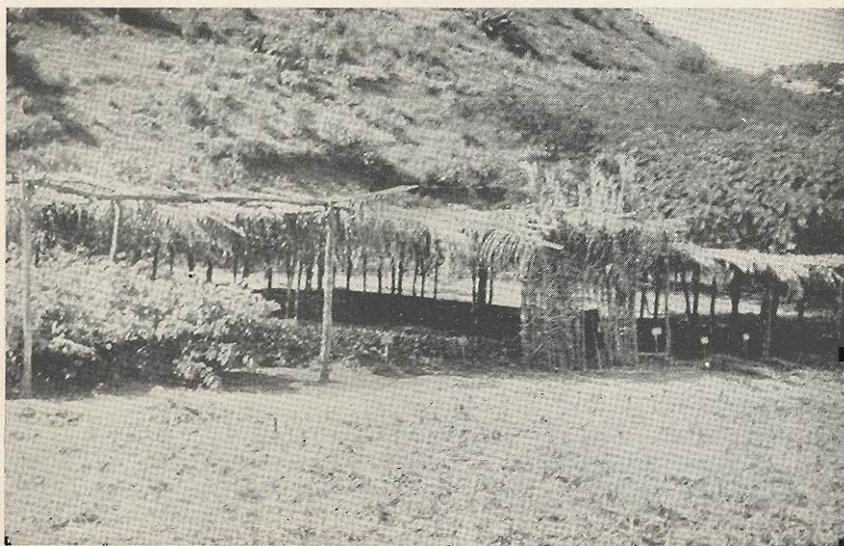


Foto 8 — Viveiro — Produção de mudas para formação de novos cafêzais, numa propriedade particular.

ria dos pequenos agricultores e um limitado número de médios e grandes fazendeiros. Entre os primeiros, a exploração agrícola se faz, em geral, em condições precárias. Excetuando o arado, não é difundido entre êles o uso de máquinas agrícolas simples; desconhecem a importância das práticas de conservação do solo, de adubação, de rotação das culturas, de emprêgo de sementes selecionadas etc.

Entre os segundos, entretanto, encontra-se pequeno grupo de lavradores esclarecidos e progressistas que muito está contribuindo para a modificação do nível técnico da agricultura no município.

Assim, vem sendo firmemente intensificada a motomecanização pela introdução crescente de conjuntos motorizados. O plantio do arroz sob irrigação é prática que está sendo progressivamente adotada com sucesso.

Espera-se que, seguindo êsse exemplo, os pequenos lavradores, orientados pela ação do poder público e amparados pelo crédito, apresentem num futuro não distante, sensíveis melhorias nas condições de trabalho e de vida.

Entre as principais pragas e doenças das culturas citam-se a broca do café, a saúva, o coruquerê e a lagarta rosada.

Passando em revista as principais culturas do município podemos citar:

Arroz — É atualmente a mais importante pelo vulto e valor da produção. Está sendo pouco a pouco mecanizada e executada sob irrigação.

Café — Em virtude do esgotamento do solo, a produção vem decaindo. Nota-se, entretanto, vivo interêsse pela renovação e ampliação dos cafezais. Há em curso vários ensaios de sombreamento. Itaperuna já foi o município maior produtor de café no País.

Milho — É uma cultura em expansão. As sementes híbridas tiveram boa aceitação. Grande parte do milho produzido tem consumo local na alimentação de aves, suínos etc.

Algodão — A cultura teve rápido desenvolvimento no município. Atualmente, em virtude de vários fatores, entrou em decadência e está a exigir a assistência técnica do Governo.

Outras culturas existentes em menor escala, no município são as da cana, do feijão, do tabaco, das hortaliças etc.

Pecuária — As condições da exploração pecuária não apresentam níveis superiores aos da agricultura pròpriamente dita.

Entre as principais criações da região encontram-se as de bovinos, suínos, equinos, muares e caprinos. A produção de aves é considerável, mas a sua criação faz-se extensivamente, sem preocupação de ordem técnica.

A atividade criatória mais importante é a de bovinos de corte, de raças mestiças comuns. Nas proximidades da cidade, onde se acham localizadas as instalações de laticínios da Cooperativa Agropecuária, vem se desenvolvendo firmemente a criação de gado leiteiro.

São pouco difundidas as práticas da fenação e do uso de rações balanceadas. A vacinação sistemática não é adotada, nem tampouco são observados os mais rudimentares cuidados higiênicos com os rebanhos, por isso, é grande a perda de animais. As zoonoses mais comuns são, entre os bovinos, a pneumoenterite, o carbúnculo sintomático, a aftosa etc., e entre os suínos a pneumonia e a peste suína. As verminoses e ectoparasitoses são endêmicas.

Regime de trabalho agrícola

Podem ser encontradas no município várias modalidades de trabalho rural: colonato, parceria agrícola e salário diário. Daí as seguintes denominações dos trabalhadores rurais: colono, meieiro, terceiro, diarista etc. Via de regra os contratos de trabalho são verbais.

Na maioria dos casos o que se observa é uma combinação de dois ou mais dos sistemas citados.

O regime de colonato é quase sempre adotado para a cultura cafeeira e nele o proprietário entrega ao trabalhador determinado

número de cafeeiros para tratar. Em geral o colono pode dispor de terras para seu plantio exclusivo. A parceria agrícola é adotada, em geral, para as culturas anuais. O assalariado é o que recebe por dia de trabalho, livre ou cativo, isto é, sem refeições ou com elas.

Fomento e defesa agropecuária

Há no município várias entidades oficiais e uma particular destinadas ao fomento e defesa agropecuária: Posto Agropecuário, 13ª Residência Agrícola, Divisão de Engenharia Rural, Inspetoria Veterinária, Serviço de Combate à Broca do Café, Usinas de Preparo de Café, Usina de Industrialização da Mandioca e Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda.

No setor industrial há a consignar grande número de pequenos estabelecimentos nos seguintes ramos de fabricação: aguardente, açúcar e álcool, rapadura, máquinas de benefício de café e cereais, serrarias, olarias etc.

A indústria de laticínios destaca-se pela produção da manteiga.

O comércio do município é ativo, contando com numerosos estabelecimentos que operam, tanto por atacado como a varejo, nos seguintes ramos: café, tecidos; cereais, açúcar, ferragens, águas minerais etc.

Além da Caixa Econômica Federal, operam no município 6 estabelecimentos bancários e 6 outros nêle mantêm correspondentes. Sômente o Banco do Brasil, entretanto, tem carteira especializada para operações de crédito agropecuário.

Fornecimento de produtos alimentícios

Não existem na região feiras livres nem mercado municipal. As quitandas são pequenas e não respondem às necessidades no que se refere a frutas e legumes, em consequência da falta generalizada do hábito de consumo desses produtos. Pode-se registrar, contudo, ter havido uma certa modificação nêsse aspecto, com o aparecimento de maior quantidade de hortaliças para consumo local.

Os armazéns de gêneros alimentícios da sede municipal são bem abastecidos. Na zona rural, são supridos com alguns gêneros adquiridos na cidade e outros poucos de produção local. Os preços em ambos os casos são elevados e inacessíveis às pessoas de poucos recursos.

O abastecimento de carne na cidade é feito regularmente. Na zona rural, é consumida em grande escala a carne de porco, sendo a de gado difícil de ser obtida. Geralmente o criador vende o gado diretamente ao matadouro, o que lhe confere maior lucro. Na zona rural, o gado é abatido ocasionalmente, havendo povoados em que a carne só é vendida com espaço de 2 e até 4 meses.

O leite é distribuído na cidade pela Cooperativa local, sendo todo examinado e pasteurizado, porém a quantidade não é suficiente, em consequência da exportação. A parcela fornecida diretamente pelos produtores aos consumidores não está sujeita a nenhum exame pela saúde pública. Na zona rural, raramente tomam leite de vaca. Algumas famílias possuem cabras para alimentação das crianças menores.

A produção de aves e ovos é razoável, entretanto, o consumo doméstico é limitado, em virtude da exportação, e também do fator ignorância.

Há carência de produção variada de hortaliças e frutas e desconhecimento do valor das hortas e pomares.

A pequena indústria alimentícia não é quase desenvolvida, existindo, entretanto, alguma na sede do município. Merece ser mencionada a industrialização da farinha. Poucas têm instalação adequada, observando certos princípios de higiene.

A indústria caseira quase não existe no interior; aliás é evidente a despreocupação pelo aproveitamento da matéria prima. Em algumas fazendas encontra-se um pequeno desenvolvimento de indústrias; entretanto, os processos adotados são sempre elementares e empíricos.

CONDIÇÕES MÉDICO-SANITÁRIAS

O quadro real das condições de vida dos habitantes do município, sob o ponto de vista de saúde e higiene, apresenta sérias

deficiências, atenuadas na cidade de Itaperuna pela presença da sede do Distrito Sanitário e de um número elevado de médicos ali radicados. Além disso, o melhor nível da população e a existência da rede de esgotos concorrem para amenizar a situação. A cidade dispõe de moderno processo de cloração para tratamento da água.

Já as populações dos povoados da zona rural ressentem-se da falta de recursos materiais e da inobservância dos preceitos de higiene capazes de assegurarem defesa da saúde. Dos seis distritos, apenas dois possuem Postos de Higiene, apresentando-se, por conseguinte, em melhores condições que os demais.

A higiene, entre os moradores da zona rural, torna-se precaríssima, pela ausência de água corrente, banheiros e latrinas.

As casas são ainda, em sua maioria, de pau a pique, com piso de terra batida e cobertura de sapé, excetuando-se os núcleos de maior concentração, onde se encontram construções de alvenaria.

A promiscuidade das pessoas com os animais domésticos é absoluta, resultando daí graves e constantes ameaças à saúde. A falta de conhecimento e da prática de hábitos higiênicos faz com que seja precária a higiene pessoal, sobretudo nas crianças que geralmente se apresentam com cabelos compridos, sujos e roupas em mau estado.

A água de que se servem, quer para beber quer para uso doméstico, é retirada de cacimbas ou fontes, em geral desprotegidas, não oferecendo dessa forma nenhuma garantia contra a poluição. Pior ainda é a dos "valões", freqüentemente usada para todos os fins, sem qualquer tratamento.

Na região não se observa atualmente a incidência de doenças transmissíveis em caráter endêmico, havendo, porém, surtos de tifo e de algumas doenças eruptivas.

Um dos problemas mais graves do município é o da tuberculose, para o qual não existe, contudo, nenhum recurso local, assim como para casos frequentes de lepra.

A alimentação, pela falta de verduras e frutas, carne, leite e ovos é deficiente em elementos plásticos e reguladores, dando, em resultado, diferentes tipos de doenças de carência, o que é

comum na região, observando-se alta incidência de verminoses e anemia secundária.

A classe pobre alimenta-se precariamente, não só em virtude da ignorância, como pela carência de recursos. Na cidade, embora melhor a situação, ainda é deficiente qualitativamente.

As instituições escolares não possuem serviço alimentar organizado. Nota-se também um elevado coeficiente de mortalidade infantil.

A atuação do Distrito Sanitário IV, não obstante os incansáveis esforços do seu chefe, tem a eficiência e rendimento reduzidos em virtude da grande área a ser atendida e dos limitados recursos de que dispõe.

CONDIÇÕES SOCIAIS

Do ponto de vista da convivência humana, a situação do município não é das melhores. Faltam, quase por completo, os elementos socializadores, tais como clubes, teatros, cinemas, praças de esporte, tanto para adultos como para adolescentes e crianças.

A cidade de Itaperuna conta com apenas um cinema, um clube recreativo, dois outros para a prática exclusiva do futebol. Nos distritos, a situação é ainda pior, porquanto a maioria deles não dispõe nem ao menos de cinema semanal.

A ausência de espírito associativo nota-se de maneira flagrante na sede do município e em alguns distritos, isolando completamente as famílias e até mesmo aqueles que se dedicam a idênticas atividades profissionais. O divertimento que parece interessar mais a população é representado pelos bailes.

As festas de outro caráter são ocasionais e não conseguem, em geral, manter o interesse por muito tempo. Em um ou outro distrito há festas tradicionais que se realizam anualmente. O elemento jovem não se caracteriza pelo espírito de iniciativa e pelo entusiasmo em torno de qualquer manifestação de arte. Uma única biblioteca existente — a municipal — encontra-se desorganizada, não tendo frequentadores, além de uns poucos ginásianos.

Percebe-se a ausência quase absoluta de interesse pela vida cívica. São raras as comemorações das datas nacionais. A principal manifestação é a intensa atividade politico-partidária do município. À convocação para o serviço militar responde insignificante número de rapazes.

Predomina no município a religião católica, representada por duas paróquias, assistidas por três sacerdotes.

Apesar de ser grande a população católica, a prática da religião não é significativa. São várias as associações religiosas, porém, nenhuma desenvolve qualquer atividade de caráter social.

A assistência religiosa às populações da zona rural é insignificante e, em alguns pontos, inexistente.

O protestantismo é florescente em certos pontos do município, havendo núcleos em que predomina. Entre as denominações evangélicas destaca-se a Batista. As igrejas evangélicas provêm de assistência os seus membros.

O vigário da paróquia do 1º distrito está empenhado, individualmente, na construção de um asilo para velhos e de um patronato agrícola para menores.

Excetuando-se aquelas que fazem parte dos quadros normais da organização social do município, tais como: Distrito Sanitário, Postos de Higiene e Escolas, muito poucas instituições sociais são encontradas. As escolas primárias são em número insuficiente em vista da população infantil e, em geral, mal localizadas.

O ensino, excetuando os grupos escolares, estende-se apenas até à 3ª série primária, mesmo em localidades de densa população infantil. Há no município apenas um estabelecimento de ensino secundário, instituição privada, onde funciona também o curso normal. O magistério primário é numeroso, mas concentrado na sede municipal e nos distritos onde funcionam grupos escolares.

A zona rural carece enormemente de professoras primárias, havendo escolas estaduais servidas por moças que nem sequer o curso primário possuem.

As obras sociais propriamente ditas são em número reduzido e os benefícios que prestam muito limitados.

A situação da família no meio rural é grave do ponto de vista de sua constituição. O casamento civil é procurado de maneira relativa, sendo dois os principais fatores responsáveis: a ignorância e as dificuldades decorrentes do processo de habilitação. Muitas uniões se fazem com a intenção de serem regularizadas mais tarde, porém, o tempo passa e isso não se verifica.

Quanto ao casamento religioso, é menos procurado, uma vez que dificilmente os interessados podem ir à cidade em busca do sacerdote ou este se dirige à roça, o que é ainda mais raro, especialmente em certos distritos. Nas regiões onde predomina o protestantismo, nota-se mais facilidade para a realização do casamento religioso, pela presença do pastor, em geral, residindo na própria localidade.

A família é, de ordinário, numerosa. São comuns as que contam 10, ou mais filhos. Encontram-se com frequência agregados.

Tanto na cidade como na roça o casamento é precoce. O problema da restrição à natalidade não se faz sentir de forma aguda.

É comum os filhos e filhas casados viverem sob o teto paterno e até certo ponto ainda sujeitos à autoridade do pai.

A mulher tem uma situação inferior, pois a autoridade é exercida, na família, quase exclusivamente pelo chefe. As crianças de ambos os sexos participam ativamente dos trabalhos domésticos e das atividades agrícolas.

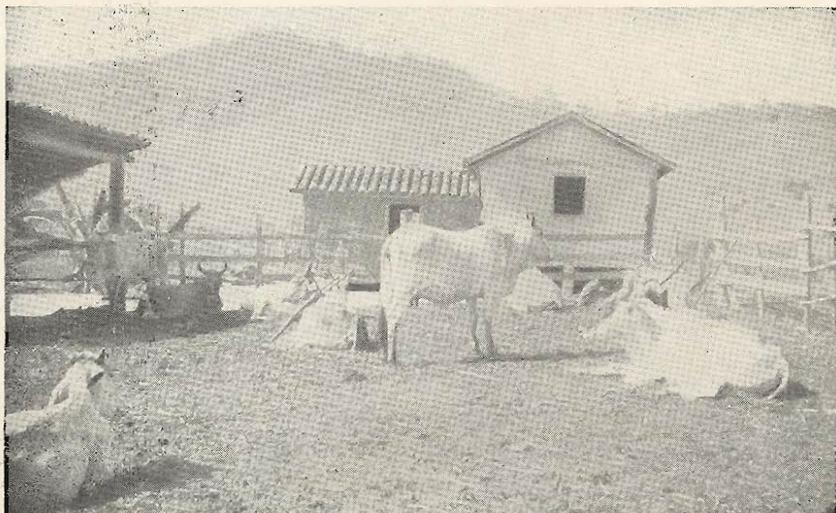


Foto 9 — Gado leiteiro numa pequena propriedade da zona rural

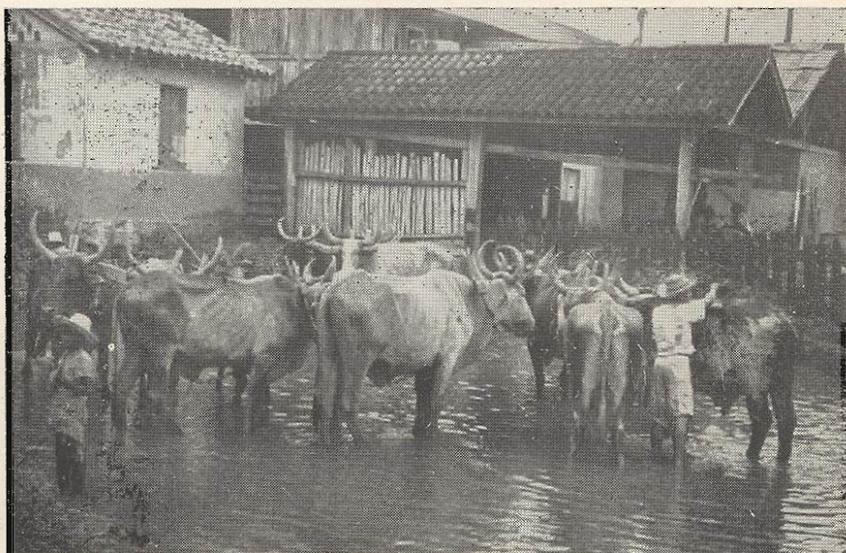


Foto 10 — Boiada de carro

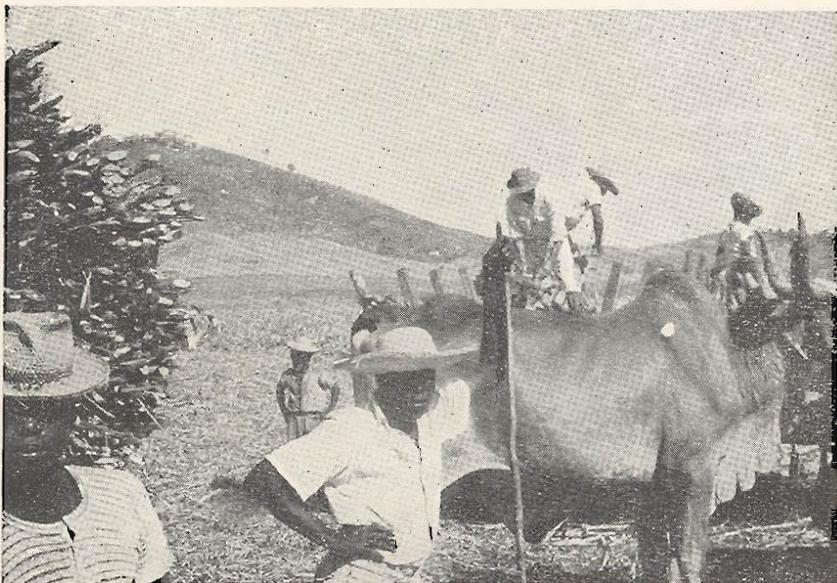


Foto 11 — Carregando os carros de cana — Aspecto tomado numa das grandes propriedades particulares da zona rural.

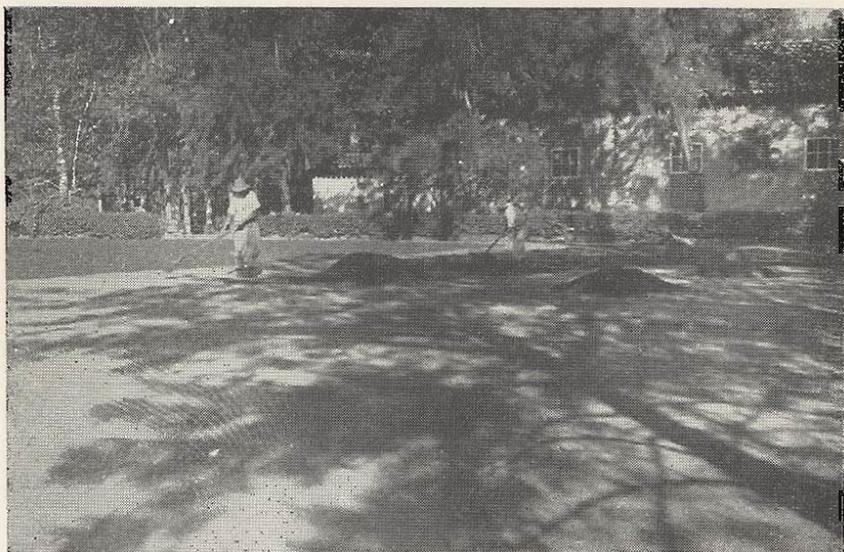


Foto 12 — Terreiro de café, em uma fazenda do município



Foto 13 — Indústria doméstica: confecção de peneiras (aspecto tomado por ocasião de uma visita domiciliar).



Foto 14 — Engenhoca de cana — Trabalho caseiro (aspecto tomado durante uma visita domiciliar).



Foto 15 — Tipo de residência da zona rural, no caminho de Boa Ventura, um dos principais núcleos de atuação da Missão.

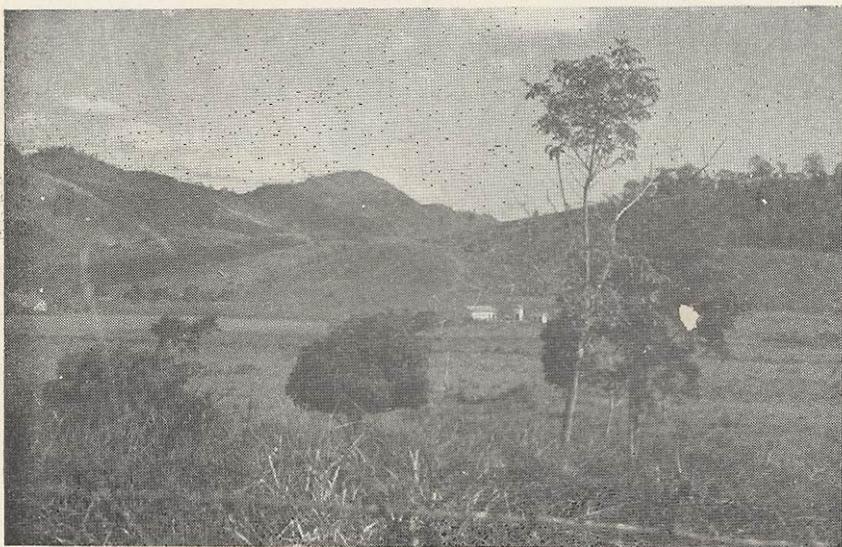


Foto 15-A — Aspecto da região de Aré

SEGUNDA PARTE
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
1950-1951

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Segue-se a exposição sumária das principais atividades desenvolvidas pela equipe, de acôrdo com os objetivos de cada Setor.

A experiência educacional que se vem processando em Itaperuna pode ser relatada em relação a dois períodos distintos, uma vez que circunstâncias imprevistas determinaram uma interrupção mais longa do que convinha à seqüência normal do trabalho.

De 20 de julho a 21 de dezembro de 1950, — datas que assinalam a duração do 1º período de atividades, — caracterizou-se a atuação da equipe, quer na sede municipal, quer na zona rural, inicialmente, por contactos com as organizações oficiais e privadas, visitas domiciliares, palestras, reuniões etc., tanto para preparação psicológica do ambiente como para conhecimento do meio, tendo em vista a ação educativa que se desenvolveria a seguir, de maneira sistemática.

Depois de verificados os interesses e as necessidades em determinados setores específicos, como: ensino, higiene, alimentação recreação, agricultura etc., passou a ser desenvolvido o programa educacional, através de: cursos, demonstrações, palestras, reuniões periódicas, projeções de filmes educativos, programas radiofônicos, orientação direta de instituições etc.

Foi a atuação concentrada, de princípio, em certos povoados, com a preocupação de um trabalho em profundidade. Posteriormente, estendeu-se o âmbito de ação a outros pontos do município.

No fim do ano — já em plena estação chuvosa, que se prolongaria pelos meses de verão, — tendo-se agravado o mau estado das estradas, tornando impraticável o trabalho de campo, viu-se a equipe forçada a interromper suas atividades no município, planejando reiniciá-las em março, época mais favorável.

Entretanto, fatores de ordem administrativa, decorrentes da mudança de govêrno, motivaram um retardamento: assim, somente em maio, foram retomados os trabalhos.

De maio a dezembro de 1951, desenvolveu-se o segundo período.

Novas instruções partidas dos órgãos superiores, resultantes da incerteza de ser assegurada pelo tempo necessário a continuidade do trabalho da 1ª Missão Rural, determinaram outras modificações no programa da equipe. A atuação voltou a limitar-se aos povoados onde o trabalho se realizava com maior profundidade. Esta orientação visava — sem prejuízo do prosseguimento das atividades iniciadas no ano anterior — intensificar as reuniões de grupos e o contacto com as instituições e os elementos mais representativos, tendo em vista, especialmente, a "organização social das comunidades" e, mais concretamente, dos Centros Sociais Rurais, plano já esboçado no ano anterior, mas ainda não amadurecido o suficiente para ser posto em execução pelos habitantes da zona rural.

Esse projeto, sobretudo, ocupou a equipe no seu segundo período de atuação.

INSTALAÇÃO

A chegada da equipe à cidade de Itaperuã deu-se a 20 de julho de 1950.

O primeiro problema que se apresentou foi o da sua instalação. O estudo das condições locais indicou que a residência da equipe se fixasse num dos hotéis da sede municipal, como ponto mais fácil de acesso aos distritos.

Os técnicos instalaram-se em caráter não oficial, tendo as próprias condições de hospedagem sido estabelecidas parti-

cularmente, correndo as despesas por conta de cada um dos membros da equipe.

O caráter não oficial foi procurado deliberadamente, a fim de ser evitada uma possível situação de desigualdade em relação aos demais hóspedes.

A Missão, como tal, ocupou, de início, uma dependência na sede da Prefeitura, cedida, graciosamente, pelo Prefeito. Tratando-se de local inadequado para instalação permanente — já pelas dimensões, já por se tratar de um próprio municipal, o que poderia ter reflexos sobre o trabalho — funcionou como simples depósito de material.

Achando-se desocupado um prédio de uma Companhia administrada pelo Estado, foi o mesmo cedido pela Secretaria de Agricultura, para nele ser instalada a sede definitiva da Missão. Esse fato constituiu valiosa cooperação, por se tratar de um edifício que reunia condições favoráveis ao desenvolvimento de suas atividades: amplo recinto para reuniões e projeções cinematográficas, localização em ponto central da cidade e de fácil acesso, dependências para guarda do material e para escritório particular da equipe.

HORÁRIO

O pessoal técnico atuou em regime de "tempo integral". O trabalho que se iniciava pela manhã ou à tarde, conforme o programa do dia, estendia-se até à noite, quando se efetuavam as reuniões gerais de moradores ou de grupos e as sessões recreativas. Estas, com maior freqüência, realizavam-se aos sábados e domingos.

Esse regime de trabalho não se limitava, porém, às oito horas regulamentares, que eram ultrapassadas de muito, especialmente nos dias de viagem à zona rural.

Em vista dessa circunstância, ficou estabelecido que haveria uma folga, periódica, para os técnicos, de seis dias, após seis semanas consecutivas de trabalho, independente das férias anuais. Esta folga podia ser gozada fora da cidade, dentro de um sistema de rodízio, a fim de não prejudicar a continuidade do trabalho.

Tendo sido deliberado que a equipe atuaria simultâneamente na cidade e nos distritos, foi estabelecida a seguinte proporção por semana: quatro dias dedicados ao trabalho nos povoados e os três restantes em atividades na sede municipal, nas visitas a fazendas, escolas rurais e outros pontos para os quais era freqüentemente solicitada a presença da Missão.

Nos dias de atuação na zona rural, o trabalho só era interrompido nas horas habituais das refeições, tomadas na própria localidade, em residência de moradores, segundo combinação prévia.

Atuando sempre em mais de um povoado, alternavam-se os dias de trabalho, de maneira que todos fossem atendidos, periodicamente, com reuniões gerais e sessões recreativas aos sábados e domingos, os dias de preferência dos moradores, especialmente daqueles que residem mais distante.

O horário para o expediente interno da Missão foi estabelecido de maneira a não prejudicar as atividades externas, obrigando assim aos membros da equipe a um redobrado esforço, uma vez que não contaram com pessoal para as tarefas de secretaria.

REUNIÕES DA EQUIPE

Os técnicos adotaram como norma de trabalho efetuar reuniões regulares, duas vezes por semana no primeiro período e, posteriormente, uma reunião semanal, em dias e horas pré-fixados.

Nessas reuniões discutiam-se os assuntos de interesse para a experiência e traçava-se o programa da semana, com detalhes das tarefas a serem executadas, individualmente, e em conjunto, de maneira que todos ficassem informados acerca das atividades da Missão em cada semana.

Além das reuniões ordinárias, realizavam-se outras em caráter extraordinário, sempre que uma situação especial o exigia. Todos os assuntos tratados em reunião foram devidamente registrados em atas.

Estava nos planos da equipe efetuar, periodicamente, reuniões específicas de estudo; entretanto, o ritmo do trabalho não permitiu que isso fôsse feito com a desejada regularidade.

Sempre que uma modificação se impunha no programa semanal ou um fato imprevisto ocorria, todos eram postos ao corrente.

As deliberações, a qualquer propósito, foram sempre tomadas em conjunto.

ATRIBUIÇÕES

Do ponto de vista técnico, os membros da equipe se encontravam em igualdade de condições, com plena responsabilidade na sua esfera específica. Do ponto de vista administrativo, isto é, para efeito de relações externas, foi deliberado entre eles próprios e, de acôrdo com o Coordenador da Missão, que um tivesse o título de "Chefe da Missão", tendo a escolha recaído num dos agrônomos.

Do mesmo modo, outras funções internas foram distribuídas entre os demais membros, tais como: de secretário, de bibliotecário etc. Isso, entretanto, sem qualquer compensação de ordem material.

PRIMEIROS TRABALHOS

Na primeira reunião, ficou decidido que seria feito um reconhecimento complementar nos diferentes distritos, com visitas aos vários povoados, a fim de ser estabelecido, em definitivo, o ponto de partida da atuação da Missão no município. Simultaneamente, seriam renovados os contactos com as autoridades e outros elementos da sede municipal, como preparação ao início do trabalho regular.

Das observações e dados colhidos e postos em confronto com os anteriormente obtidos — na viagem de reconhecimento realizada dois meses antes — ficaram determinados os dois primeiros núcleos de atuação na zona rural, ambos situados no 2º distrito: — Nossa Senhora da Penha.

A escolha do 2º distrito foi feita tendo em vista as seguintes razões:



Foto 18 — A família em atividade na roça — adultos e crianças entregam-se ao mesmo trabalho.



Foto 19 — Trabalho infantil na colheita do algodão



Foto 20 — Reunião semanal da equipe, na sede da Missão, em Itaperuna

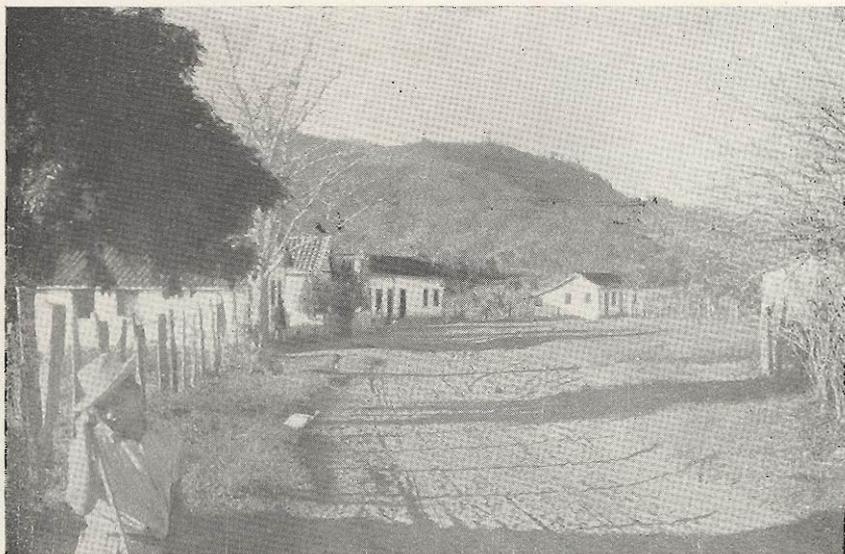


Foto 21 — Aspecto do Distrito de N. S. da Penha, no qual se concentrou o trabalho da 1.ª Missão Rural.



Foto 22 — Patrimônio de S. José — Aspecto do povoado onde atuou mais intensamente a Missão, vendo-se ao fundo (à direita) o prédio que é hoje sede do Centro Social Rural.



Foto 23 — Boa Ventura — Aspecto do povoado. Um dos veículos da Missão preparado para transmitir o programa musical.

de Itaperuna, a contar do povoado mais próximo, São Domingos, escolhido para centro de operações da Missão. A mesma estrada tronco serve, até certo ponto, a este 2º Núcleo.

Há a notar que, deixando esta rodovia, as estradas que levam diretamente aos povoados são precárias e, na época das águas, não permitem, muitas vezes, o trânsito de qualquer tipo de veículo.

Deliberou, ainda, a equipe atuar, desde logo, na sede do município. Embora colocando em primeiro plano o trabalho no meio rural, considerou, contudo, como complementar a atividade na sede, em vista da necessidade de uma mudança de mentalidade, para maior compreensão dos problemas da zona rural e para que, de futuro, fôssem ali tomadas iniciativas em favor da melhoria das condições de vida das populações distritais. Todo o trabalho desenvolvido, posteriormente, na cidade de Itaperuna, teve êsse objetivo: preparar elementos para uma ação social que, da sede, se estendesse aos distritos.

Com êsse objetivo, foi o programa da Missão desenvolvido, a partir dos primeiros dias de agosto, como se verá a seguir, tanto no 1º Núcleo Rural, como na cidade.

ORIENTAÇÃO GERAL DA MISSÃO

Encontrando-se o País em fase de franca política eleitoral, ao iniciar a Missão suas atividades, teve a equipe o cuidado de definir sua posição em face da política nacional e local. Assim, aos primeiros contactos, quer individualmente, quer em grupos, firmava, para os presentes, a orientação adotada: de inteira independência em relação às correntes partidárias e de respeito às opiniões particulares de pessoas ou de grupos. Dirigiu-se, indistintamente, a todos, na qualidade de membros da comunidade, apelando para o senso de responsabilidade de cada um, quer como autoridade, quer como simples cidadão, e chamando atenção para o papel social a desempenhar.

Idêntica orientação foi seguida em relação ao problema religioso. Nêsse particular também se definiu a equipe, colocando no mesmo plano superior a questão das convicções religiosas das pessoas e grupos com que tratava.

É de notar não ter havido, em nenhum momento, dificuldade a vencer, quer no terreno religioso, quer no político. A orientação seguida foi perfeitamente compreendida e secundada pelas atitudes que, no desenvolvimento do trabalho, tomaram quantos entraram em contacto com a Missão.

Testemunho dessa afirmação são os seguintes fatos: nos povoados onde se realizou com maior intensidade o trabalho da Missão, há orientações diversas tanto do ponto de vista político, como religioso. Num deles, predomina a corrente que apoia o governo; no outro, a corrente oposicionista. Num, a Igreja Batista é o centro religioso da comunidade; no outro, a população é católica. Em ambos, porém, atuou a Missão, sem que nenhum choque se tenha produzido.

Nas duas comunidades houve, por parte da equipe, atuação idêntica e a reação local correspondeu integralmente. Pode-se ainda assinalar que, hoje, as duas comunidades estão ligadas por um laço comum — a associação de moradores, cujo órgão superior se compõe de representantes dos dois povoados. Nenhuma divergência se manifestou por ocasião das várias reuniões conjuntas em que foram tratados problemas de interesse comum e que, uma vez solucionados, viriam beneficiar a todo o distrito.

Tôda vêz que uma situação local exigiu o contacto da equipe com elementos militantes da política, ou que políticos locais tiveram oportunidade de visitar a Missão em sua sede, a nota que caracterizou os entendimentos foi o exclusivo interesse pelo bem-estar das populações rurais ou a melhoria de serviços que viriam beneficiar o município. Nessa base se processaram todos os contactos da equipe.

TÉCNICAS DE TRABALHO

Foram aplicadas aquelas técnicas que pareceram mais indicadas ao tipo de trabalho educacional que se propunha realizar, bem como à consecução dos seus objetivos, traduzidos, em síntese, na "organização social das comunidades".

Dessa forma foram adotadas, sistematicamente, as seguintes práticas:

a) visitas domiciliares, para contacto pessoal e direto com as famílias, especialmente no meio rural;

b) contactos pessoais frequentes com os serviços públicos e instituições privadas, com as autoridades e com os elementos mais representativos das localidades;

c) atitude informal em tôdas as ocasiões, para evitar constrangimento por parte das pessoas mais simples e para não fazer crer aos presentes haver distinções especiais em relação às pessoas influentes;

d) trabalho em grupo, adotando o sistema de reuniões públicas ou com grupos distintos, segundo as conveniências, prescindindo, nessas oportunidades, do hábito tradicional da constituição da mesa dirigente e de dar destaque a determinadas pessoas. Nessas reuniões o comparecimento se fazia em perfeita igualdade de condições e cada pessoa presente era solicitada a expôr suas idéias e opiniões com inteira liberdade;

e) programação prévia de tôdas as atividades, delas dando conhecimento antecipado ao público ou a grupos a que pudessem interessar de modo particular. Assim, as primeiras reuniões nos distritos foram sempre precedidas de cartas dirigidas às autoridades e a várias pessoas de influência no local. As reuniões subseqüentes eram sempre marcadas de acôrdo com os interessados;

f) atribuir àqueles elementos a responsabilidade de convocar a população ou os grupos para as diversas iniciativas, reuniões etc, bem como a escolha do local e hora mais convenientes, recomendando, apenas, que os convites fôssem dirigidos a todos, sem qualquer distinção; que o local fôsse, de preferência, a escola ou outro que, igualmente, pudesse ser aberto sem restrições, ao público; que a hora fôsse a mais conveniente para a população ou os grupos, a fim de não perturbar a vida normal do povoado;

g) interpretação, desde o primeiro contacto, dos objetivos da Missão e das funções específicas dos técnicos e posterior divulgação das iniciativas;

h) estudo e debate dos problemas juntamente com a população nas reuniões gerais — ou com os grupos;

i) análise objetiva de todos os fatos com os próprios interessados, mostrando a necessidade de uma crítica construtiva e a ausência de espírito preconcebido no trato dos assuntos;

j) articulação das instituições e serviços para estudo e procura de soluções aos problemas comuns;

k) condicionar as soluções dos problemas à iniciativa e às sugestões partidas dos próprios interessados, como meio de evitar medidas artificiais e em desacôrdo com a psicologia e a realidade do meio;

l) atuação simultânea com todo o elemento humano, independentemente de idade, sexo, condição social etc., como meio de mobilização geral da comunidade a favor das iniciativas em projeto ou em curso;

m) emprêgo constante dos instrumentos de ensino audio-visual, como subsídio ao trabalho educativo;

n) acentuação do aspecto educacional do trabalho, a fim de afastar a idéia de uma possível assistência a ser prestada pela Missão, diminuindo o estímulo de esforço pessoal e das instituições na solução dos problemas da comunidade.

DOCUMENTAÇÃO

Houve preocupação constante de que todos os trabalhos da Missão fôssem devidamente documentados. Procedeu-se ao registro completo das atividades desenvolvidas pelos respectivos Setores, bem como daquelas realizadas em conjunto. De tôdas as reuniões efetuadas, quer na zona rural, quer na sede, foram feitos relatórios completos, como ainda recolhidas as assinaturas de tôdas as pessoas presentes. Essa prática foi adotada em relação a cada reunião efetuada.

Copioso documentário fotográfico foi também organizado pelos Setores.

Por falta de equipamento fotográfico adequado, não foi possível documentar as reuniões realizadas à noite ou em recintos fechados que tão bem retratariam muitos dos aspectos mais interessantes do trabalho da Missão.

Foram também conservados, para fins de documentação, exemplares e cópias de programas, convites, agendas de reuniões, estatutos, palestras, folhetos informativos etc., os quais constam do arquivo.

Periódicamente, eram remetidos ao Coordenador os relatórios gerais do trabalho, com discriminação das atividades.

Um filme documentário de curta metragem sôbre o primeiro período de atuação foi feito por iniciativa do Serviço de Informa-

ção Agrícola, ressentindo-se, contudo, de algumas falhas motivadas por ter a filmagem coincido com a época das chuvas, e por não ter sido possível tomar cenas dos trabalhos desenvolvidos à noite ou em interiores.

DIVULGAÇÃO

Outro permanente cuidado da equipe foi o de dar a mais ampla divulgação de tôdas as suas atividades, não com intuito publicitário — aspecto constantemente evitado — mas com a finalidade de trazer o público a par do desenvolvimento do trabalho e, especialmente, de interpretar os objetivos da Missão em cada oportunidade que se apresentava. Interpretação e informação ao público foram feitas de forma sistemática, tanto pelo rádio, em transmissões regulares, como nas reuniões, quer na sede, quer na zona rural. O programa semanal de trabalho era afixado em quadro negro, na sede da Missão, e os convites para reuniões ou avisos eram feitos pelo rádio e por meio de pequenos cartazes colocados nas vitrines de casas comerciais. Dessa forma, qualquer pessoa interessada poderia tomar conhecimento e comparecer, se lhe aprouvesse.

PROGRAMAS CINEMATOGRAFICOS E MUSICAIS

O cinema foi um dos mais valiosos meios de educação audiovisual com que contou a Missão. Os filmes foram prèviamente selecionados e os programas organizados de acôrdo com o público e com a ocasião, de modo a cumprirem a sua dupla finalidade: educativa e recreativa. Cada programa constou, em média, de 4 a 5 filmes por sessão.

Verificou-se que, para certo público, as primeiras exhibições, mesmo dos melhores filmes instrutivos, só têm efeito recreativo, pois, desacostumados do cinema, as cenas mais banais são, até para adultos, motivo de hilaridade geral. Com a repetição dos filmes, porém, notou-se melhor aproveitamento.

Foram realizadas cêrca de 100 sessões cinematográficas a que assistiram aproximadamente 30.000 pessoas, considerando as pro-

jeções ao ar livre para grandes concentrações. Essas exibições foram feitas, principalmente, no meio rural, nos povoados trabalhados pela Missão, uma a duas vezes por semana, e nas sedes dos demais distritos, como em várias fazendas onde havia possibilidade de reunir numerosa assistência. É de notar que a Missão foi constantemente solicitada para proporcionar sessões cinematográficas nos mais diversos pontos do município e até mesmo fora dos seus limites, tendo sempre se esforçado por atender, desde que isso não prejudicasse o trabalho normal.

Na cidade de Itaperuna, foram realizadas, também, várias sessões, quer na sede da Missão, como ao ar livre e em instituições locais, tanto por iniciativa da Missão, como para atender a pedidos.

Precedendo à exibição dos filmes e mesmo nos intervalos, foi sempre apresentado um programa de música selecionada, popular ou folclórica. Para a recreação das crianças destinaram-se as histórias musicadas.

Algumas vezes elementos locais — crianças e moças — colaboraram espontaneamente nesses programas, com a apresentação de números de canto, declamação etc., especialmente na zona rural.

PROGRAMAS RADIOFÔNICOS

Aproveitando o oferecimento espontâneo da gerência da Rádio Itaperuna pôde a Missão, a partir de novembro de 1950, organizar dois programas radiofônicos sob sua direção.

Esses programas — que se realizaram regularmente quatro vezes por semana — receberam as seguintes denominações: "O Nosso Lar", a cargo do Setor de Economia Doméstica, versando sobre assuntos de economia doméstica e indústrias rurais caseiras; e "O Homem e a Terra", a cargo, respectivamente, dos Setores Agropecuário, Médico-Sanitário e de Serviço Social, versando sobre assuntos específicos dos referidos Setores.

As audições constaram de aulas, palestras, sketches, sobre temas variados, focalizando problemas ou assuntos de interesse local.

Elementos da cidade participaram, em várias ocasiões, dos referidos programas, tendo mesmo substituído, por vêzes, os membros da Missão no impedimento dêstes.

DISTRIBUIÇÃO DE FOLHETOS, MONOGRAFIAS E CARTAZES

Dispondo de apreciável estoque de material de divulgação sobre assuntos relacionados com a saúde, agricultura, economia doméstica e indústrias rurais etc., foi feita judiciosa distribuição a agricultores, professôres e pessoas realmente interessadas, bem como a tôdas às instituições com que entrou em contacto a Missão. Por sugestão dos seus técnicos, foram muitos cartazes afixados nos pontos centrais dos povoados, casas de comércio, bares etc.

Além disso, tôdas as escolas que se relacionaram com os Setores receberam uma coleção completa de publicações e cartazes.

Foi ainda distribuído vasto material para as escolas primárias, como para os cursos de ensino supletivo, procedente de várias fontes. A partir de fins de 1950, contou a Missão com novo material, especialmente confeccionado para o meio rural, pelo Serviço de Informação Agrícola em colaboração com o Departamento Nacional de Educação.

CAPÍTULO IV

ATIVIDADES DO SETOR AGROPECUÁRIO

Na sede municipal

ARTICULAÇÃO COM OS SERVIÇOS LOCAIS E COM AGRICULTORES

Logo após a chegada da Missão a Itaperuna, entrou o Setor em contacto com as repartições e entidades particulares relacionadas ao fomento e defesa agropecuária.

Um dos resultados práticos desde logo atingidos, foi a obtenção de 5 ton. de hexacloreto de benzeno e 5 polvilhadeiras manuais que o Chefe do Serviço de Combate à Broca do Café pôs à disposição do Setor, para demonstrações aos agricultores.

Procurou-se, ainda, reunir os técnicos locais — agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas — visando a entrosagem das suas atividades com as da Missão, para um trabalho mais eficiente.

Posteriormente, foram convidados os agricultores residentes na sede municipal e nas fazendas mais próximas, para debates de assuntos de interesse do município, tais como: ampliação do crédito a pequenos lavradores: — melhoramento dos serviços públicos locais; reorganização da associação rural do município etc.

Os resultados, entretanto, não foram de todo satisfatórios, tendo-se deliberado voltar a tratá-los oportunamente.

COLABORAÇÃO EVENTUAL

Por solicitação da professora da cadeira de Agricultura do Curso Normal, foram ministradas algumas aulas teórico-práticas às alunas da última série, sobre pontos do programa, incluindo

ITAPERUNA, EM 10/7/51

REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA

ASSIMATURAS:

- 1- José ~~de~~ em ~~autêntica~~
- 2- Paulo Oliveira Cipriani
- 3- ~~Alberto Botelho Corrêa de Sá e Benevides.~~
- 4- Paul Passelli
- 5- ~~Thiago~~ ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Vargas~~ Noturno
- 6- Gelson Turoso Leão
- 7- ~~Antônio Turoso de Jesus~~ Bon. José ~~de~~ ~~Alto~~ -
- 8- ~~Luiz~~ ~~Wuuf~~ = São Domingos -
- 9- ~~José~~ ~~marina~~ ~~de~~ ~~Camalhão~~ Noturno
- 10- José Garcia de ~~Barbosa~~ ~~Silva~~
- 11- ~~Luiz~~ ~~de~~ ~~Barbosa~~ ~~de~~ ~~Alcântara~~
- 12- ~~Luiz~~ ~~de~~ ~~Garcia~~
- 13- ~~Alonso~~ ~~Turco~~ - Dueto - ~~Carro~~ -
- 14- ~~Orni~~ ~~Fern~~
- 15- ~~José~~ ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~de~~ ~~Alto~~ Bon. José
- 16- ~~Francis~~ ~~de~~ ~~Alto~~ -
- 17- ~~Francis~~ ~~de~~ ~~Alto~~ -
- 18- ~~Walter~~ ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~Barcellos~~ Veriudo
- 19- ~~Hector~~ ~~Victor~~ ~~Mac~~ ~~de~~ ~~Alto~~ Veriudo ~~de~~ ~~Alto~~
- 20- ~~Luiz~~ ~~de~~ ~~Alto~~ Veriudo
- 21- ~~Antônio~~ ~~Turoso~~ ~~Alto~~
- 22- ~~Luiz~~ ~~de~~ ~~Alto~~
- 23- ~~Alvaro~~ ~~Castanheira~~

Fig. 24 — Reprodução fotográfica de uma página do livro de presença à reunião da "Comissão de Agricultura".

CENTRO SOCIAL RURAL
= DE =
SANTO ANTONIO DOS MILAGRES

Patrimônio de São José

Os moradores da localidade comunicam que a fundação do Centro local se realizou na reunião de 5ª feira próxima passada, dia 19 do corrente.

Foi eleita, pelos presentes, a seguinte diretoria:

<i>Presidente de honra:</i>	— Sr. José de Souza Carvalho
<i>Vice-Presidente:</i>	— Sr. Jeronymo Andrade Filho
<i>1º Secretário:</i>	— Sr. Celso de Souza Carvalho
<i>2º Secretário:</i>	— Sr. Armino Boquimpani
<i>1º Tedoureiro:</i>	— D. Edelvira Rangel Boquimpani
<i>2º Tedoureiro:</i>	— Sr. Georgino Guilberto Barroso
<i>Procurador:</i>	— Sr. Vanderley Machado de Oliveira
<i>Conselho Fiscal:</i>	— Srs.: João Francisco Perroux Henrique Ribeiro Pinto José Arca

1ª. REUNIÃO GERAL DE ASSOCIADOS:

A Diretoria convida todos os associados, pessoas interessadas e amigos de Santo Antonio dos Milagres, para sua 1ª. reunião geral que terá lugar no domingo próximo, dia 29 do corrente, às 5 horas da tarde.

Conta com a presença de todos e agradece antecipadamente o comparecimento.

Após a reunião, haverá sessão de cinema oferecida pela 1ª. Missão Rural.

A DIRETORIA

FOLHA NOVA — A casa bons livros e dos bons impressos — ITAPERUNA

Fig. 25 — Fac-símile de um avulso do “Centro Social Rural de S. Antonio dos Milagres”, composto e impresso em Itaperuna.

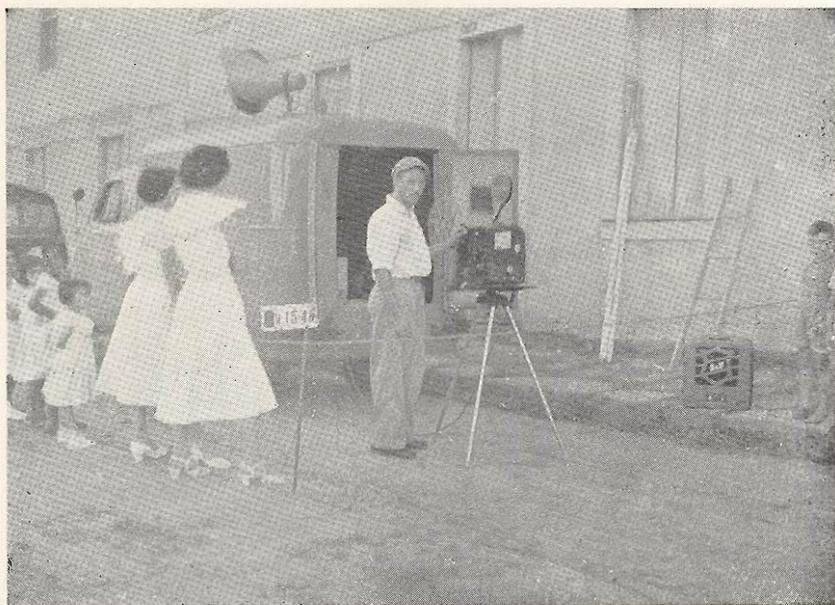


Foto 26 — Lage do Muriaé — O operador da Missão prepara o equipamento para uma sessão cinematográfica ao ar livre.

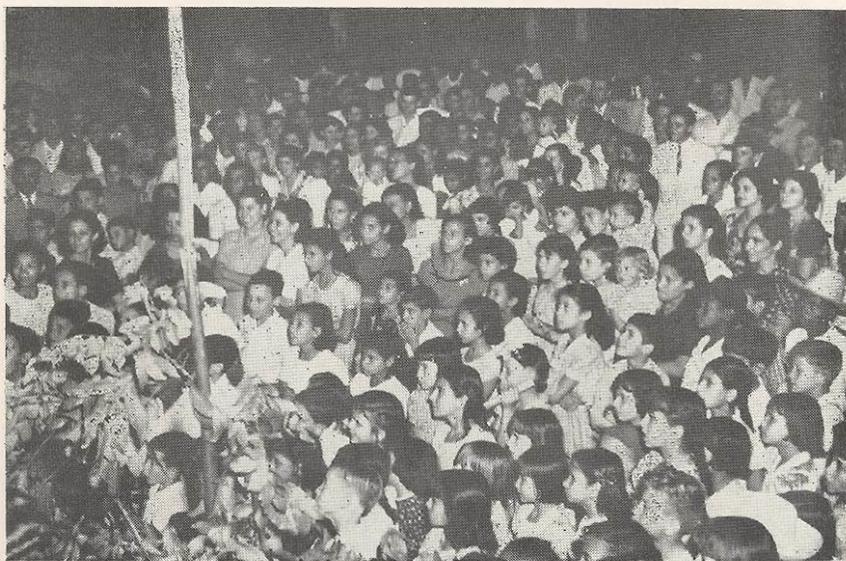


Foto 27 — Aspecto da assistência a um dos programas recreativos promovidos pela Missão na zona rural.



Foto 28 — Tela improvisada, para uma projeção na zona rural.
Os preparativos são feitos com antecedência.



Foto 29 — Veículos da Missão — Visita a uma fazenda, a convite do
proprietário, para realização de um programa educativo-recreativo.

visitas à Escola Típica Rural, para observação das atividades ali desenvolvidas com assistência técnica do Setor.

Na zona rural

Ao iniciar o seu trabalho no 2º Distrito, procuraram os técnicos entrar em contacto com os agricultores a fim de que pudessem conhecer com exatidão as condições da agricultura local. Sem essa providência não teria sido possível organizar um programa mínimo para aplicação imediata. Assim, foram iniciadas visitas às propriedades agrícolas, em caráter informal, durante as quais se aproveitava, também, para expor aos lavradores os objetivos da Missão.

EXTENSÃO AGRÍCOLA

Pelas observações feitas, pôde-se tomar conhecimento das principais deficiências técnicas da agricultura local, disso resultando a elaboração do programa de extensão agrícola, tomando-se por base, inicialmente, os seguintes pontos: fomento da produção de hortaliças; difusão do emprêgo da boa semente; organização de clubes agrícolas; divulgação das práticas de conservação dos recursos naturais; combate às principais pragas (broca do café e saúva), cuidados a dispensar aos rebanhos e assistência veterinária.

Para a execução desse programa, procedeu-se a farta distribuição de sementes hortícolas, precedida sempre de instruções sobre como cultivá-las. Essa medida prolongou-se por muitos meses e atingiu apreciável número de pessoas. Mais tarde, teve-se a oportunidade de observar o resultado dessa iniciativa, através do aparecimento de hortas e de maior consumo de hortaliças por parte dos moradores.

Visando demonstrar a vantagem do uso de sementes seleccionadas, eram os lavradores esclarecidos sobre a conveniência dessa prática e do modo de obter o rendimento máximo da produção. Nessas ocasiões fazia-se a cada lavrador distribuição de milho híbrido em quantidade suficiente para o plantio de 1.000 m².

Um agricultor que havia recebido 1 kg de semente veio informar, posteriormente, que do plantio colhera 360 kgs, apesar de ter, propôsitamente, escolhido o terreno mais fraco para semeá-las.

Sobre esse aspecto, pode-se aqui registrar que, de acôrdo com as informações dos encarregados das repartições oficiais de fomento agrícola, a quantidade de milho híbrido plantada no município elevou-se a 2 t em 1950, para 24 t em 1951.

CLUBES AGRÍCOLAS INFANTÍIS

Verificada a viabilidade da organização de clubes agrícolas na região, foram fundados dois no 2º distrito: um em Patrimônio de São José e, outro, posteriormente, em Boa Ventura, após várias reuniões realizadas em colaboração com o Setor de Serviço Social. Nas localidades citadas, dois agricultores, ao terem conhecimento da organização dos clubes, puseram à sua disposição pequenas áreas de terra para as atividades agrícolas, sempre iniciadas por uma horta, em vista da premente necessidade de produção de hortaliças.

Mais tarde, com o desdobramento do trabalho, foram organizados novos clubes, sendo um em Avaí (1º distrito), anexo à escola local, outro junto ao Grupo Escolar de Lage do Muriaé e um terceiro numa fazenda do distrito de Comendador Venâncio. Um quarto clube, funcionando na Escola Típica Rural Pôrto Alegre, também no 1º Distrito, teve assídua assistência do Setor.

Tentou-se, por duas vêzes, a organização de um clube entre os alunos do Grupo Escolar da sede municipal, o que no entanto não se efetivou.

A atuação junto aos clubes fez-se por meio de visitas amiguadas durante as quais se realizavam reuniões dos sócios, seguidas de aulas teóricas e execução de trabalhos práticos, tais como: preparo de canteiros, sementeira, transplante, tratamento de plantas, plantio de fruteiras, combate às formigas etc. Em alguns clubes, foram mais tarde iniciadas atividades relacionadas à avicultura, apicultura e formação de pomares.

Procurou-se, sempre, associar a professora às atividades do Clube, visando garantir a continuidade do trabalho, mesmo na ausência dos técnicos. Em alguns casos, moradores do lugar interessaram-se, cooperando na orientação das crianças. Esse concurso tem sido valioso, sobretudo onde a professora, por qualquer razão, não pode colaborar mais ativamente.

Em vista do baixo nível econômico da maioria dos sócios dos Clubes, foram êsses auxiliados com a doação de ferramentas e utensílios agrícolas como: enxadinhas, sachos, ancinhos, colheres de transplante, garfos escarificadores, regadores etc., material êsse fornecido pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Além disso, todos os sócios cujas casas dispunham de terreno, receberam sementes hortícolas, de flôres e de milho híbrido, para plantio individual, não obstante terem os Clubes as suas hortas coletivas. A alguns Clubes, para início da apicultura, forneceu-se uma colméia completa com núcleo de abelhas, tendo um dêles — o da Escola Típica Rural — recebido também pintos de um dia para início de criação.

Tem-se observado que o entusiasmo pelo trabalho, e, por conseguinte, o progresso do Clube e aproveitamento por parte dos sócios, dependem do interêsse a êle dedicado pelos seus responsáveis, especialmente pela professora, da freqüência às reuniões e da assistência dos técnicos. Assim, tendo sido a Missão forçada a interromper o seu trabalho por um período mais longo do que o previsto, verificou-se ao voltar, que, em um dêles, haviam cessado as atividades e, em outro, tinham declinado bastante, precisamente onde, por motivos vários, as professoras não haviam permanecido à frente dos trabalhos.

Em alguns dos Clubes, além de horta e pomar, têm sido feitas culturas de arroz, milho, feijão, algodão e outras. Como resultado da venda de hortaliças e dos produtos obtidos nas culturas começam os mesmos a ter renda.

Deve-se mencionar que, na execução dos trabalhos de campo, não eram exigidos das crianças esforços físicos acima da sua capacidade, nem tampouco interferiam essas atividades com o horário normal das aulas. As tarefas pesadas eram executadas por adultos a título de colaboração ou como serviço remunerado.

Ingressaram nos vários Clubes Agrícolas 205 sócios de ambos os sexos pertencentes a 8 escolas e também crianças não matriculadas.

DEMONSTRAÇÕES

A partir de outubro de 1950, sem prejuízo dos trabalhos no Distrito de N. S. da Penha, o Setor, de acôrdo com o novo plano da Missão, passou a atuar, também, nos demais distritos.

Essas novas áreas apresentam, de modo geral, desenvolvimento e recursos superiores a N. S. da Penha, sendo, portanto, um campo mais fácil de trabalho.

Em Lage do Muriaé e Comendador Venâncio, em reuniões com grupos de lavradores, foram marcados programas de demonstrações práticas a serem efetuadas em fazendas cujos proprietários revelassem interesse, recomendando-se que fôsse convidado o maior número possível de lavradores. Para a execução desses programas, o material foi fornecido pela Missão. Foram os seguintes os temas que serviram de objeto às demonstrações: — combate à broca do café, combate à saúva, tratamento de fruteiras, cultura do algodoeiro, preparo do composto orgânico, conservação do solo, combate ao carrapato, vacinação e outros cuidados com os rebanhos.

Esse contacto periódico com os lavradores permitiu aos técnicos do Setor tomarem conhecimento das condições da agricultura em cada distrito, não só quanto às principais produções, mas também no que concerne às suas maiores dificuldades.

As demonstrações, quando realizadas à tarde, seguia-se, em geral, um programa de filmes educativos e recreativos. Nessas ocasiões, fazia-se distribuição de folhetos e cartazes, relacionados aos assuntos das aulas. O Setor contou com alguns bons filmes sobre temas da sua especialidade, e pode-se afirmar que constituíram um elemento precioso, sobretudo como meio de esclarecimento dos agricultores sobre problemas básicos. Cabe destacar, a propósito, as películas americanas sobre conservação dos recursos naturais, de excelente preparo e de grande alcance edu-

cativo. Só uma restrição lhes pode ser feita: traduzem uma realidade ainda distante do ambiente rural brasileiro. Os filmes projetados eram, geralmente, comentados pelos técnicos.

ATUAÇÃO EM 1951

O Setor Agropecuário, que desde o início contou com o maior número de técnicos, em comparação com os demais, teve a sua composição alterada, em 1951, com a saída de um agrônomo e do veterinário. De agosto em diante, passou a contar apenas com um agrônomo, em virtude do outro não ter podido continuar a prestar o seu concurso à Missão.

Sem perder de vista os seus objetivos específicos, nem tampouco abandonar os trabalhos sob sua responsabilidade, o Setor, acompanhando o novo plano seguido pela Missão, modificou, em parte, seu programa. Sendo a sua finalidade a difusão de métodos e práticas agrícolas racionais e estando convencido de que isso poderia, também, ser alcançado através da melhoria geral das condições da comunidade, procurou, em íntima colaboração com os demais Setores, atuar no sentido da organização da associação de moradores que, por intermédio dos Centros Sociais Rurais, viesse atender, com mais facilidade e eficiência, às necessidades dos agricultores locais.

Assim, estão os Centros sendo aparelhados de modo a proporcionar aos técnicos da Missão ou dos serviços oficiais sediados no município, uma base física para o contacto periódico com os lavradores.

Conclusões e sugestões

Pelo que lhe foi dado observar, está o Setor Agropecuário habilitado a fazer alguns comentários em torno das condições em que se efetua a exploração agrícola no município, expondo as conclusões a que chegou e sugerindo à guisa de colaboração com os poderes públicos, as medidas que lhe parecem cabíveis.

Segundo o resultado de um inquérito realizado num dos núcleos do 2º distrito e que pode, até certo ponto, servir de indica-

ção a todo o município, são, estas, entre outras, as principais dificuldades do ponto de vista agropecuário, na opinião dos próprios agricultores: — escassez de braços para a lavoura — elevado custo do material agrícola — ausência de crédito agrícola fácil e presença de pragas, especialmente de formigas cortadeiras.

O primeiro problema apontado é, em parte, explicável pelo constante êxodo das populações rurais para os grandes centros urbanos. Em parte, apenas, porque pode ser contornado por uma mecanização progressiva da agricultura, o que já se verifica nas grandes fazendas, cujos proprietários estão adquirindo conjuntos mecanizados (em 1950 existiam no município cerca de 20, em 1951 esse número já havia ultrapassado 50). Contudo, em relação aos pequenos sitiantes, a situação permanece insolúvel, porque não vão além do uso do arado comum. Seria um recurso fácil o emprêgo de máquinas simples de tração animal, mas, para isso, faltam-lhes os meios que o crédito agrícola ainda não lhes proporciona.

Cooperativas de agricultores, a exemplo da que já funciona no município, com grande sucesso no ramo de laticínios, poderiam concorrer para solução do segundo problema e de outros a êle relacionados.

Entre os outros problemas citados, a presença de formigas cortadeiras poderá ser minorada com a assistência do govêrno pelo fornecimento de maiores quantidades de formicida e pela difusão de métodos mais simples de combate.

As conclusões e sugestões a seguir apresentadas condensam o ponto de vista técnico sôbre a orientação a ser dada aos serviços oficiais, visando não só a agricultura como também o levantamento geral das condições de vida das famílias de agricultores do município:

a) *sem serem dos mais baixos, os rendimentos médios das culturas principais são inferiores aos que seria possível obter, desde que melhores práticas fôssem adotadas;*

b) *tanto na lavoura como na criação, usam-se ainda processos empíricos e rotineiros, sendo quase totalmente desconhecidas*

as práticas de conservação do solo, adubação, rotação de culturas, emprêgo de máquinas agrícolas, fenação, vacinação etc., que caracterizam a evolução da agricultura. Apenas uma minoria de lavradores esclarecidos vem reagindo contra êsse estado de cousas;

c) os métodos de fomento agropecuário geralmente adotados são estáticos e apresentam pequeno rendimento, por atuarem individualmente. Não são utilizados os meios modernos de extensão agrícola como: divulgação pela imprensa, cinema, rádio etc., nem tampouco são adotadas as modalidades de ação em grupo, como: demonstrações a fazendeiros, palestras, reuniões etc. Por isso é necessário planejar uma reforma geral nos métodos de atuação dos técnicos, visando a dinamização da assistência técnica e de educação, de modo a permitir o eficiente contacto daqueles com os lavradores. Por êsse meio seria superada a desarticulação existente entre a agricultura e os serviços oficiais destinados a assistí-la. Recomenda-se, ainda, a inclusão de especialistas em economia doméstica e indústrias rurais, cujo concurso é imprescindível;

d) a atuação dos serviços oficiais de fomento ou extensão agrícola deverá ser intimamente entrosada com a aplicação do crédito agrícola que precisa ser fácil e barato. Isso permitirá uma supervisão constante na aplicação dos recursos, levando ao uso de melhores métodos de trabalho;

e) a evolução agrária de uma região está intimamente ligada ao grau de preparo de sua população rural. Não pode haver progresso significativo na técnica agronômica, sem a base para a aquisição dos conhecimentos que ela exige. Por isso, é indispensável que, a par do incremento da alfabetização pelo aumento do número das escolas, sejam ministradas sistematicamente noções de agricultura no curso primário. Isso implica na formação de professores habilitados para o ensino rural;

f) para a renovação gradual dos métodos de extensão e fomento, será necessário submeter êsses técnicos a um treinamento especial, sugerindo-se reuniões regionais, com os técnicos das Secretarias de Agricultura e do próprio Ministério;

g) é conveniente que seja fomentada junto às escolas e grupos escolares rurais, a criação de Clubes Agrícolas. Por outro lado, deve ser estimulada a organização de Clubes entre jovens, filhos de agricultores, que não pertençam às escolas. Deverão os técnicos oficiais (agrônomos, veterinários etc.), obrigatoriamente, prestar assistência aos Clubes.

A fim de funcionar plenamente, deverão os Clubes ampliar suas atividades, desenvolvendo, além dos programas de agricultura, outros de saúde, economia doméstica e sociais.



Foto 30 — O agrônomo em visita à família de um lavrador, nas imediações de Patrimônio de São José.



Foto 31 — Distribuição de sementes a famílias de agricultores; iniciativa do Setor Agropecuário.



Foto 32 — O agrônomo orienta os sócios de um Clube Agrícola em trabalhos da horta.



Foto 33 — Escola Típica Rural do Município: os alunos em trabalho na horta do Clube Agrícola.

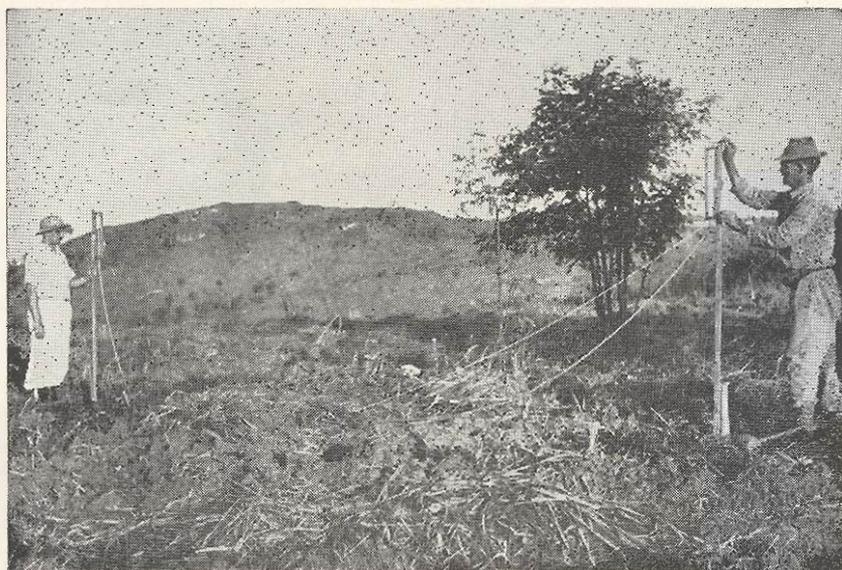


Foto 34 — Prática de conservação do solo feita pelo agrônomo da Missão



Foto 35 — D.monstração de plantação de mudas frutíferas.



Foto 36 — Demonstração de combate à saúva



Foto 37 — O veterinário faz uma demonstração prática de curativos

CAPÍTULO V

ATIVIDADES DO SETOR DE ECONOMIA DOMÉSTICA

Na sede municipal

CURSOS DE ECONOMIA DOMÉSTICA

A situação encontrada pelo Setor com referência ao campo doméstico mostrou a necessidade de orientação ao elemento feminino sobre todos os assuntos e problemas do lar. Não existe no município nenhum estabelecimento de ensino doméstico, não sendo, nem mesmo nas instituições escolares da região, promovidos ensinamentos e preparação da mulher para as atribuições do lar, alimentação, arte culinária etc.

Uma escola profissional funcionou, anteriormente, junto ao Grupo Escolar da sede municipal, tendo sido extinta. Nela eram ministrados ensinamentos de corte e costura e trabalhos manuais.

Procurando melhorar as condições da vida doméstica local, foram organizados pelo Setor vários cursos, compreendendo ensinamentos sobre organização e administração da casa, alimentação, arte culinária e indústrias caseiras, este último visando, principalmente, a transformação e conservação de frutas e legumes. Frequentaram os mesmos 141 moças e senhoras da cidade e algumas residentes fora do perímetro urbano, havendo entre elas muitas professoras, donas de casa, estudantes e comerciárias.

Em vista do elevado número de interessadas houve necessidade de se constituírem 6 grupos, atendendo ainda aos diferentes níveis de preparo intelectual. Pelo espaço de 5 meses, recebendo aulas regulares teóricas e práticas, das quais participaram ativamente, tiveram, igualmente, as alunas, oportunidade de cooperar

em preparações para a merenda dos escolares, constando de geleias, macarrão, biscoitos etc.

Concorreu de modo decisivo para o êxito dos cursos a possibilidade de organização — aproveitando a cozinha do Grupo Escolar, onde funcionaram os cursos — de uma “cozinha-escola”, verdadeiro laboratório equipado com material pertencente à Missão e onde tôdas as práticas puderam ser integralmente realizadas pelas alunas, dentro de um revesamento estabelecido para os 6 grupos.

No decorrer dos cursos, foi realizado um estudo sôbre alimentação, entre as alunas, que constou de 50 “quadros alimentares” contendo o registro detalhado das refeições diárias, pelo período de uma semana. Do estudo posterior dos quadros, para avaliação dos elementos nutritivos, constatou-se a falta de planejamento das refeições, redundando em grande deficiência do ponto de vista qualitativo.

Dando grande importância ao problema da alimentação, procurou o Setor fomentar a instalação de hortas e pomares domésticos influenciando nesse sentido junto aos grupos com que tinha contacto permanente. Cooperou também com o Setor Agropecuário na distribuição de sementes hortícolas.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA ÀS INSTITUIÇÕES

Grupo Escolar

Constatou-se, através estreito contacto com o Grupo Escolar e com as professoras, a quase inexistência de orientação aos alunos sôbre assuntos relativos à alimentação, tanto na escola como no lar. Não há nenhuma preocupação no sentido de dar à criança conhecimentos sôbre pequenas plantações, culturas, criação etc., o que ficou patenteado pela falta de atividades desse gênero no Grupo, que não possui horta, pomar ou criação de qualquer espécie. É pouco o material educativo, tal como: quadros, cartazes, livros e folhetos sôbre alimentação e assuntos domésticos. De um modo geral, as professoras locais não estão preparadas para a transmissão desses ensinamentos.

A Secretaria de Educação do Estado enviou às escolas do município um programa de economia doméstica com a indicação de dois livros sobre o assunto, livros êsses, em parte, inadequados à zona rural. Êsse programa, entretanto, não entrou em execução.

A merenda no Grupo Escolar não é considerada com a importância devida. É preparada sob a responsabilidade de uma das professoras que, espontaneamente e com o máximo de boa vontade, se dedica a êsse mister. É servida com o auxílio ocasional de outra professora e, algumas vezes, pelo próprio servente. São as merendas distribuídas na cozinha, sendo insuficientes e inadequadas, especialmente considerando o estado de subalimentação de grande parte das crianças. Uma das dependências do Grupo, que seria adequada à distribuição da merenda, está ocupada há mais de dois anos por uma repartição pública estadual.

O Setor iniciou um trabalho sistemático de orientação junto à encarregada da preparação da merenda, tanto no que se refere à instalação da cozinha, melhoria da sua organização, como quanto à higiene dos utensílios e composição de merendas mais nutritivas. Como resultado, foram adotadas novas práticas, tais como: ferver os utensílios após o seu uso (canecas, colheres etc.); técnica correta de lavar a louça; enriquecimento das merendas. Realizou-se, ainda, no Grupo, um inquérito alimentar respondido por 283 escolares, tendo sido constatado que, naquele dia, somente 105 crianças trouxeram merenda de casa, e 54 receberiam na escola. As merendas, entretanto, eram sem valor qualitativo, observando-se a falta absoluta de orientação nêsse sentido; somente 5 crianças faziam uso do leite e 24 de frutas. As demais merendas constavam quase integralmente de pão com manteiga.

Caixa Escolar

A merenda do Grupo, estando afeta à Caixa Escolar do Município e que ali tem sua sede, levou o Setor a interessar-se também por essa instituição escolar que, no momento, atravessa certa crise interna.

O seu sistema de arrecadação é centralizado. As contribuições provenientes tanto da sede como das escolas distritais, são

recolhidas à Caixa Central e redistribuídas, posteriormente, mediante pedido das professoras. O sistema, porém, não funciona. Há escolas que contribuem e nada recebem, daí resultando que, quando umas escolas contam com professoras interessadas e que desenvolvem a arrecadação em seu âmbito, preferem não remeter à sede e empregar a importância em material escolar, uniformes e merenda para seus próprios alunos. São casos raros, porém. Comumente as escolas da roça não dispõem de meios. Em um dos dois distritos mais progressistas, a Caixa Escolar conta com maiores recursos obtidos através de festas tradicionais que se realizam anualmente e cuja renda reverte em benefício da Caixa local.

Assim, a renda mensal da Caixa Escolar da sede municipal apresenta um "déficit" constante. São atendidas perto de 300 crianças, diariamente, sendo a frequência média diária de grupo de 980 alunos, nos dois turnos.

Juntamente com a Diretoria do Grupo, a técnica do Setor pensou num plano de ação, tendo o mesmo se iniciado por um contacto com a Diretoria da Caixa Escolar — que há muito não se reunia — para, em conjunto, ser estudada a situação. Após vários e insistentes convites, conseguiu que se realizassem quatro reuniões, nas quais os membros da Diretoria tomaram conhecimento dos estatutos e dos problemas da Caixa, para muitos deles, desconhecidos. Assentaram-se várias medidas entre a diretoria e a técnica do Setor, que se prontificou a colaborar; entre elas, a de que seria feito um esforço geral para conseguir novos contribuintes. Providenciaram-se circulares destinadas aos pais dos alunos, explicando o valor da merenda e solicitando a sua contribuição, o que resultou num aumento da arrecadação mensal. Posteriormente, foi realizada uma festa social, tendo a metade de sua renda revertido para a Caixa Escolar. Esta mereceu, pois, tôda a atenção por parte do Setor, tendo sido dispendidos os maiores esforços no sentido de uma revisão no seu funcionamento. Isto, entretanto, não foi obtido satisfatoriamente, em virtude do pouco interesse demonstrado por alguns elementos da diretoria e pela impossibilidade de ser esta renovada, naquela ocasião, devido a fatores locais de ordem administrativa.

Hospital local

No hospital local não se observa nenhuma orientação técnica na preparação das dietas. A cozinha está sob a responsabilidade de uma das Irmãs e de auxiliares. As hortaliças e alimentos necessários para a preparação das dietas são adquiridas fora, pela inexistência de horta e pomar no Hospital. A sua área é muito limitada, não possibilitando cultura ou criação. A instalação e equipamento da cozinha não são suficientemente adequados; não há aparelhamento próprio ou adaptado para a esterilização dos utensílios.

A Irmã responsável pela cozinha ingressou, posteriormente, nos cursos de Nutrição, Arte Culinária e Indústrias Caseiras, tendo, então, tido oportunidade de receber noções básicas e participar de aulas práticas de culinária e indústrias. Recebeu também o material especializado sobre o assunto. Acredita-se, assim, que certa melhoria possa ser introduzida na alimentação dos doentes.

CONTACTO COM ALUNAS DO CURSÔ NORMAL

Foi também constatado que a situação, do ponto de vista alimentar, na instituição de ensino secundário é idêntica às demais. Há internato e externato para o elemento masculino e feminino, sendo inexistentes, em qualquer dêles, as atividades práticas referentes à cultura, criação e alimentação. Esta é, igualmente, preparada sem orientação técnica. Não tendo havido oportunidade de uma ação direta junto aos responsáveis pelo estabelecimento, procurou o Setor maior contacto com as alunas do Curso Normal e a professora da cadeira de Agricultura, aliás muito dedicada e com grande senso de responsabilidade.

Conforme desejo expresso das alunas, foi iniciado um plano de aulas periódicas sobre alimentação, instalação de cozinhas escolares e práticas agrícolas. Um pequeno grupo visitou um dos povoados onde estava sendo estimulada a organização das merendas escolares, tendo, nessa ocasião, participado do planejamento da cozinha escolar, que, posteriormente, foi instalada. As

aulas, entretanto, tiveram que ser interrompidas, pelo pouco interesse demonstrado por parte das alunas.

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL

No decorrer dos cursos, na sede e nos distritos, foi distribuída apreciável quantidade de material, especialmente preparado para esse fim pela encarregada do Setor, sobre alimentação e assuntos domésticos, bem como sobre indústrias caseiras.

Esse material foi aplicado com critério, tendo sido aproveitado para uso doméstico, em grande parte. Foi também aconselhado e estimulado o uso dos utensílios adequados aos trabalhos domésticos, com doação ocasional de alguns e indicações de estabelecimentos e firmas comerciais onde pudessem os mesmos ser adquiridos.

VISITAS

Foram visitadas algumas pequenas indústrias alimentícias, açougues, quitandas, hotéis, padarias, casas de secos e molhados, bares, restaurantes etc., tendo sido observada, de modo geral, pois existem exceções, a inadequação da maquinária, dos utensílios e da instalação. A higiene é precária. Em alguns estabelecimentos não existe nem mesmo água corrente suficiente para a devida higiene geral e dos utensílios e, raramente, possuem esterilizadores para a louça. Nessas oportunidades era sempre oferecida orientação técnica.

Na zona rural

Nos povoados da zona rural, os problemas constatados foram mais graves ainda, pelas distâncias, dificuldades de transporte e falta de outros elementos gerais e específicos para as suas soluções. Assim, a situação alimentar já em si muito séria pela falta de orientação, torna-se mais aguda, pela quase inexistência de hortas, pomares e criação doméstica ou pela venda dos produtos, tornando mínimo o consumo. Graves também são os problemas

com referência à habitação, arranjo do lar, administração da casa etc. A ação do Setor, no meio rural, obedeceu à mesma orientação seguida pelos demais; processou-se junto aos grupos, às famílias e indivíduos. Iniciou-se, depois dos contactos normais com a população, através de visitas domiciliares e reuniões com o elemento feminino, pelos cursos de corte e costura e trabalhos manuais.

Pelo fato da situação alimentar ser tão precária, teria sido desejável iniciar pelo desenvolvimento de um programa sistemático sobre alimentação. Este, entretanto, estaria condicionado a providências conjuntas, por parte da Missão e da população local, para o fomento da produção variada, instalação de hortas e pomares, e que deveriam preceder a qualquer iniciativa de orientação por parte do Setor. O problema, entretanto, não foi descurado. A educação sobre alimentação, nos povoados, foi lenta, porém constante. Em tôdas as visitas domiciliares foi abordado o assunto e dadas instruções sobre preparação e apresentação dos alimentos ou mesmo sobre seu aproveitamento. O assunto nutrição foi abordado, cautelosamente, a fim de evitar choques em face das condições desanimadoras, habitualmente encontradas. Eram aconselhadas, dentro das possibilidades, modificações tendentes a corrigir máus hábitos alimentares e incentivada a instalação de hortas domésticas.

Tendo sido verificado que um dos aspectos do problema relacionava-se com o abastecimento de carne aos povoados, o Setor procurou entrar em contacto com alguns açougueiros da sede municipal, tendo um dêles ficado de convocar uma reunião com os companheiros de classe, para estudar o assunto. Esse plano ficou, porém, sem efeito, depois de inaugurado o matadouro local, sob a alegação de aumento de impostos. Acredita-se que, com o funcionamento dos Centros Sociais Rurais, suas diretorias estudem a maneira prática de solucionar esse e outros problemas locais.

INDÚSTRIAS CASEIRAS

O campo das indústrias rurais caseiras desperta grande interesse no meio rural, embora sejam pouco desenvolvidas, ora por

falta de matéria prima, ora por desconhecimento dos métodos de industrialização. São prejudicados ou mesmo inutilizados os produtos. Os processos adotados são empíricos.

A aquisição de conhecimentos nêsse sentido foi desejada por um grupo de senhoras, tendo sido promovidas pelo Setor várias demonstrações, com participação ativa de algumas donas de casa, sôbre industrialização de compotas de frutas, industrialização de tomate, fabrico de manteiga, conservação de ovos etc.

Essas práticas efetuaram-se a domicílio. Posteriormente, algumas famílias adquiriram equipamento necessário para industrialização, como sejam: vidros para conservas, batedeiras de manteiga, medidores, cortadores de massas etc., revelando êsse fato terem algumas donas de casa compreendido o valor do equipamento adequado.

COZINHAS ESCOLARES

Sendo a situação da merenda escolar, nos povoados, mais precária ainda que a da séde, intensificou-se o trabalho junto às professôras, a fim de conseguir um levantamento de contribuições para a Caixa Escolar e promovendo-se a instalação de pequenas cozinhas junto às escolas.

Êsse plano foi em parte realizado, tendo sido organizadas três cozinhas escolares: duas no povoado de Boa Ventura e uma na Escola Típica Rural, no 1º distrito. Em Patrimônio de São José, o Setor de Economia Doméstica do Centro Social Rural assumirá a responsabilidade de instalação da cozinha para as seguintes finalidades: preparação das merendas para os alunos da escola, o ensino de arte culinária e indústrias caseiras, e fornecimento das dietas às pessoas internadas na enfermaria do Centro Social Rural.

O fornecimento da merenda naquelas escolas, já após terem sido instaladas as cozinhas, tem sido, entretanto, irregular, devido a muitos fatores. Entre outros, a falta de maior interêsse de algumas professôras e por vêzes, também, a contribuição irregular e insuficiente, ou a falta absoluta de recursos e local para sua preparação etc. As merendas têm sido fornecidas com a ajuda dos



Foto 38 — Aula de Economia Doméstica na sede municipal



Foto 39 — Indústrias caseiras — Aula prática na sede municipal

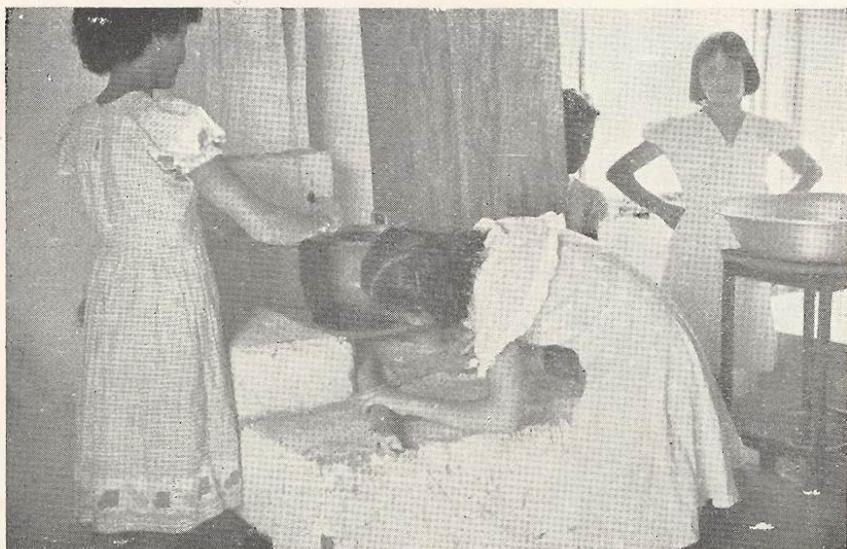


Foto 40 — Meninas do povoado preparando um almoço para os escolares, na cozinha da escola local, instalada pelo Setor de Economia Doméstica em Boa Ventura.



Foto 41 — Merenda Escolar na roça — Iniciativa do Setor de Economia Doméstica.



Foto 42 — Patrimônio de São José — Aula de corte e costura



Foto 43 — Clube Agrícola — Aula de trabalhos manuais



Foto 44 — Lavagem de roupa na roça — Sistema comum à beira do valão



Foto 45 — ...melhor sistema, menor esforço

próprios alunos, que trazem de seus lares alguma contribuição em espécie ou em dinheiro. Um grupo de meninas — em geral sócias dos Clubes Agrícolas — tem colaborado na preparação das merendas, orientadas pela encarregada do Setor. A continuação do trabalho junto às escolas leva a crer na possibilidade do funcionamento regular das cozinhas escolares para o fornecimento das merendas.

O equipamento para instalação das cozinhas foi fornecido pela Missão.

CORTE. COSTURA. TRABALHOS MANUAIS

Como já foi explicado, as atividades do Setor iniciaram-se pelos cursos de corte e costura e trabalhos manuais que correspondiam aos interesses imediatos do elemento feminino dos povoados.

Em Patrimônio de São José freqüentaram o curso de corte e costura 46 moças e 20 meninas da região. Em virtude de dificuldades de várias naturezas — obrigações e afazeres domésticos, distância etc. — não puderam as senhoras participar dos mesmos.

As aulas eram ministradas na Escola Estadual ou em casa da professora que gentilmente franqueou êsses locais ao Setor.

Em Boa Ventura, houve possibilidade de maior aproveitamento do trabalho, tendo acompanhado o curso 66 moças e meninas e 11 senhoras, em grupos distintos, tendo havido boa freqüência. Serviram também, de local, uma escola particular e a própria residência da professora.

Tanto num como noutro povoado, foi desenvolvido um programa básico, tendo as alunas aprendido rudimentos de corte, costura, tricô, crochê, pontos de bordado, pequenos trabalhos etc. Quase tôdas confeccionaram pelo menos uma peça simples, como: blusa, vestido toalha, blusão etc. Em ambos os povoados, o equipamento básico foi fornecido pela Missão, excetuando as máquinas de costura, emprestadas pelas donas de casa. O material para a confecção das peças de vestuário era levado pelas próprias alunas.

Com o desenvolvimento dos cursos, algumas alunas que demonstraram maior aproveitamento, passaram a atuar como auxiliares da especialista do Setor, assumindo o encargo de certas atividades no grupo, preparando-se, dessa forma, para uma futura liderança junto a novos grupos. Aliás foi preocupação constante do Setor este aspecto do trabalho educacional, considerando a escassez de pessoas habilitadas, na zona rural, para os trabalhos domésticos em bases racionais.

PALESTRAS EDUCACIONAIS

Em várias oportunidades, a técnica do Setor proferiu palestras a grupos de moças e senhoras, abordando os mais variados temas, conforme julgava indicado para a ocasião. Verificou o baixo nível intelectual que a obrigava a colocar os assuntos em um plano elementar, a fim de se tornar compreendida nos grupos.

Constatou-se, assim, a necessidade de objetivar o mais possível, todo o ensino, com material variado, tendo sido levados quadros com ilustrações coloridas sobre alimentação, livros apresentando composições em linguagem simples e desenhos sugestivos, revistas etc., além do material para demonstrações e práticas de indústrias, corte e costura.

Conclusões e sugestões

Pela experiência realizada, constatou-se a imperiosa necessidade de amparo e estímulo às populações rurais, através de uma orientação educacional e também de uma certa assistência.

Apresentam-se a seguir, algumas sugestões baseadas no que foi observado e estudado durante a ação desenvolvida pelo Setor de Economia Doméstica.

a) — *Considerando a falta de elementos preparados para a orientação do trabalho no setor específico da economia doméstica e a fim de tornar sólida a atuação já iniciada, será proveitoso*

proporcionar uma supervisão técnica nos campos de atividades que estão se desenvolvendo e nos que vierem a ser criados através de um contacto periódico e constante com os diferentes grupos. Aconselha-se a presença de uma especialista em Economia Doméstica, que atuará junto aos Centros Sociais Rurais, escolas em geral, junto às donas de casa e jovens, com a finalidade de estimular a continuação dos programas já em andamento, como sejam: as merendas escolares, administração do lar, arte culinária, corte e costura, trabalhos manuais e indústrias caseiras etc.

b) — Em face da grande deficiência de conhecimentos atualizados e técnicas adequadas, entre os elementos que lideram os programas educacionais no campo das atividades domésticas, especialmente no que se refere à preparação para os encargos da vida da família, torna-se premente a necessidade da administração de cursos regionais, intensivos, de curta duração, para preparar líderes, elementos interessados no ensino em geral e também atuais e futuras donas de casa, a fim de capacitá-las para o desempenho de suas funções tanto na escola, como no lar ou na comunidade.

Nesses cursos, seriam transmitidas noções básicas, orientação e informação geral, sobre assuntos tais como: orçamento, organização da casa, administração do lar, métodos de trabalhos domésticos, arranjo e higiene do lar, escolha, confecção e conservação da roupa etc.

c) — A pequena indústria, geralmente, é desenvolvida na zona rural, de modo empírico. O processo de conservação dos alimentos, (quando se trata da pequena indústria alimentícia), é feito através de métodos antiquados, e com o uso de material inadequado. A parte de higiene é também precária. Constituiria grande valor, promover cursos de indústrias rurais para os agricultores em geral, proporcionando-lhes orientação técnica, auxiliando-lhes na escolha de material próprio e proporcionando-lhes também, sempre que possível, material educativo como: livros, folhetos, cartazes etc. Esses cursos seriam de curta duração, bem objetivos e práticos, com demonstrações e participação ativa do grupo.

d) — *Levando em consideração a conveniência da formação de pessoal em sua própria região, ou em áreas que correspondam às características de sua comunidade, recomenda-se a organização de cursos de treinamento de maior duração, (um ano no mínimo), que incluam, entre outras disciplinas indispensáveis, o ensino de corte, costura, organização e administração do lar, escolha e preparação dos alimentos, confecção de mobiliário simples, (trabalhos de madeira), preservação dos alimentos etc.*

e) — *Ressentindo-se os alunos das escolas primárias e secundárias de programas regulares que proporcionem uma formação sobre assuntos do lar, sugere-se sejam incluídos no curriculum escolar ensinamentos básicos sobre economia doméstica, através de aulas regulares, palestras informais e material de educação audiovisual etc.*

f) — *Para que esse programa possa ser levado a efeito eficazmente, deverá ser intensificada a preparação de material educativo, por organizações particulares e oficiais, tais como: livros, folhetos, cartazes em cores, filmes e diafilmes, sobre assuntos domésticos em geral, alimentação, industrialização etc.*

g) — *Como os objetivos da escola não deverão ser exclusivamente os de ensino, seria de grande alcance considerá-la também como uma instituição alimentar, possibilitando, sempre que isso comportar, a assistência de uma responsável pela alimentação dos escolares. A mesma pessoa teria a seu cargo, além de uma orientação às professoras sobre a educação alimentar dos alunos, a tarefa de organizar cozinhas escolares, orientar a preparação de merendas balanceadas etc., tanto na sede do município como nos distritos.*

CAPÍTULO VI

ATIVIDADES DO SETOR MÉDICO-SANITÁRIO

Na sede municipal

CURSOS

Foi organizado em agosto de 1950 um curso de enfermagem para atender à solicitação de um grande número de moças e senhoras, inclusive inúmeras professoras. Matricularam-se 90 alunas que foram distribuídas em seis turmas, funcionando três à tarde e três à noite, com duração média de duas horas de aula teórico-prática para cada turma. A frequência decresceu no decorrer do curso, passada a primeira fase de entusiasmo, como era de se esperar, sofrendo uma redução de 50%, ficando então as turmas fundidas em três.

Houve, inicialmente, grande dificuldade para se conseguir um local adequado à instalação, o que foi possível mais tarde, em caráter provisório, em uma das dependências do Grupo Escolar 10 de Maio, tendo nela funcionado até dezembro. Neste curso visouse, não somente ministrar ensinamentos de arte de enfermagem, como também, despertar nas alunas uma consciência comunitária, chamando-lhes a atenção para os problemas médico-sociais de sua cidade e, especialmente, os das populações rurais, incentivando-lhes o desejo de cooperar na sua solução, e descobrir líderes capazes de assegurar a continuidade do trabalho da Missão. Assim, por várias vezes, algumas moças da cidade e professoras acompanharam os técnicos da equipe em suas idas à roça.

Esses cursos, entretanto, não foram continuados, no 2º período, em virtude da modificação do programa. Visavam os cursos

orientar o aproveitamento do pessoal mais interessado, nas iniciativas tomadas e na prestação de serviços às instituições, em caráter voluntário. Entretanto, foi constatado, que, com raras exceções, o objetivo das alunas era exclusivamente de ordem pessoal.

ARTICULAÇÃO COM SERVIÇOS OFICIAIS E PARTICULARES

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itaperuna

Fundada em junho de 1947, funcionava apenas, para efeito de subvenções, em virtude da construção da Casa da Criança. Nunca teve vida característica de Associação, não tendo se verificado até julho de 1951 nem uma só reunião da diretoria. Promoveram-se reuniões, daí por diante, com os membros da diretoria, cujo mandato já havia expirado. Eleita a nova diretoria, continuou a ser-lhe emprestada cooperação, envidando-se todos os esforços para despertar nos novos membros o verdadeiro espírito que deve nortear estas agremiações, procurando integrá-la nos seus objetivos, bem como para que se efetuassem reuniões periódicas, com a participação de todos os membros. As reuniões realizadas, sempre com grande dificuldade, para se conseguir congregar todos os elementos da direção e para eleger os novos dirigentes, tiveram, entretanto, resultados auspiciosos.

À pedido da presidente, foram revistos os estatutos, contando-se, neste particular, com a cooperação valiosa do Setor de Serviço Social, ao mesmo tempo que foram apresentadas sugestões para modificações desejáveis e também, entre outras, a da constituição de um quadro de sócios, a da elaboração do regulamento etc.

O estudo da obra em construção — crèche — revelou ser a mesma contra-indicada ao meio, tendo sido sugerido o seu aproveitamento da seguinte maneira: uma enfermaria de crianças no primeiro andar e ambulatórios no andar térreo. Este plano, sugerido pelo Setor, depois de discutido, em mais de uma reunião, foi aceito por todos. A seguir estudou-se no local com os membros da diretoria, o engenheiro encarregado da construção, o chefe do Distrito Sanitário, e a enfermeira da equipe, tendo o enge-

nheiro ficado com a responsabilidade de apresentar, na primeira reunião seguinte, a planta com as modificações necessárias à adaptação. Espera-se, pois, que num futuro próximo, possa Itaperuna contar com uma organização que de fato realizará obra de ponderável alcance social.

Distrito Sanitário IV

No segundo período, foi possível uma atuação direta, embora limitada, nos ambulatórios de sífilis e doenças venéreas, ainda incipientes, e no de Higiene da Criança, tendo-se nessa ocasião, tentado orientar as auxiliares dos respectivos serviços, em certos conhecimentos de enfermagem, especialmente inculcando-lhes noções de assepsia.

Ainda cooperando com o Centro de Saúde, realizou, nos morros da cidade, juntamente com os seus funcionários, intensa campanha de vacinação anti-variólica, em virtude de um surto de doenças eruptivas que começava a surgir.

Legião Brasileira de Assistência

Articulou-se com a L.B.A., através de sua presidente, de quem sempre obteve a máxima cooperação, no sentido de uma entrosagem futura entre os serviços da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itaperuna e as atividades desenvolvidas pela L.B.A., tendo para êste fim contado com a presença da referida presidente em tôdas as reuniões da Associação. Teve por objetivo, sobretudo, anular a duplicidade de serviços e congregar os esforços para tornar possível uma assistência eficaz à maternidade e à população infantil do município.

SEMANA DA CRIANÇA

Incentivou o Setor a organização de um programa comemorativo da Semana da Criança, entre as pessoas e as entidades mais responsáveis da sede, tendo nela colaborado, ativamente, no pla-

nejamento, o chefe do Distrito Sanitário e seus funcionários, a presidente da L.B.A. e a diretora do Grupo Escolar 10 de Maio.

Foram programadas atividades para cada dia da semana, desenvolvendo-se um programa educativo-recreativo, a cargo das instituições patrocinadoras. Num desses dias, teve lugar o concurso de robustez, na sede da Missão, sendo distribuídos prêmios aos vencedores. A seguir, houve a inauguração de uma exposição de puericultura, constando de material educativo — cartazes, folhetos etc. e da apresentação de um quarto infantil para família de pequenos recursos, tendo sido confeccionado todo o mobiliário de caixote. Este fato despertou grande interesse por parte das mães ali presentes.

Cada entidade responsabilizou-se, também, por uma palestra radiofônica, realizada diariamente, através da emissora local que também irradiou, no último dia, uma mesa redonda, na qual participaram representantes de todas as instituições patrocinadoras, além de autoridades. Foram discutidos os problemas sociais de grande alcance para o município, particularmente no campo da infância.

Deve-se destacar o fato de que pela primeira vez, no município, a Semana da Criança foi comemorada com um programa amplo e objetivo.

Na zona rural

VISITAS DOMICILIARES

Tendo sido impossível, no início do trabalho, realizarem-se inquéritos específicos, foram as visitas domiciliares feitas sistematicamente, pois proporcionavam um conhecimento real das condições da comunidade e do estado hígido de seus membros.

Um outro aspecto decorrente dessas visitas, realizadas informalmente e com simplicidade, foi a confiança que se grangeou junto às famílias, permitindo que se difundissem conhecimentos de higiene e de nutrição, objetivamente, segundo as oportunidades oferecidas nos próprios lares e que asseguraram uma prática efetiva, conforme constatação pessoal em visitas subseqüentes.



Foto 46 — Aula teórica de enfermagem, na sede municipal

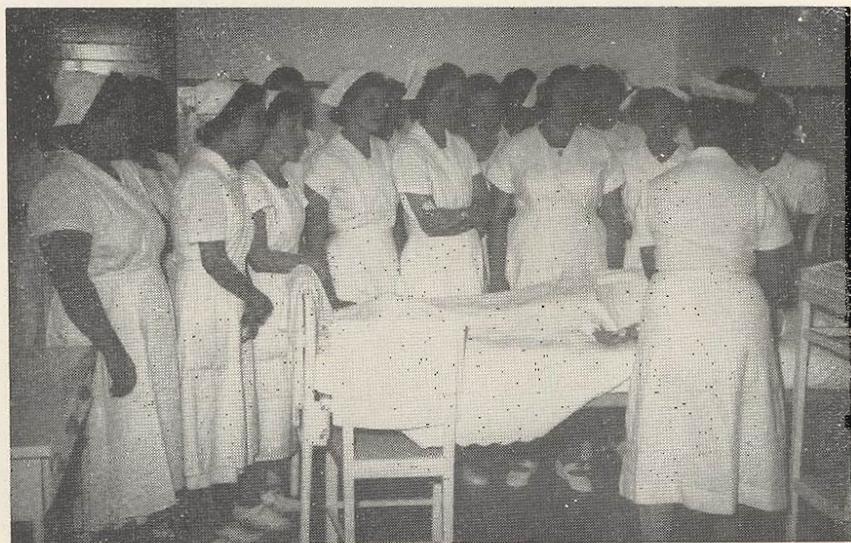


Foto 47 — Aula prática de enfermagem na sede municipal

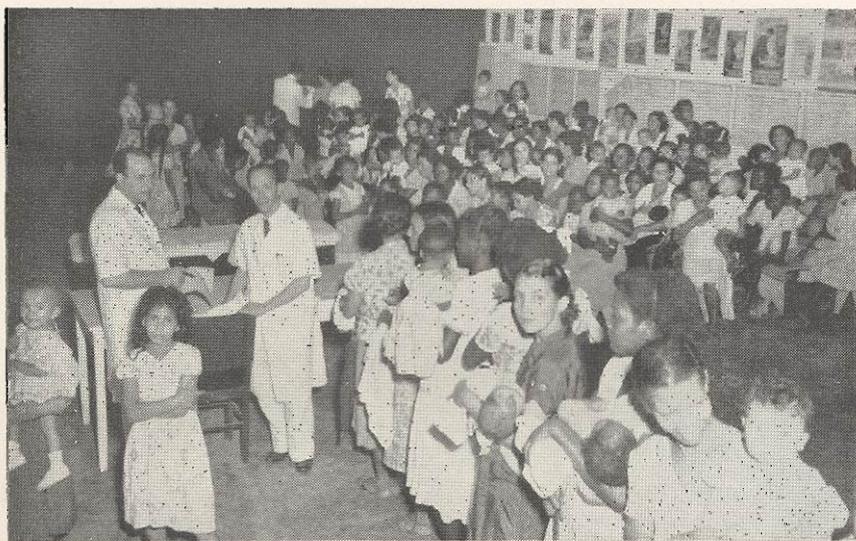


Foto 48 — Semana da Criança — Concurso de robustez, promovido por instituições locais em colaboração com a 1.ª Missão.



Foto 49 — Enfermeira visitando uma família na zona rural



Foto 50 — A enfermeira realiza prática de higiene individual

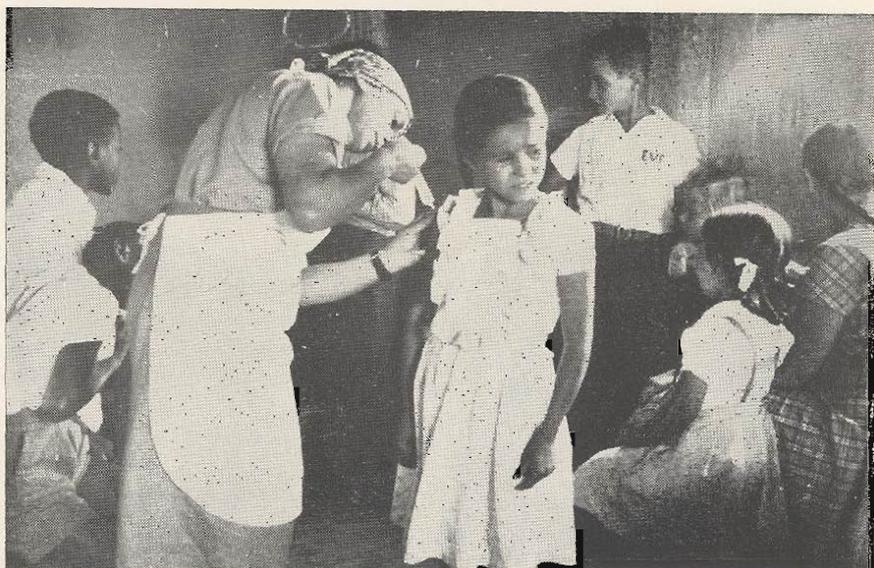


Foto 51 — Vacinação nas escolas da zona rural



Foto 52 — Construção de fossa higiênica — Aré — Campanha promovida pela Missão em colaboração com o Distrito Sanitário.



Foto 53 — Fase final da construção, vendo-se à direita o prédio em cujas dependências funciona a Escola Estadual de Aré.

POSTOS MÉDICOS

Embora o objetivo essencial da Missão seja educar, todavia, para atender às necessidades de saúde, foram organizados dois postos médicos, de caráter provisório, em Patrimônio de São José e em Boaventura. Os prédios foram oferecidos por moradores locais, assim como o mobiliário do posto de Boa Ventura, sendo o do primeiro emprestado pelo Distrito Sanitário IV, porém já devolvido, em virtude da instalação do Centro Social de Santo Antônio dos Milagres. O material foi cedido pela Missão. Os medicamentos, em grande parte, provieram da Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Educação e Saúde, cedidos por seu diretor, e o restante adquirido pela própria Missão.

As consultas começaram a funcionar, regularmente, logo após a chegada do médico e assim continuaram durante o primeiro período, quando tôdas as oportunidades educacionais foram aproveitadas pelo Setor. A distribuição de medicamentos era feita sempre que o caso o exigia. No segundo período, isto é, a partir de abril de 1951, contou a Missão exclusivamente com os serviços profissionais do médico chefe do Distrito Sanitário IV, que nela se integrou, emprestando-lhe voluntariamente seu apóio e cooperação.

Êstes Postos serão substituídos pelos Centros Sociais Rurais que compreenderão, entre outras atividades, a assistência médica, considerada, pelo homem rural, como o problema mais angustioso de sua comunidade, tornando possível o funcionamento, em caráter permanente, daquele serviço, organizado para atender uma situação de emergência.

CURSOS

Foram organizados cursos de enfermagem, administrados com simplicidade e informalmente, para as moças, nos centros dos povoados, funcionando uma vez por semana e visando o ensinamento de práticas de enfermagem úteis no lar e, para as senhoras, noções de higiene e puericultura.

Nos primeiros contactos com as moças, verificou-se o baixo nível de instrução que apresentavam, sendo a maior parte analfabeta, o que fez com que o Setor modificasse o programa no sentido de lhes fornecer, primeiramente, noções gerais de ciências e de higiene.

Tanto em Patrimônio de São José como em Boa Ventura, os cursos tiveram freqüência irregular, sendo a presença média de 10 alunas.

Com as senhoras, mães em geral de 8 a 15 filhos, em estado de saúde precário, foi logo constatada a impraticabilidade de classes de qualquer tipo. Além das atribuições domésticas, muitas delas têm ainda o encargo de levar ao local de trabalho a refeição do marido, dos filhos e dos assalariados. O comparecimento de algumas, com grande sacrifício, às primeiras palestras, era, determinado, apenas, pelo receio de que não pudessem gozar dos benefícios da assistência médica, conforme se verificou pelas visitas domiciliares, caso não freqüentassem os mesmos.

Esses cursos funcionaram apenas no primeiro período de atuação.

VACINAÇÕES

Verificada a existência de um surto de coqueluche em Patrimônio de São José, realizou-se a vacinação não só nessa localidade, como também em Boa Ventura, sendo feitas vacinas num grande número de crianças.

No segundo período, em que se tornou possível uma colaboração mais estreita com o médico chefe do Centro de Saúde, foram efetuadas vacinas anti-variólica e contra febre tifóide na população de quase todo o Distrito, tomando-se como base as escolas locais, em cooperação com os funcionários do Distrito Sanitário.

A necessidade de intenso trabalho educacional é manifesta, pois foi encontrado um grande número de adultos que se recusou formalmente à vacinação, só se conseguindo seu assentimento depois de uma demorada catequese.

Aproveitando a oportunidade do contacto com as professoras e com os escolares, esclarecimentos eram feitos sobre as imunizações e sua significação na defesa da saúde.

CAMPANHAS

Campanhas no seu verdadeiro sentido, embora programadas, em virtude de vários fatores, não foram levadas a efeito. Entretanto, em tôdas as oportunidades, nos contactos pessoais, empreendeu-se uma campanha sistemática, objetiva, sôbre os pontos fundamentais de higiene, de profilaxia, focalizando especialmente a construção de privadas higiênicas; a necessidade de banhos diários e de outras práticas de higiêne pessoal e da habitação, muito descuidadas.

Em Patrimônio de São José, as duas primeiras privadas foram mandadas construir nessa primeira fase, por elementos de destaque da localidade. O plano do Setor visava a construção de fossas higiênicas, junto às escolas e aos Postos Médicos, realizadas em colaboração com os interessados. Por motivos vários, sômente a fossa localizada junto à escola de Aré, foi construída prontamente. Para isso forneceu a Missão a placa-base de cimento armado, ficando o material da construção da casinha e a mão-de-obra por conta dos moradores.

Foram mandadas construir em colaboração estreita e sob a orientação do médico-chefe do Distrito Sanitário e pela Missão, placas de concreto que ficaram distribuídas entre os três Centros Sociais com o objetivo de estimularem e darem prosseguimento a essa iniciativa, tendo sido a primeira construção feita unicamente como demonstração e exemplo. Sômente com o funcionamento efetivo dos Centros Sociais Rurais, e com as campanhas educacionais que desenvolverão, todo o trabalho que o Setor vem realizando irá sedimentar-se, traduzindo-se nas modificações desejáveis para o meio, como já se tem atestado em alguns casos concretos. Assim, constituiu surpresa o fato de se encontrar, certa vez, no alto da serra, em uma das visitas domiciliares, crianças com as cabeças cuidadas e com os cabelos cortados. Uma das moças que lá morava e que freqüentava as aulas no povoado, observando o programa de higiene que o Setor desenvolvia, principalmente junto às crianças, procurou, dentro de suas possibilidades, desenvolver ação semelhante na vizinhança.

O problema da alimentação era também sempre abordado salientando-se o valor das refeições qualitativa e quantitativamente bem organizadas, ensinando-se-lhes, em tôdas as oportunidades, a selecionar e usar os alimentos que mais preenchem as necessidades orgânicas, incentivando-se a organização de hortas e pomares, para se proverem de verduras, legumes e frutas — elementos indispensáveis às dietas normais e carentes na região.

CLUBES AGRÍCOLAS

Foi tentado um entrosamento com as atividades que os outros setores desenvolviam junto aos clubes agrícolas, sem que, contudo, tivesse sido possível, pela interferência de vários fatores, realizar-se êsse intento, como seria desejável.

Projeta-se, após a instalação do Centro Social Rural de Santo Antônio dos Milagres, um curso de Primeiros Socorros, para as crianças dos Clubes Agrícolas.

REUNIÕES GERAIS

No segundo período, as reuniões de moradores foram intensificadas, concentrando tôda a atenção da equipe que delas participava integralmente. Tiveram como corolário a concretização dos Centros Sociais Rurais, destacando dentro dos seus objetivos, o setor saúde.

Conclusões e sugestões

a) *Embora visando, essencialmente, o levantamento das condições de vida da zona rural (distritos), torna-se necessário desenvolver-se, igualmente, um trabalho educativo na sede municipal que apresenta, em geral, problemas médico-sanitários graves. Refletem a situação do Distrito Sanitário, que centraliza as atividades públicas médico-sanitárias do Município.*

b) *Empenhar-se junto aos órgãos administrativos competentes para a reorganização, em bases eficientes, dos serviços oficiais*

(Centros de Saúde, Postos de Higiene etc) a fim de que funcionem, atendendo à finalidade a que se destinam. Enviar-lhes relatórios fidedignos, elaborados após estudo de todos os fatores que intervêm para ineficácia desses serviços e após discussão com os chefes e funcionários dos mesmos, destacando as causas da situação atual e apresentando sugestões úteis para modificações.

c) Fazer funcionar, obrigatoriamente, nas instituições escolares, serviços de higiene escolar, com um programa educativo paralelo.

d) Desenvolver um plano sistemático de campanhas objetivas (construção de fossas, abastecimento d'água, habitação etc.), mobilizando a comunidade e utilizando o rádio, a imprensa, escolas etc.

e) Organizar cursos intensivos e específicos (orientação aos farmacêuticos práticos, às parteiras curiosas, enfermagem do lar, puericultura etc.), segundo as necessidades do meio.

f) Instituir bôlsas de estudo para os elementos mais capazes, que se distinguirem nas iniciativas locais, a fim de que possam, dêsse modo, prestar uma colaboração melhor, permanente e efetiva à sua comunidade.

g) Necessidade de modificação do "currículo" escolar dos estabelecimentos de formação de professoras, no sentido de que sejam incluídas noções fundamentais e práticas de higiene em geral e de puericultura.

h) Introdução, no programa das escolas primárias, de noções elementares de higiene.

CAPÍTULO VII

ATIVIDADES DO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL

Como é da natureza mesma do Serviço Social ser elemento de colaboração, procurou o Setor articular suas atividades com as dos demais, a fim de com êles cooperar na consecução dos objetivos específicos dos respectivos programas, cuidando, ao mesmo tempo, do desempenho das funções que lhe eram próprias, no conjunto das atividades da Missão.

Obedecendo à orientação geral adotada para os trabalhos, tratava-se, do ponto de vista do Serviço Social, especialmente da aplicação do método de "Organização Social da Comunidade". O de Grupo, como subsidio indispensável, seria aplicado, o quanto possível, ao passo que o de Casos em escala mínima, apenas quando o exigissem situações muito particulares. Nesse sentido, procurou atuar sempre, tendo presente, porém, a necessidade de um esforço constante de adaptação, em face dêsse trabalho educativo a ser realizado em caráter experimental e em comunidades rurais de poucos recursos, ainda não trabalhadas sob qualquer forma.

A preocupação de conjugar as atividades dos Setores e dêstes com as instituições e outros elementos do meio para que, em conjunto, entrassem em ação coordenada, foi constante nos técnicos da Missão, como é fundamental, aliás, em trabalho de comunidade.

As etapas do método foram seguidas em suas linhas básicas, embora, em alguns pontos, sem um certo rigor de sistematização. O estudo social, por exemplo, não se procedeu através de uma pesquisa ou inquérito sistematizado, mas de uma tomada de contacto, íntima e permanente, com o elemento humano e as instituições, por meio de visitas, observações diretas e entrevistas.

Puderam, assim, os membros da equipe, inteirar-se dos problemas mediatos e imediatos, entrar em relação com os interesses manifestados pelos indivíduos como pelos grupos e com as necessidades que a estes levariam, posteriormente, a mobilizar-se para uma solução satisfatória. A análise, a interpretação dos dados obtidos, foi rigorosamente feita em conjunto com os interessados e por eles elaborado o plano de ação. Este se desenvolveu, progressivamente e, por vêzes, com alterações, através da atividade pessoal dos próprios interessados — portanto, sob sua responsabilidade de indivíduos e grupos integrantes da comunidade — e baseado, principalmente, em seus próprios recursos.

Por outro lado, as normas de ação adotadas pela equipe, enquadraram-se, perfeitamente, segundo as exigências do método, no espírito e nas técnicas de organização de comunidade. Isso está implícito no relatório parcial das atividades específicas desenvolvidas pelos Setores e se evidencia na parte referente ao trabalho conjunto de equipe, trabalho este típico de comunidade — e, portanto, afeto, particularmente, ao Setor de Serviço Social. Contudo, será aqui, apenas mencionado, por ter sido a assistente social, na sua execução, secundada, decisiva e permanentemente, pelos seus companheiros de equipe. O trabalho será relatado, dessa forma, como atividade conjunta.

Uma das atribuições específicas do Setor, dentro do programa geral, consistiu na interpretação dos objetivos da Missão, bem como dos programas particulares de trabalho, das iniciativas tomadas e do desenvolvimento posterior de tôdas as atividades, quer na sede, quer na zona rural. Assim, por ocasião das reuniões gerais ou de grupos e em determinados contactos individuais, cabia-lhe a exposição inicial dos assuntos nos termos que comportavam. Como também, no decorrer da ação, teve o encargo de orientar os elementos locais no momento em que se esboçou a "organização social" das comunidades e, posteriormente, quanto aos problemas de "estrutura" e "funcionamento" que tiveram de enfrentar, esclarecendo-os sobre os aspectos técnicos e de ordem prática que implicavam. Assumiu ainda o Setor a responsabilidade de organizar a documentação para fins de estudo, isto é,

o registro, sob a forma de relatórios circunstanciados, de tôdas as reuniões havidas — na cidade ou na roça — das entrevistas e das visitas efetuadas às instituições. O exame dessa documentação possibilitará aos interessados acompanharem o desenvolvimento do trabalho da Missão em muitos dos seus aspectos.

Na sede municipal

CONTACTO COM AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Juntamente com os demais técnicos da equipe, procurou-se, de início, estabelecer os contactos anteriormente feitos, no sentido de preparar um ambiente favorável. A seguir, realizaram-se visitas, com finalidade de estudo, às instituições sociais e a determinados serviços públicos cujas atividades interessavam de forma particular ao Setor. Nessas visitas, foram não só observadas as condições de organização e funcionamento, mas ainda aproveitou-se a oportunidade para as entrevistas com os responsáveis ou seus auxiliares imediatos. Dessa forma, pôde-se colher dados objetivos e outros elementos que permitiram chegar-se a um conhecimento razoável acêrca das condições reais do meio, dos seus problemas mais agudos e das reações que os mesmos provocavam. O contacto subsequente aprofundou êsse conhecimento preliminar, possibilitando uma melhor interpretação das situações e, posteriormente, o encaminhamento de certas iniciativas de caráter geral ou específico.

Interessavam particularmente ao Setor as instituições com atividades assistenciais, tais como: a Legião Brasileira de Assistência, o Hospital, o Distrito Sanitário; as de caráter educacional, como a instituição de ensino secundário — única do município — e, especialmente, o Curso Normal que ali funciona; o Grupo Escolar — o principal centro de ensino primário do município; a Inspetoria Escolar — órgão de coordenação e fiscalização do ensino primário estadual e do ensino supletivo (adultos); a Secretaria da Prefeitura à qual está afeto o ensino primário municipal; a Delegacia de Recrutamento e o Tiro de Guerra; a Bi-

biblioteca Pública; a Coletoria Federal — repartição responsável pela concessão de abonos familiares; o Forum. Sobretudo as entrevistas com os responsáveis por êsses serviços foram proveitosas, pela soma de informações proporcionadas e pelas perspectivas de futura colaboração que deixaram entrever. Esta colaboração se efetivou, mais tarde, com referência a algumas entidades mencionadas, como ficou evidenciado nos relatórios dos Setores e mais se acentuará, por certo, quando os Centros Sociais Rurais entram em funcionamento regular, passando a solicitar a cooperação dos serviços localizados na sede. Sede e distritos se articularão normalmente, em função mesma da prestação dos serviços. Êsse o sentido que se procurou imprimir aos contactos com as instituições privadas e com os órgãos oficiais.

CURSOS

Ao mesmo tempo que os Setores Médico-Sanitário e de Economia Doméstica iniciaram seus respectivos cursos na cidade de Itaperuna, o Setor de Serviço Social assumia a responsabilidade de dois outros: o de Formação Social e o de Atividades de Grupo. Destinou-se o primeiro a senhoras e moças em geral; e o segundo, especialmente a professoras, sendo, porém, aberto às pessoas interessadas, mesmo alheias ao magistério.

As reuniões de que resultaram os cursos a cargo da equipe feminina da Missão, foram promovidas, respectivamente, pelo Inspetor Escolar e pela Diretora do Grupo Escolar que convocaram os elementos do magistério local e pela Presidente da Legião Brasileira de Assistência que convidou grande número de senhoras e moças da sociedade itaperunense, para encontros com os membros da Missão. Dêsse contacto, surgiu a iniciativa dos cursos referidos que passaram a se realizar, quase sempre, em dependências do próprio Grupo Escolar.

Através do curso de Formação Social, procurou o Setor influir no sentido de que se processasse uma renovação de mentalidade, despertada para a realidade dos problemas sociais, não apenas no âmbito local, mas ainda no nacional e até mesmo no internacional. Grande atenção foi dada à questão da responsabilidade

pessoal em face dos problemas da comunidade, bem como a da sede em relação aos distritos. Focalizaram-se questões de ordem administrativa e técnica, assim como de organização ou funcionamento de serviços assistenciais e educacionais. O máximo de participação das alunas no debate dos assuntos foi sempre procurado e estimulado, a fim de que as aulas não permanecessem num plano teórico. Inscreveram-se no curso de Formação Social, 58 senhoras e moças, sendo as aulas dadas à noite, uma vez por semana.

O curso de Atividades de Grupo reuniu 43 professores, funcionando à tarde, duas vezes por semana. Constava de aulas teóricas, debate e trabalhos práticos. Abordaram-se questões de pedagogia moderna, no sentido de promover uma certa renovação nos métodos de ensino. Particular atenção foi dispensada ao estudo das instituições escolares e extra escolares — bibliotecas infantis, clubes agrícolas e clubes recreativos etc., — não tanto em sua estrutura, mas quanto ao processo de sua implantação e aos princípios que devem reger o seu funcionamento, para que sejam, de fato, instituições dinâmicas, integradas na escola e para que proporcionem aos escolares oportunidades de um autêntico aprendizado de vida democrática. Acentuou-se ainda a importância da colaboração entre a escola e a família, examinando-se algumas formas em que poderiam efetivar-se — visitas domiciliares, círculos de pais e mestres etc. Examinaram-se certos tipos de atividades de grupo que podem ser desenvolvidas com escolares: teatro infantil, teatro de máscaras, de fantoches, desenho, pintura, recortes, bonecos de arame etc., ficando a critério das interessadas um estudo mais detalhado de quaisquer dêles, a ser feito posteriormente.

A fim de possibilitar experiências sem perturbar os trabalhos do Grupo Escolar, foi oferecida às professoras a sede da Missão como local para práticas do curso, inclusive com grupos de crianças, se assim o desejassem. Estas, entretanto, foram em escala mínima. As professoras fizeram apenas prática de recortes e somente uma, muito mais tarde, trabalhou com um grupo de alunos no desenvolvimento de um projeto.

Devem-se mencionar dois fatos significativos: primeiro, a constatação de que o entusiasmo cedo arrefece, denotando in-

terêsse superficial pelos problemas e descontinuidade no esforço, uma vez que nêste curso, como nos dos demais Setores, a frequência decaiu com o tempo; segundo, as pessoas visam mais um enriquecimento pessoal, um aumento nos seus conhecimentos, para uso próprio, do que para aplicação em sua atividade profissional. Com exceções, naturalmente, foi constatado que ao grau de qualificação profissional não corresponde o desempenho das funções técnicas. Há professoras que fizeram cursos de especialização ou que têm reais possibilidades de desenvolvimento do trabalho em moldes novos e, no entanto, não se afastam da rotina, evitando qualquer esforço, qualquer iniciativa que represente uma demora pouco maior na escola ou acréscimo de trabalho.

O ensino no município é deficiente. A carência de instituições escolares e extra-escolares é quase absoluta. Não existe atividade recreativa organizada para crianças e jovens, nem dentro nem fora das escolas. Apesar disso, nenhuma iniciativa espontânea foi jamais tomada no sentido de ser modificado êsse estado de cousas. A Missão, dispensando particular interêsse aos membros do magistério primário local, proporcionou-lhes algumas oportunidades de enfrentarem êsses problemas e de tentarem uma renovação em certos setores; ofereceu, inclusive, a matrícula num dos cursos de recreação infantil da Sociedade Pestalozzi a qualquer professora que fôsse passar as suas férias de julho na Capital da República. Entretanto, a êstê curso ninguém se candidatou e aquelas oportunidades não foram aproveitadas de modo satisfatório.

Posteriormente, entrou o Setor em relação com as alunas do Curso Normal. Em visita às classes, foi-lhes manifestado o interêsse da equipe em ter contacto com os diferentes grupos de alunas, sendo estas convidadas para uma reunião em dia e hora que mais lhes conviesse. Compareceram poucas representantes da 1ª e da 2ª séries, porém, o grupo completo da última. Os assuntos abordados na reunião evidenciaram, mais uma vez, o quanto saêm desaparelhadas para o exercício da profissão as professoras primárias. Várias das presentes se manifestaram temerosas de enfrentar a realidade da vida profissional, conscientes de que muitos recursos lhes faltam, do ponto de vista do preparo básico, para o desempenho das funções. Ressentem-se, sobretudo, de conheci-

mentos de ordem prática e relacionados com as condições e exigências do meio rural. Tendo sido manifestado, no decorrer da conversa, que receberiam com agrado a colaboração da equipe, foi que se planejaram as iniciativas já mencionadas nos Setores de Economia Doméstica e Agropecuário. Quanto à cooperação do Setor de Serviço Social, foi solicitada para questões específicas de métodos de ensino, instituições escolares e atividades recreativas, compreendendo, inclusive, preparo de jogos educativos. De poucas semanas foi a duração do contacto com as normalistas, apesar da animação inicial. Repetiu-se o que se dera em relação às questões de economia doméstica e às atividades agrícolas. Pôde-se deduzir, de alguns comentários ou referências ocasionais, durante os encontros havidos, que prefeririam adquirir êsses novos conhecimentos teórico-práticos dentro do programa regular do curso, isto é, no horário habitual das aulas. Dispender um certo esforço em horas extras, como estavam fazendo ao comparecer à sede da Missão, cedo lhes pareceu sacrifício. Viu-se, assim, nitidamente, já estar se refletindo, nas novas gerações, a mentalidade marcada pela ausência de entusiasmo e de aspirações de progresso.

COLABORAÇÃO EVENTUAL

Procurou-se corresponder a pedidos de orientação sôbre problemas de educação, de ensino, de métodos e técnicas de trabalho em determinados setores de atividade. Essas consultas foram frequentes por parte de professoras. Alguns dirigentes de instituições sociais solicitaram esclarecimentos sôbre assuntos específicos de organização e funcionamento dos serviços.

Colaboração de ordem técnica no campo específico do Serviço Social foi prestada, de forma permanente, a uma das comissões que vieram a se constituir mais tarde: a Comissão de Estatutos — com o fim de estudar em detalhe, a estrutura de uma instituição social cuja fundação estava sendo planejada e elaborar os estatutos e regulamentos correspondentes. Trabalho êsse realizado com um grupo de oito pessoas e que se prolongou por várias semanas, em reuniões sucessivas, tendo chegado a têrmo com bom resultado. Os debates sôbre cada um dos artigos dos referi-

dos estatutos proporcionaram a oportunidade de se firmarem pontos básicos em matéria de orientação, organização e funcionamento de obras sociais, em geral, e, particularmente, de Centros Sociais.

Na zona rural

O trabalho do Setor na zona rural realizou-se, como o dos demais, especialmente em Patrimônio de São José, em Boa Ventura e em Aré. Acidentalmente, estendeu-se até às zonas suburbana e rural do 1º distrito e aos distritos de Comendador Venâncio e Lage do Muriaé, por motivo da organização dos Clubes Agrícolas, o que exigiu a presença do Setor nesses três outros distritos com certa frequência.

VISITAS DOMICILIARES

Como um dos instrumentos básicos do Serviço Social para estabelecer contactos e para conhecimento do meio, foram utilizadas, permanentemente, as visitas às famílias residentes na roça. Dessa forma, travaram-se relações positivas e tornaram-se conhecidas as condições da vida rural: habitação, estado higiênico, situação econômica, ambiente familiar, hábitos domésticos, relações de vizinhança etc.

Proporcionaram, ainda, as visitas domiciliares a possibilidade de orientação em determinados casos individuais e, sobretudo, uma grande oportunidade para o trabalho educacional junto às famílias.

Observou-se que, mesmo no centro dos povoados, onde a concentração humana é maior, faltam todos os recursos e a vida social é nula.

Em alguns povoados, tôdas as famílias foram visitadas, às vêzes, repetidamente; grandes áreas de algumas regiões vizinhas foram percorridas, inclusive as serras.

Essas visitas, porém, não se realizaram com o intuito da coleta de dados para fins de organização de fichário, mas para o

estabelecimento de relações à base do conhecimento mútuo e de um clima de confiança que viesse a favorecer o desenvolvimento das atividades. Verificou-se, mais tarde, ter sido atingido êsse objetivo.

A acolhida foi sempre amistosa e, apesar do nível intelectual e educacional ser, via de regra, muito baixo, verificou-se grande receptividade a qualquer forma de influência educacional.

AÇÃO JUNTO ÀS ESCOLAS

A situação das escolas da zona rural e, muito especialmente, o ensino nelas ministrado foi constante preocupação do Setor. Por essa razão procurou-se manter contacto permanente com as professoras.

Pelo grande número de escolas visitadas — tôdas em estado mais ou menos idêntico de extrema pobreza — pôde-se constatar em que condições de deficiência material e técnica se processa o ensino primário no meio rural. Na realidade, é quase a simples alfabetização o que se realiza nessas escolas.

Nas escolas municipais, o ensino se estende, praticamente, só à 2ª série, pois é raro encontrarem-se crianças que possam atingir a 3ª série, uma vez que as próprias professoras são em sua maioria pouco mais do que alfabetizadas. Nas escolas estaduais a situação se apresenta um pouco melhor, por contarem algumas delas com professoras de curso normal. É comum, entretanto, solicitarem transferência, sendo substituídas por outras sem qualquer curso.

Nota-se, porém, um fato curioso: é na roça que se encontram, com mais frequência, entre essas moças simples e de poucos conhecimentos, maior dedicação, entusiasmo, boa vontade e interesse pelos alunos. Há casos que poderiam ser citados como exemplo de verdadeira vocação para o magistério. Desejosas de progredir, solicitam orientação e ajuda, procurando pôr em prática tudo quanto é sugerido ou aconselhado. Em vista disso, empenhou-se o Setor em prestar às professoras o máximo de colaboração, conforme os problemas e dificuldades apresentados. Foram algumas orientadas quanto ao modo de proceder com os alunos, quanto

ao planejamento das aulas, distribuição do horário, aplicação de certas técnicas de ensino.

Tendo sido constatada a falta absoluta de material escolar de qualquer espécie — em várias escolas nem sequer havia cartilhas suficientes para todos os alunos — fêz-se, na medida do possível, doação do que se tornava indispensável, inclusive da Bandeira Nacional, inexistente na maioria delas. Distribuíram-se ainda livros didáticos, mapas e material para trabalhos manuais, bem como livros de histórias e jogos educativos — coisas desconhecidas das crianças da roça.

Por ocasião das visitas às escolas, procurou-se sempre entrar em contacto também com as crianças, aproveitando-se, inclusive, para pequenas conversas sobre a lição do dia, o que facilitava as relações com os alunos e com as próprias professoras.

A atuação do Setor junto às escolas processou-se com o conhecimento das respectivas autoridades, de maneira que nenhum problema surgiu a respeito.

A par da atenção dispensada ao ensino primário ministrado à população infantil, interessou-se o Setor em conhecer a situação em que se encontra o ensino supletivo, isto é, os cursos de alfabetização de adultos. Este, talvez, mais precário ainda, por não se tratar de crianças cujas exigências mais depressa e facilmente podem ser satisfeitas. De um modo geral, são as professoras das escolas primárias responsáveis pelo ensino supletivo. A falta de um maior preparo intelectual se faz sentir de forma aguda, reduzindo a um grau insignificante os benefícios que a iniciativa poderia trazer aos adultos.

Tendo a Missão obtido do Serviço de Educação de Adultos, o material adequado, em quantidade razoável, pôde-se fazer uma distribuição a vários cursos em funcionamento na região e que de nada, absolutamente, dispunham para o ensino. Da mesma forma as publicações "Série Popular", feitas pelo Ministério da Agricultura, versando sobre assuntos agrícolas, muito contribuíram para tornar menos árida a tarefa de ensinar aos adultos e a estes mais útil o contacto com a escola.

AÇÃO JUNTO AOS CLUBES AGRÍCOLAS

Coube ao Setor de Serviço Social atuar mais estreitamente com o Setor Agropecuário na iniciativa da organização e posterior orientação dos Clubes Agrícolas.

Foi-lhe atribuída a tarefa de preparar a fundação dos Clubes e, depois, orientar o seu funcionamento, uma vez que faltavam às professoras conhecimento e prática suficiente para essa tarefa.

Dada a circunstância de haver em cada povoado um grande número de crianças que não frequentavam a escola, por motivos vários — falta de vaga, terem concluído a 3ª série, residirem muito distante ou por trabalhos na lavoura — deliberou-se que os Clubes seriam do tipo "instituição aberta", isto é, receberiam como sócios crianças — a partir da idade de 10 anos — residentes nos povoados e suas imediações, frequentassem ou não a escola. Seria esta uma oportunidade de educação e de aquisição de novos conhecimentos.

Com o intuito de que a fundação dos Clubes fôsse sentida e desejada pelas crianças, procurou-se, por meio de repetidas reuniões, criar o ambiente psicológico necessário e esclarecê-las sobre todos os pontos básicos. O máximo de participação das crianças era obtido nessas reuniões — a que sempre estavam presentes as professoras e, por vezes, alguns pais atraídos pela curiosidade. O ingresso no Clube era livre, mesmo em relação aos escolares e só era aceita a criança que trazia o consentimento da família.

A fundação, pròpriamente, só se dava, após estarem as crianças suficientemente preparadas para atuarem no processo de eleição dos membros da diretoria. Este se desenvolvia rigorosamente, com todos os requisitos de um processo de eleição por voto secreto. Era a oportunidade desejada para iniciar as crianças nas formas de vida democrática, do exercício do voto livre e consciente e do sistema de cooperação, pois até a apuração dos resultados era entregúe a um grupo escolhido pelos presentes e feita à vista de todos. Atuava-se em regime de confiança e fazendo apêlo à responsabilidade de cada uma. Este sistema deu os melhores re-



Foto 54 — Aré — Escola local — Alunos aguardam o início de uma aula prática.



Foto 55 — Patrimônio de S. José — Escola local. O número de crianças em idade escolar excede de muito a capacidade da Escola.



Foto 56 — Valão do Cedro — Escola Municipal, construída pelo dono da pequena propriedade e cuja esposa é a professora.



Foto 57 — Clube Agrícola — A assistente social orientando a eleição da diretoria, após várias reuniões preparatórias.



Foto 58 — Aré — Primeira festa escolar conjunta



Foto 59 — Teatro de máscaras, numa noite de festa na roça



Foto 60 — Teatrinho de fantoches



Foto 61 — Fazendo os bonecos para o teatrinho de fantoches (sócios de um Clube Agrícola).

sultados, tendo se evidenciado por fatos concretos sucedidos no decorrer da vida dos Clubes.

A partir da eleição e posse da diretoria, era esta iniciada em suas funções, sendo-lhe dada assistência permanente. Em reuniões subsequentes, tratava-se da escolha do nome e do lema do Clube, bem como da elaboração do programa de atividades. Deve-se registrar a facilidade com que as crianças se integram no espírito da instituição e no extraordinário senso de responsabilidade que algumas delas revelam.

Como é natural, nem todos os Clubes se desenvolveram igualmente. Um deles deixou, praticamente, de existir, pelo afastamento da professora. Outro, em determinado momento, entrou em séria crise, pela saída de muitos sócios que não se compenetraram do trabalho. Um pequeno grupo, porém, de 11 meninas e 2 meninos, assumiu a responsabilidade, conseguindo reerguer seu Clube. Hoje, é um dos dois mais ativos nos trabalhos agrícolas e no entusiasmo.

Em um dos Clubes, entretanto, a vida associativa se tem desenvolvido com regularidade. Há um verdadeiro começo de vida de grupo, de trabalho organizado e em cooperação, de consciência comum em face das questões de interesse geral. A sua diretoria se compõe de meninos e meninas e o número de sócios de um e de outro sexo é equivalente. Equivalem-se, também, em atividade e responsabilidade. Este Clube tem tido a seu favor, desde o início, o interesse ativo e a cooperação de membros da família de um sócio.

Os Clubes têm recebido da Missão grande ajuda em material, não só para as atividades agrícolas, como para o próprio ensino e para recreação. Próximamente, serão dotados de biblioteca e de maiores recursos.

As atividades agrícolas — sob a responsabilidade do técnico do Setor Agropecuário — constituem uma das partes mais importantes da vida dos Clubes, sendo os sócios estimulados para um trabalho regular e metódico. As aulas sobre assuntos agrícolas que sempre constam do programa das reuniões semanais, representam o início de uma formação teórico-prática dos pequenos futuros agricultores. As meninas também delas participam, pre-

parando-se, assim, para as responsabilidades de futuras mães de família no meio rural.

Outro aspecto não menos importante é o representado pelas atividades sociais e que também não foi descuidado.

Nêsse sentido, fomentou-se o mais possível o intercâmbio entre as escolas para se estreitarem as relações entre as crianças dos diferentes povoados, assim como as atividades recreativas.

RECREAÇÃO

Tendo estado em contacto mais direto e permanente com a população infantil e por esta até certo ponto absorvido, ocupou-se o Setor, preferentemente, da recreação das crianças, enquanto que os dois outros elementos da equipe feminina se ocupavam dos rapazes e moças. Apenas recentemente começou a ser introduzida a prática de esportes entre o elemento jovem, tendo o Setor providenciado a aquisição, para êsse fim, de conjuntos de jogos esportivos — pingue-pongue, voleibol, basquetebol, croquet etc. — que passarão a pertencer aos Centros Sociais Rurais. Planejam-se competições internas e entre grupos dos povoados.

Aos adultos têm sido destinadas, até o presente, exclusivamente as sessões de cinema e os programas musicais; porém, em breve, outros meios de recreação lhes serão proporcionados pelos Centros Sociais.

Entre as crianças, tem procurado o Setor desenvolver o maior número possível de atividades sociais e recreativas, sobretudo com os sócios dos Clubes Agrícolas. Em dias certos da semana, têm êles hora de recreação, proporcionadas por conjuntos de jogos educativos doados pela Missão.

Igualmente os trabalhos manuais estão sendo adotados, tanto com finalidade educativa como recreativa, contando para isso com a colaboração do Setor de Economia Doméstica.

A vida social tem sido intensificada, estimulando-se, especialmente, o intercâmbio entre os Clubes e entre os escolares, em geral. Promoveram-se, com êsse fim, algumas festas infantis de que participaram, em conjunto, crianças de várias escolas, inclusive nos programas de arte e de jogos.

TEATRO INFANTIL

Procurou-se estimular o teatro infantil, tendo sido obtidos bons resultados com grupos de sócios de dois Clubes Agrícolas que já fizeram uma representação conjunta ao ar livre, numa festa do povoado, para um numeroso público.

A fim de aumentar o interêsse para essa forma de recreação, introduziu-se o "teatro de máscaras", que obteve grande sucesso. Igualmente o "teatro de fantoches" foi levado à zona rural. Em quatro povoados, já as crianças confeccionaram seus bonecos, inclusive o vestuário e o palco. Assim, poderão ter essa forma de recreação em caráter permanente.

Uma coleção completa de peças para teatro foi adquirida na Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro, e, reproduzidas em mimeógrafo, têm sido distribuídas em grande escala às professoras da zona rural.

Dessa coleção, já foram ensaiadas várias peças pelos conjuntos infantis dos Clubes Agrícolas, estando outras em ensaio para futuras representações.

Nota-se, nas crianças, um grande interêsse e o agrado também se manifesta por parte do público adulto.

O sentido educativo do teatro infantil não tem sido descurado e para êle tem-se procurado chamar a atenção das professoras.

AÇÃO EDUCACIONAL JUNTO AOS ADULTOS

Tem sido desenvolvida através dos contactos pessoais, com as famílias e com os grupos e, de modo particular, nas reuniões de moradores. Nessas oportunidades são tratados assuntos que as situações comportam, seja em relação a casos individuais ou familiares, seja quanto a problemas sociais e de interêsse da comunidade.

Ação mais intensa e sistemática foi realizada com referência à organização social que se processou nos povoados e que será relatada como atividade conjunta da equipe.

Os futuros serviços a serem instalados nos Centros Sociais Rurais atenderão, oportunamente, às diferentes ordens de proble-

mas que desajustam a vida individual, familiar e social das populações da zona rural.

Conclusões e sugestões

Quanto ao ensino:

a) *Em face da situação constatada de precariedade e inadequação do ensino normal e primário (estadual e municipal), é indispensável que as autoridades competentes procedam a uma revisão nos programas, nos métodos e técnicas do ensino e no próprio funcionamento das escolas (horário, períodos de férias etc.), a fim de torná-los adaptados às exigências do meio rural.*

b) *Estando a função da escola primária, no meio rural, reduzida à tarefa estrita da instrução no seu aspecto mais elementar — quase à simples alfabetização — é de toda conveniência que sejam introduzidas nas escolas em caráter obrigatório, atividades complementares do ensino e que constituem poderosos instrumentos de educação, tais como: clubes agrícolas, bibliotecas e museus escolares, caixas escolares, cooperativas, pelotões de saúde, trabalhos manuais, ginástica, canto, teatro infantil etc., conforme as possibilidades.*

c) *As professoras com preparo especializado em qualquer setor do ensino ou nas atividades acima mencionadas, poderia ser atribuída a responsabilidade de orientar essas iniciativas em mais de uma escola, conforme fôsse estabelecido pela Inspeção Escolar da Região, inclusive nas escolas municipais, mediante convênio com a Prefeitura, a fim de serem beneficiados todos os escolares, sem distinção de escola.*

A essas professoras, seriam conferidas certas vantagens, tais como: gratificação correspondente ao número de escolas atendidas e às atividades nelas desenvolvidas; merecimento para efeito de promoção etc.

d) *Em vista do isolamento e quase abandono em que vivem as professoras, especialmente as em exercício nos distritos, é da máxima importância para o ensino a promoção de contactos pe-*

ridículos das professoras entre si e com as autoridades escolares, para efeito de orientação técnica e melhoria da situação das escolas, e atualização de conhecimentos. Sugere-se: a organização de reuniões periódicas (mensais ou trimestrais), cursos intensivos locais de pequena duração, semanas de estudo ou círculos de estudo etc. Para esse fim poderiam, ainda, ser convidados educadores alheios ao magistério local.

e) Desde que as escolas primárias não dispõem de um mínimo de material necessário ao ensino, convém seja estabelecido, para esse fim, um sistema semelhante ao das "bibliotecas circulantes", isto é, a cessão de material pedagógico, por empréstimo, durante determinado tempo, a cada escola, a fim de que tôdas sejam servidas de elementos essenciais ao ensino, tais como: livros, mapas, quadros murais etc.

Os Centros Sociais Rurais do 2º Distrito propõem-se servir, por esse meio, às escolas estaduais e municipais nele localizadas, provendo-as de algum material básico.

NOTA — As sugestões acima têm aplicação também quanto ao ensino supletivo (adultos), cuja má situação é notória.

f) Em virtude da função social da escola e da necessidade, para a educação dos escolares, de suas relações com as famílias e com a comunidade, recomenda-se o contacto periódico das professoras com os pais dos alunos, bem como das escolas com as demais instituições do meio.

Sugere-se, para esse fim: visitas domiciliares às famílias dos alunos; reuniões periódicas na escola — para pais (associação de pais) e outros elementos da localidade; festas sociais escolares para intercâmbio entre os alunos de diferentes escolas; participação da escola nos acontecimentos da vida da comunidade etc.

Quanto à assistência em geral:

a) Sob qualquer aspecto que seja encarada a assistência às populações rurais — médico, jurídico, econômico, educacional etc — a observação e a prática revelam que a localização dos ser-

viços na sede municipal e o seu funcionamento centralizado não correspondem à realidade e às necessidades do meio rural.

Sugere-se que êsses serviços mantenham relação permanente com os distritos, através contactos periódicos dos seus agentes com a população rural ou mediante colaboração com moradores locais que se disponham a servir às suas comunidades, assumindo certos encargos e atuando como elementos de ligação entre a roça e a sede municipal.

No 2º Distrito, os Centros Sociais Rurais oferecerão oportunidades nêsse sentido, podendo encarregar-se dos interesses dos sócios com referência aos serviços localizados na sede municipal ou distrital (L.B.A., Coletoria Federal, Distrito Sanitário, Inspeção Escolar, Serviço de Registro Civil etc.

b) Dada a carência absoluta de pessoal técnico para servir às instituições, recomenda-se um sistema de colaboração entre estas, para o aproveitamento dos técnicos simultaneamente por mais de uma instituição. Assim, por exemplo, uma enfermeira, uma assistente social ou uma professora de economia doméstica poderiam prestar serviços técnicos ao Distrito Sanitário ou ao Hospital, à L.B.A., às escolas, bem como aos Centros Sociais Rurais, bastando, para tanto, uma boa organização do trabalho e entendimento entre as instituições.

c) Dada a impossibilidade de serem obtidos técnicos em número suficiente para o desenvolvimento de todos os serviços assistenciais e educacionais no município, torna-se imprescindível a preparação, em âmbito local, de elementos do meio capazes de receber certo preparo, para atuar, sob a supervisão dos técnicos existentes, como seus auxiliares em determinadas tarefas.

Essa iniciativa poderia ser patrocinada pelas instituições interessadas nos serviços de bons auxiliares.

d) Por estar o desenvolvimento da vida da comunidade condicionado, até certo ponto, às atividades das suas próprias instituições, recomenda-se a constituição de um órgão — conselho, comissão, comitê etc. — formado, em caráter voluntário, por representantes das diferentes instituições — oficiais e particula-

res — para estudo dos problemas locais, articulação de atividades e desenvolvimento de programas conjuntos, visando atender aos interesses do município — sede e distritos.

Dêsse órgão poderiam fazer parte representantes dos diferentes distritos.

Quanto às atividades culturais e sociais:

a) A ausência de quaisquer formas de recreação e de instrumentos de cultura que caracteriza a vida rural e a torna carente de atrativos, impõe sejam criadas e estimuladas organizações de caráter cultural e social, tais como: bibliotecas populares, conjuntos musicais, clubes de excursionismo, esportivos, literários ou científicos etc.

Tais iniciativas deveriam partir da sede municipal, tendo seu âmbito de atuação em todo o município, como meio de aproximação e de elevação do nível cultural das populações rurais.

b) Caberia aos dirigentes dêsses grupos promover contactos periódicos com grupos semelhantes de outros municípios, para um intercâmbio de grande alcance local.

c) Os meios estudantis serão incentivados a promover atividades da natureza das já mencionadas, não só como oportunidades de desenvolvimento pessoal, como de preparação para a vida, desde que seja acentuado o sentido educativo de tais atividades.

Aos professores do ensino secundário e do ensino primário cabe grande responsabilidade a êsse respeito, uma vez que são as pessoas mais capazes de incentivar e orientar a infância e a juventude nesses tipos de atividades.

CAPÍTULO VIII

ATIVIDADE CONJUNTA DA EQUIPE

Além das atividades específicas de cada Setor, já relatadas, teve a Missão iniciativas em que atuaram os técnicos em conjunto, num típico trabalho de equipe, de estreita colaboração.

A principal tarefa conjunta iniciou-se a partir de outubro de 1950, com o desdobramento do trabalho para os distritos de Lage do Muriaé, Comendador Venâncio e Retiro.

A experiência adquirida nos primeiros meses, no distrito de N. S. da Penha, indicou à equipe novo processo de ação, possibilitando, até certo ponto, que se verificassem indícios de melhores resultados em menor tempo. Houve, na verdade, nos outros distritos, maior rapidez na ação conjunta e mais rendimento. Tanto assim que, dos primeiros contactos gerais, logo surgiram grupos para atividades distintas, encaminhando-se projetos e outras iniciativas; de um lado, com lavradores interessados nos problemas agrícolas da zona, de outro, donas de casa, jovens, professoras, abordando problemas domésticos, de ensino, de saúde, da vida social etc. Logo se planejaram diversos programas, por Setor, com perspectiva de um trabalho interessante.

A interrupção posterior dos contactos frequentes com êsses distritos, foi de se lamentar, porquanto tinham êles melhores condições para o trabalho — eram mais progressistas, de nível cultural mais elevado, de recursos materiais mais numerosos, de mais espírito associativo, de maior concentração da população e apresentavam uma certa tradição nas famílias residentes. Não teria sido para desprezar um estudo comparativo da evolução do trabalho nêsses distritos e no de N. S. da Penha, no qual essa mesma modalidade de ação passou a ser adotada, assim como na própria

sede municipal, a par das demais atividades específicas dos Setores.

Chama-se a atenção para os dois processos seguidos nesse particular.

No 2º distrito — em Patrimônio de São José e em Boa Ventura — e também na cidade de Itaperuna, tendo em vista um trabalho em profundidade, partiu-se da ação individual e em grupos limitados, para uma ação mais ampla, que passou a abranger, em conjunto, o maior número possível de membros da comunidade.

Em relação aos novos distritos, seguiu-se caminho inverso: do contacto preliminar com a parcela mais numerosa da população, convocada inicialmente em reuniões gerais, passou-se a agir com grupos limitados de pessoas, formados em consequência daquelas reuniões.

A descontinuidade da ação, já referida, não permite afirmar-se qual dos dois processos teria sido o melhor, uma vez que não houve tempo suficiente para apurar resultados no segundo caso e faltarem elementos para um cotejo com o trabalho realizado no distrito de N. S. da Penha, cujos resultados já são visíveis.

Deve-se salientar, aliás, que teria sido impraticável a adoção desse segundo processo, logo de início, nos povoados de Patrimônio de São José e Boa Ventura — como se verificou depois, também com referência a Aré. A ação individual e em grupos representou, naqueles dois povoados, uma excelente e indispensável preparação ao trabalho de comunidade desenvolvido mais tarde.

Quanto a Aré — em cujo meio a Missão começou a atuar de modo regular somente em 1951, e já pelas reuniões gerais, dada a premência de tempo, tendo em vista a organização do Centro Social Rural, pôde a equipe sentir, nitidamente, as consequências da falta do trabalho individual que deveria tê-las precedido.

Na sede municipal

Os cursos femininos organizados na cidade de Itaperuna, constituíram o ponto de partida para a ação posterior.

O objetivo específico do curso de Formação Social, secundado, aliás, pela orientação dos dois outros, foi no sentido da formação de uma mentalidade voltada para a realidade dos problemas sociais e da disposição de tornar efetivas as medidas tendentes a solucionar tais problemas.

Ora, não só a zona rural, mas a própria sede do município padecem de deficiências que exigem uma ação coordenada eficiente e um programa amplo educacional e assistencial. Despertado o elemento feminino para essa realidade, passou-se a agir em âmbito mais largo. Assim, com a colaboração das senhoras e moças da cidade, foi o público, em geral, convidado a participar de reuniões que se realizariam à noite, uma vez por semana, na sede da Missão. Essa iniciativa foi tomada em fins de 1950, tendo prosseguido com regularidade em 1951. Deve-se esclarecer que, tendo a Missão em vista especialmente a mobilização dos elementos da cidade capazes de tomarem iniciativas concretas de organização social em benefício das classes menos favorecidas, e não dispondo de muito tempo para dedicar ao trabalho na zona urbana — uma vez que o seu principal objetivo era a zona rural, — não manteve a equipe contacto direto com a população pobre da cidade. Assim, às reuniões para as quais foi o público, em geral, convidado, sem qualquer distinção, compareceram, na realidade, as pessoas mais representativas da sociedade, os comerciantes, comerciários, bancários, dirigentes de serviços etc., sendo em número reduzido as de nível chamado popular, embora a Missão estivesse sempre aberta a todos. Talvez, por não ter serviços assistenciais em funcionamento, tenha permanecido ignorada para muitos. A partir, por conseguinte, de novembro de 1950, passaram a ter lugar, semanalmente, reuniões noturnas na sede da Missão, nas quais os assuntos mais variados eram debatidos pelos presentes, com a participação de todos os membros da equipe. Maior ênfase era dada aos temas relacionados com as necessidades locais.

As reuniões se processavam da seguinte forma: à entrada do recinto, uma pequena mesa, equipada com fôlhas de papel timbrado e devidamente datadas tendo o título "Reunião geral de moradores", recebia a assinatura das pessoas que compareciam;

bancos simples de madeira, com capacidade para 6 a 8 pessoas, dispostos em círculo, permitiam que todos os presentes pudessem conversar sem necessidade de movimentação; nesses mesmos bancos, juntamente com as demais pessoas, sentavam-se os membros da equipe. A hora marcada ou, mais comumente, após uns 15 minutos de tolerância, tinha início a reunião, sempre pela leitura do resumo da reunião anterior, para que todos ficassem a par dos assuntos tratados. Deve-se ressaltar que, além de um grupo cuja freqüência era regular, compareciam sempre pessoas que ali iam pela primeira vez. Após a leitura e feitas as observações ou retificações que comportava, passava-se a um pequeno noticiário sôbre as ocorrências da semana e, especialmente, sôbre os trabalhos na zona rural, uma vez que um dos objetivos da Missão foi sempre despertar o interêsse da sede pela vida distrital. A seguir, entrava-se no assunto ou nos assuntos programados para o dia, segundo a Agenda (várias cópias feitas à máquina, eram distribuídas aos presentes). Conforme o assunto focalizado no momento, acentuava-se a participação de um outro membro da equipe, abordando o aspecto técnico ou prestando esclarecimentos relativos à sua especialidade. Entretanto, a integração dos membros da equipe no trabalho e o contacto íntimo dos Setores, permitia que, em geral, tóda a equipe participasse ativamente do debate dos assuntos. Os presentes eram solicitados a emitir seus pontos de vista, antes mesmo que a equipe se manifestasse; aliás, a orientação desta era no sentido de estimular o mais amplo debate, a manifestação livre das opiniões, sem o menor constrangimento, levando-os a tomarem consciência da complexidade dos problemas e da necessidade de uma conjugação de esforços para a sua solução. Intervinha a equipe para encaminhar os debates e para orientar quanto aos aspectos técnicos ou às soluções mais práticas e mais adequadas. Ésse o critério seguido em tódas as reuniões, quer realizadas na cidade, quer na zona rural; aqui, naturalmente, sua participação se tornava maior, em vista do nível da população, menos habituada e menos capacitada para debater os assuntos.

Foi, precisamente, numa dessas reuniões gerais que surgiu a idéia de se organizarem os interessados, fundando uma institui-

ção social que tivesse por finalidade coordenar os esforços no sentido da solução eficaz dos problemas que vinham sendo debatidos. Encerravam-se as reuniões quase sempre, com a projeção de filmes educativos e recreativos.

As comissões — No decorrer das reuniões gerais, sentiram os presentes a necessidade de um estudo maior sôbre determinados assuntos, surgindo, assim, a idéia de se constituirem grupos, conforme os interesses manifestados ou as atividades individuais para, em reuniões particulares, cada grupo estudar os assuntos que lhes ficassem afetos. Sugeriu a equipe que êsses grupos se constituíssem pela manifestação dos próprios interessados, ficando assentado que não só os presentes deles fizessem parte, mas também outras pessoas, por indicação dos mesmos. Passou-se, então, a examinar os assuntos e a agrupá-los para poderem ser denominados em conformidade com o objetivo de cada um. Segundo êsse critério, foram os problemas classificados da seguinte forma: escolares — de saúde — de recreação — de agricultura. Constituiu-se ainda um grupo para estudo e elaboração de um projeto de estatutos para a instituição social que tinham em mente — já então haviam sido trocadas idéias a respeito da possibilidade de organização de um Centro Social. Os grupos, que passaram a se denominar "Comissão escolar", "de saúde", "recreativa", "de agricultura" e "de estatutos", congregaram, respectivamente, professoras, médicos e responsáveis pelos serviços de saúde oficiais e particulares (Legião Brasileira de Assistência, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância), agricultores em geral, moças e rapazes. A composição das comissões foi flexível, de maneira a que pudesse fazer parte do mesmo grupo quem se interessasse pelo assunto. Da Comissão de Agricultura, por exemplo, faziam parte algumas professoras que se ocupavam diretamente de atividades agrícolas, como a diretora da Escola Típica Rural e a professora da cadeira de Agricultura do Curso Normal; da Comissão de Saúde, que se desdobrou em Comissão de Alimentação e de Puericultura, faziam parte algumas moças que se interessavam por êsse problema; a Comissão de Estatutos reuniu pessoas com responsabilidade de cargos de direção em serviços

públicos e obras privadas e que, assim, estariam mais habituadas com problemas de organização e administração.

Conforme o objetivo específico da Comissão, o encargo da orientação dos trabalhos ficava afeto a um ou outro técnico da equipe, embora, como já foi dito, todos participassem o mais possível das reuniões. As Comissões deveriam reunir-se em dias da semana, conforme as conveniências dos seus membros, independentemente da reunião geral semanal. Esta, de então por diante, passou a se intitular "Reunião conjunta das Comissões e pessoas interessadas", pois continuaram a comparecer elementos locais que não faziam parte de nenhuma comissão. A Agenda foi alterada para que, na primeira parte da reunião, houvesse um relato sucinto dos assuntos tratados pelas Comissões reunidas na semana. Dessa forma, todos ficavam sempre a par dos trabalhos especializados, podendo ainda apresentar sugestões.

A Comissão de Recreação passou a se encarregar de um pequeno programa recreativo ao final de cada reunião geral, constando de números de canto, declamação, acordeon e violão etc..

Infelizmente, êsse plano iniciado com entusiasmo e desenvolvido com regularidade durante um certo período, veio, aos poucos, a sofrer solução de continuidade, já pelo impedimento de várias pessoas que alegavam outras ocupações não permitindo assumir novos encargos, já pela evidente dificuldade em se reunirem certas comissões. Enquanto que a de Estatutos reunia-se com regularidade absoluta, uma vez por semana e, por várias vezes, extraordinariamente, outras relutaram em se reunir, sendo que a Escolar não efetuou sequer uma reunião, embora vários dos seus membros comparecessem às reuniões gerais.

Foram, contudo, efetuados encontros muito interessantes, tendo havido oportunidade para debates sôbre assuntos de grande importância local como, por exemplo, os que se deram em algumas reuniões da Comissão de Agricultura, às quais compareceram elementos representativos da classe rural, fazendeiros, membros da Cooperativa, membros da Associação Rural, o representante da carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil etc. Nessas oportunidades, foram trocadas idéias francas e claras sôbre vários dos problemas locais, tendo os técnicos da Missão

podido conhecer os pontos de vista dos homens da lavoura e de sentir-lhes as dificuldades decorrentes, inclusive, do mau funcionamento de certos serviços públicos relacionados com a atividade rural.

De uma das reuniões da Comissão de Agricultura resultou, por iniciativa de um fazendeiro e membro da diretoria da Associação Rural, uma convocação mais ampla de elementos da classe, tendo, nessa ocasião, comparecido o presidente da Câmara de Vereadores, elementos militantes de partidos políticos, um deputado estadual e um senador, todos proprietários, não só no município, como noutros vizinhos. Como de costume, foram abordados francamente os assuntos programados, inclusive a situação da Associação Rural, cuja diretoria deveria ser renovada por já ter expirado o mandato, bem como o projeto de Serviço Social Rural, apresentado ao Congresso pelo Ministro da Agricultura, assunto de grande interesse para a classe.

Com o correr do tempo, acentuando-se as dificuldades para que as outras comissões se reunissem, decidiu a equipe que não conviria insistir, porquanto se constatava, com o fato, não estarem ainda sentindo realmente a necessidade do estudo dos problemas, dando demonstração evidente de não quererem assumir responsabilidades ou encargos. Para a equipe, o fato não causou estranheza. Há muito, observando as reações do elemento mais representativo da sede municipal, verificára que apenas um grupo reduzido manifestava interesse verdadeiro pelos problemas sociais e desejo de tomar parte ativa num plano que objetivasse a solução racional dos mesmos. Essa minoria revelou compreender integralmente os objetivos da Missão e demonstrou efetiva participação em todos os empreendimentos que visavam uma melhoria local, tendo mesmo seguido com interesse o movimento dos distritos, tanto assim que, por várias vezes, algumas pessoas acompanharam a equipe em suas viagens à roça. A grande maioria, porém, e é profundamente lamentável que nêsse número esteja incluída quase a totalidade do magistério primário, com exercício na sede municipal, assim como alguns elementos da classe médica, revelou elevada dose de indiferentismo pelo desenvolvi-

mento das condições de vida da comunidade e de despreocupação pela sorte das classes menos favorecidas.

Dessa forma, o plano que visava a organização, na cidade, de um Centro Social que servisse de núcleo de articulação com os distritos, viu-se, após meses de esforços, necessitado de uma revisão. Uma reunião extraordinária da equipe, para estudo da nova situação criada com o desenrolar dos fatos já mencionados, levou-a à seguinte conclusão: a reação da cidade — através de seu elemento mais representativo, a elite, — não se dera no grau de intensidade suficiente para possibilitar a concretização da idéia de um Centro Social. Essa encontrou ressonância em número de pessoas que não foi julgado significativo para permitir a organização de um Centro verdadeiramente de comunidade. Decidida a não forçar a criação de instituições artificiais, a equipe julgou de bom alvitre esclarecer o grupo interessado na fundação do Centro, mostrando-lhe não haver, ainda, por parte da comunidade, o ambiente psicológico favorável à efetivação da idéia. Nessas condições, não mais se cogitou de programar reuniões das comissões, exceto daquela cujo trabalho se encontrava quase concluído — a Comissão de Estatutos. Contudo, pode-se considerar como tendo sido uma grande oportunidade de contacto, de esclarecimento, de debate franco dos problemas e, principalmente, de interpretação, a série de reuniões realizadas, com um apreciável público.

Qualquer iniciativa que venha a ser tomada de futuro, na cidade de Itaperuna, com vistas aos problemas sociais, encontrará, pode-se afirmar, um ambiente mais favorável, ou, quando não, mais preparado, pelo esclarecimento, ao menos, acerca das questões sociais em geral.

Considera a equipe, apesar do ocorrido, como proveitoso o trabalho realizado na cidade de Itaperuna, embora não tenham sido atingidos resultados num dos sentidos desejáveis: de que a sede do município tomasse consciência dos problemas locais e dos distritos, dispondo-se a trabalhar pelo bem estar da sua e das comunidades da zona rural. Em trabalho social de comunidade, o rumo dos acontecimentos não pode ser pré-estabelecido,

vindo a ser aquêlê que os próprios membros da comunidade, pelas suas reações e atitudes conscientes, traçam e realizam. A Missão preparou o terreno e semeou; o futuro dirá se a semente caiu em terra fértil.

Colaboração com as instituições sociais — Pelo relato das atividades dos Setores ficou patenteado o interêsse que a Missão, pelos técnicos da sua equipe, dispensou às instituições sociais da sede do município. Cumpre salientar aqui que, ao lado das iniciativas tomadas individualmente pelos Setores, conforme a instituição ou o problema em foco, houve uma participação constante da equipe, em conjunto, relativamente à atuação. Assim, por exemplo, das reuniões da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — que, por sua natureza, esteve intimamente ligada ao Setor Médico-Sanitário — participavam, com freqüência, os técnicos dos demais Setores. Do mesmo modo, em relação às escolas, com as quais se relacionou especialmente o Setor de Serviço Social, assim como o de Economia Doméstica, não foi prescindido o concurso dos Setores Médico-Sanitário e Agropecuário.

Nêste particular, cabe ser mencionado o trabalho realizado no sentido de ser estimulada o quanto possível a idéia da organização de instituições escolares e extra-escolares, uma das grandes deficiências notadas na região.

Com referência ao Grupo Escolar, já foi mencionada a tentativa de fundação do Clube Agrícola e que, no entanto, não pôde ser levada a efeito por não ter a diretora contado com a colaboração de ao menos quatro professôras que se responsabilizassem pelas atividades dos alunos, duas para cada turno.

Naquela ocasião — como várias professôras já se tivessem manifestado acêrca de problemas de disciplina e de outras dificuldades em relação aos alunos — pensou-se em aproveitar a oportunidade para sugerir uma reunião com os pais. Isto não só proporcionaria uma nova vida ao Grupo, calcada nas relações entre a família e a escola, como seria um meio de abordar, de forma natural, o assunto das instituições cuja necessidade tanto



Foto 62 — Córrego da Chica — A equipe e o Chefe do Distrito Sanitário entre moradores, após reunião.

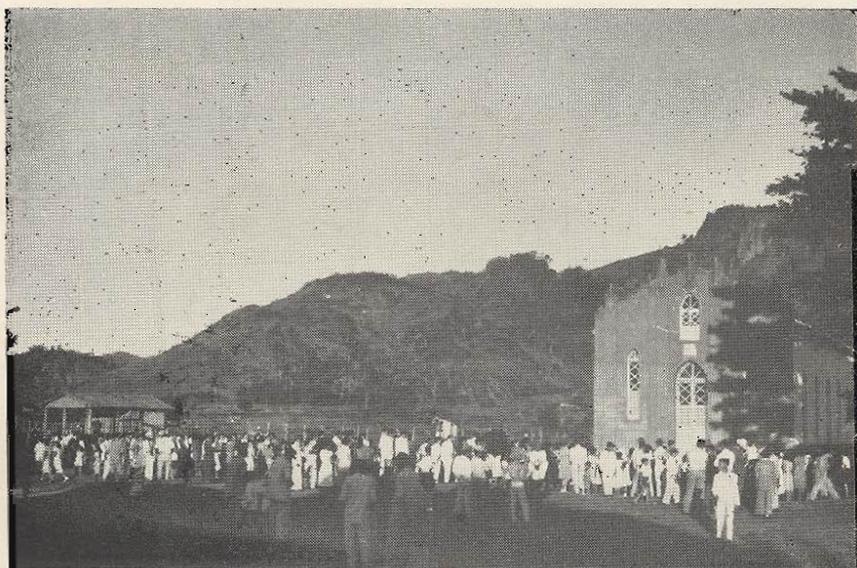


Foto 63 — Boa Ventura — Concentração de moradores antes de uma reunião.



Foto 64 — Centro Social Rural — Chefe do Distrito Sanitário discute com membros da Missão e Diretoria a localização da fossa externa (obras de adaptação do prédio).

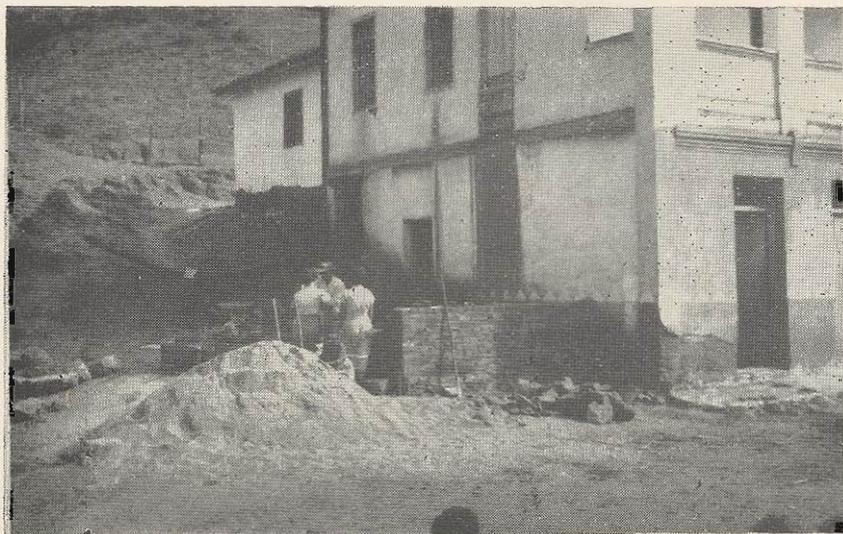


Foto 65 — Centro Social Rural Sto. Antônio dos Milagres. Construção da cabine cinematográfica (obras de adaptação do prédio).

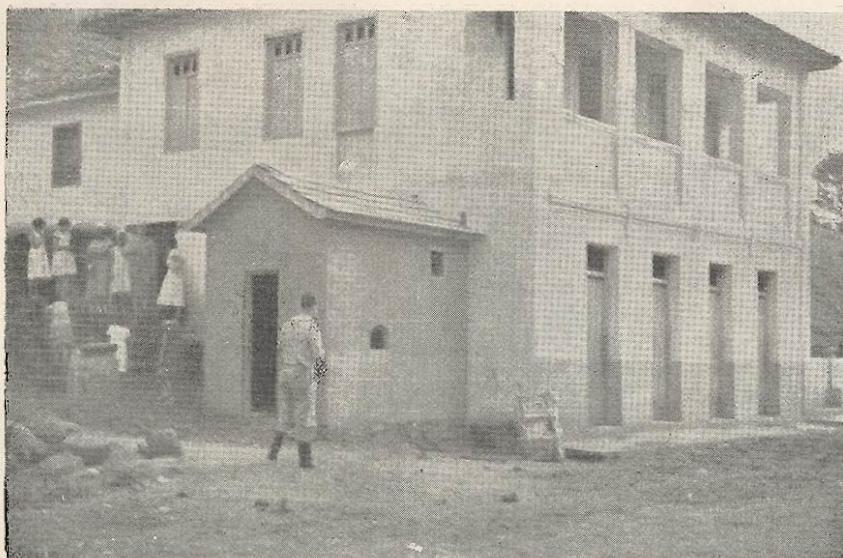


Foto 66 — Centro Social Rural Santo Antônio dos Milagres — A cabine cinematográfica em fase de conclusão.

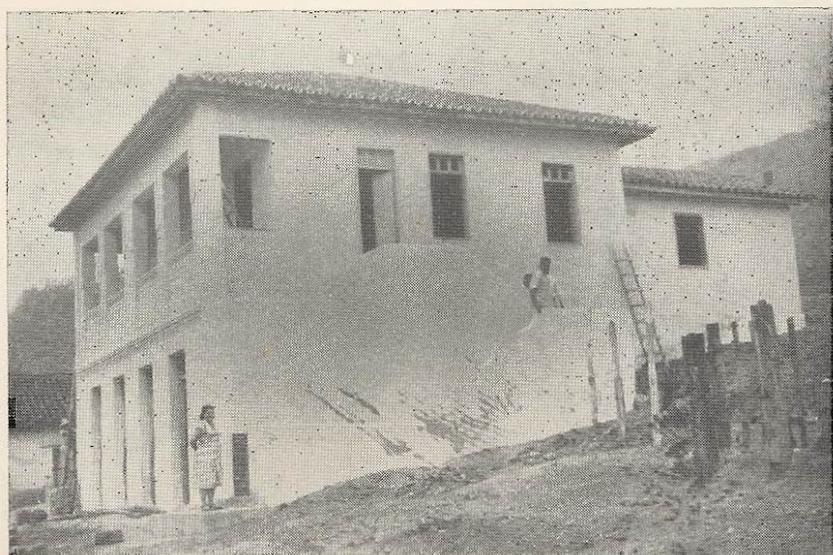


Foto 67 — Centro Social Rural — Adaptação do prédio em sua fase final



Foto 68 — Boa Ventura — Reunião de fundação do Centro Social Rural.
Moradores após a eleição da Diretoria.



Foto 69 — Membros da Missão em uma das visitas às obras do Centro
Social Rural de Boa Ventura (fase de construção dos alicerces).

se fazia sentir na região: o Clube Agrícola, a Caixa Escolar etc., e para as quais a colaboração das famílias seria imprescindível. Além disso, essa reunião, repetida periodicamente, poderia ser o princípio de uma associação de pais e professores, de onde resultariam, por certo, benefícios mútuos.

Consultado pela Diretora, o Inspetor Escolar deu inteiro apoio à iniciativa; muitas professoras, porém, mostraram-se pessimistas, assegurando que os pais não compareceriam.

O que, então, se passou nessa primeira reunião excedeu a qualquer expectativa. Cerca de 700 pais e mães de alunos reuniram-se no pátio de recreio do Grupo, traduzindo o ambiente uma geral satisfação. O Inspetor Escolar, a Diretora e um membro da Missão dirigiram-se aos presentes, explicando os objetivos da reunião, tendo encontrado a melhor acolhida por parte de todos. Muitos se manifestaram desejosos da repetição daquele encontro. Ao final, foram obsequiados com doces e uma sessão de cinema.

A esse primeiro contacto, seguiram-se três outros, com frequência bastante menor, tendo havido, porém, animada troca de idéias entre os pais e mães e as já então poucas professoras presentes.

As férias de julho trouxeram a interrupção normal das reuniões que deveriam ser reiniciadas no segundo período do ano letivo. Elas, entretanto, não se renovaram. Entendeu a equipe não ser da sua competência interferir ali onde havia pessoas diretamente responsáveis. Colaborou na hora oportuna, assumindo o encargo que a ocasião comportava. De então por diante, a iniciativa não mais lhe cabia. Contudo, a preocupação da equipe em manter contacto e, o quanto possível, aproximar as instituições umas das outras, foi constante. Muitas reuniões de que participaram juntamente os responsáveis pelas mesmas foram promovidas e sempre acentuado o aspecto da articulação das atividades em programas comuns de ação. Dessas reuniões faziam parte, quase sempre, todos os técnicos da equipe, num desejo permanente de cooperação dos seus respectivos Setores.

A despeito do visível insucesso dessas iniciativas é inegável que um pequeno grupo ficou depositário de um apreciável conjunto de informações e dados de natureza técnica que poderão ser postos a serviço da comunidade em qualquer momento. Ficaram, ainda, essas pessoas, fortalecidas em seu já elevado espírito social e perfeitamente conscientes de que têm um papel a desempenhar na sociedade em relação, não só à sede, como aos distritos do município.

Festas Sociais — Ainda como atividade conjunta da equipe, colaborou o elemento feminino da Missão na organização de algumas festas sociais realizadas na sede do município.

Por sugestão e iniciativa do grupo de moças do Curso de Enfermagem do Lar, realizou-se a primeira festa. Constatou-se um programa variado, incluindo números de música e distribuição de doces e refrigerantes.

Realizou-se dentro de grande cordialidade, com a presença das alunas e suas famílias e também elementos representativos locais.

Já no término do seu primeiro ano de atividades em Itaperuna, a Missão teve a oportunidade de colaborar novamente com o grupo de moças que frequentaram os cursos dados na sede, na organização da festa de Natal. Assim, com a presença de autoridades locais, grande número de famílias, de moças, rapazes e da equipe da Missão, foi a mesma realizada na noite de 17 de dezembro.

O programa idealizado pelas alunas consistiu de uma hora de arte na qual tomaram parte elementos da cidade e da distribuição recíproca de presentes, feita pelo "Papai Noel".

Foram servidos doces e refrigerantes, todos preparados pelas senhoras e moças dos Cursos, inclusive um grande e delicioso bolo feito por uma das alunas e que foi oferecido a mais de trezentas pessoas.

Na época da organização do Centro Social Rural da sede do município, realizou-se a terceira festa, em benefício da Caixa Escolar e da Casa da Criança, por proposta de um dos presentes às reuniões gerais.

A "Festa das Margaridas", como foi denominada, constituiu um acontecimento, tendo comparecido inúmeras famílias, moças e rapazes não só da cidade como das localidades vizinhas.

A orquestra local esmerou-se na execução de um programa de músicas seleccionadas.

Essas festas ofereceram uma boa oportunidade para o desenvolvimento de trabalho em grupo, tendo sido constatado, de um lado, o grande interesse de vários elementos na sua realização e, de outro, a grande falta de responsabilidade de muitos que não se desempenharam das funções que lhes foram atribuídas.

Na zona rural

O trabalho conjunto na zona rural teve sua origem no contacto estabelecido com as pessoas que afluíam, à noite, aos povoados, atraídas pelos programas de música e pelas projecções cinematográficas. Como estes se prolongavam por algumas horas, havia oportunidade dos técnicos conversarem ora com uns ora com outros moradores e mesmo com grupos, acerca dos mais variados assuntos, inclusive daqueles relacionados com os filmes que, além disso, eram comentados ao microfone. Essas sessões recreativas realizaram-se com frequência e regularidade em Patrimônio de São José e em Boa Ventura e, ocasionalmente, em vários outros povoados e em fazendas.

Em fins de 1950, porém, intensificou-se a atuação, passando as sessões recreativas a serem precedidas de reuniões, para as quais eram todos convidados, sem qualquer distinção. O recinto — a escola ou a casa de um morador — em geral não comportava muita gente, de forma que a maioria das pessoas permanecia de pé e mesmo pelo lado de fora, conservando-se sempre abertas portas e janelas.

Algumas reuniões se efetuaram em locais mais amplos, como o cinema, o grupo escolar, etc., sendo então, muito mais numerosa a assistência. Foi o caso das reuniões gerais nos distritos de Comendador Venâncio, Lage do Muriaé e Retiro. Nestas, devido ao número considerável de pessoas presentes, não foi possível seguir-se a prática adotada nas demais: de tomar-se a assinatura

dos que compareciam. Tal medida, ao ser posta em execução, teve por fim não apenas fornecer à Missão um elemento concreto que pudesse constar dos seus arquivos, mas principalmente, dar aos presentes uma prova de atenção e imprimir um caráter de seriedade às reuniões. Este se acentuava, naturalmente, quando, na reunião seguinte, era lido o resumo dos assuntos tratados na anterior e onde, com freqüência, apareciam mencionados nominalmente aqueles que haviam opinado. Isto surtiu o efeito de despertar a responsabilidade de quantos participavam das reuniões, mostrando-lhes ainda que os membros da Missão levavam na devida conta suas idéias e sugestões.

Aliás, a nota que caracterizava as reuniões gerais com os moradores era a da liberdade com que se discutiam os assuntos e o acatamento aos diferentes pontos de vista. Mesmo quando inaceitáveis por um ou outro motivo, eram postos em discussão com tôda a seriedade, a fim de que os presentes chegassem a uma conclusão contra ou a favor. Dêsse modo, foi introduzido o hábito de se debaterem em conjunto os problemas de interesse da comunidade, manifestados pelos próprios interessados. Assim se evidenciaram as "faltas" (problemas) — no dizer da gente da roça — de que mais se ressentiam as comunidades, formando-se ainda, aos poucos, a convicção de que o melhor modo de se resolverem seria por um esforço comum, pela cooperação de todos.

A necessidade maior — e por todos manifestada como carecendo de solução urgente — foi em relação à assistência médica. Exceto nos dois distritos que contam com Pôsto Médico, fica a população ou na dependência dos clínicos que residem na cidade — o que significa uma despesa considerável nos casos de chamados particulares — ou na contingência de solicitar os serviços dos farmacêuticos residentes no local — quase sempre práticos e muitas vêzes pouco conscientes da suas limitações — o que é uma ameaça constante e um risco para a gente da roça.

Pela ordem de importância, arrolaram ainda entre as maiores "faltas": a carência de escolas, obrigando a uma grande população infantil a privar-se dos benefícios da instrução; o abandono em que vivem os lavradores, sem qualquer assistência técnica e financeira; a ausência do ensino doméstico para as senhoras,

moças e meninas; a inexistência do ensino agrícola para os meninos; a deficiência das estradas e dos meios de transporte para os povoados localizados na zona rural. Tais assuntos foram ventilados durante as reuniões, aproveitando os técnicos para orientar os debates no sentido de que viessem a perceber que a solução seria conseguida mais facilmente se, unidos, tomassem a iniciativa de resolver por conta própria alguns problemas e outros, por providências junto às autoridades.

Precisamente nessa época, começaram as chuvas, tornando logo intransitáveis grandes trechos das estradas, impossibilitando, inclusive, a ida regular da equipe à zona rural. Interessados em que o trabalho da Missão não fôsse interrompido, decidiram os moradores fazer um apêlo ao Prefeito, a fim de que as estradas municipais fossem melhoradas. Foi essa a primeira iniciativa conjunta dos moradores.

Representantes de cinco povoados reuniram-se na sede da Missão, na cidade de Itaperuna, e ali deliberaram sôbre os assuntos que tratariam com a autoridade. Recebidos por esta, expuseram suas pretensões, tendo-lhes o Prefeito explicado a situação financeira da Prefeitura — que impedia uma providência completa e definitiva em relação às estradas — o que os levou a um entendimento para que o serviço fôsse feito em cooperação: os interessados cooperariam com os seus caminhões para o transporte de material e a Prefeitura entraria com a mão de obra.

Convém assinalar que, no ano seguinte, melhorou sensivelmente a condição das estradas. Tendo um morador de um dos povoados sido nomeado Fiscal do Distrito, obtive da Prefeitura que a máquina de conserva de estradas fôsse levada até a entrada dos povoados, o que representou uma grande melhoria, pelo menos em caráter temporário.

A organização dos moradores — Foi no decorrer dessas reuniões que surgiu a idéia de se organizarem os moradores, isto é, de se constituírem em grupo, em uma associação, enfim, para terem força e meios de enfrentar os problemas da sua comunidade. Ao se reiniciar o trabalho da Missão, em 1951, intensificou-se a atuação dos técnicos no sentido de que a idéia evoluísse para

uma concretização. Amiudaram-se as reuniões, passando a realizar-se não só em Patrimônio de São José e em Boa Ventura, mas ainda em outros povoados, por sugestão dos próprios moradores que desejavam alargar o seu âmbito de influência, para que a idéia fôsse ganhando adesões pelas vizinhanças.

Ao mesmo tempo, a equipe passou a atuar em idêntico sentido em Aré (ex-S. Domingos) e em São Caetano, onde, no ano anterior, já haviam sido estabelecidas boas relações com a população.

Visitou com freqüência, os povoados vizinhos — Valão do Cedro, Valão das Fôlhas, Mutum, Córrego do Ouro etc.. As reuniões gerais passaram a se realizar em Aré, ponto de concentração das populações dêsses povoados. Assim, a idéia de se unirem os moradores germinava, quase simultâneamente, em Patrimônio de São José, Boa Ventura e Aré. Neste último, por se tratar de movimento mais recente, apresentava ainda fracas raízes, pois não contava — como os dois outros — com o trabalho educacional anterior que representava uma base sôbre a qual se alicerçava a nova iniciativa.

Um fato é digno de registro, neste particular: um morador de Aré, assistira a reuniões nos outros povoados, a convite de amigos; de regresso, contara o que havia presenciado, concorrendo, assim, para que se formasse um clima favorável em seu povoado e nos vizinhos, que padeciam das mesmas dificuldades.

Com o suceder das reuniões, mais se firmava o plano dos moradores e não tardou que passassem à fase das medidas de ordem prática. Procuravam, já agora, dar forma concreta ao que tinham em mente. Queriam saber de que maneira a sua associação poderia prestar benefícios à comunidade.

Os Centros Sociais Rurais — Foi-lhes nêsse momento apresentado o Centro Social como um tipo de instituição capaz de atender às necessidades dos povoados. Explicou-se sua estrutura, mencionando-se as atividades que o Centro poderia desenvolver e a maneira pela qual funcionaria na zona rural.

A sugestão foi muito bem recebida, tendo sido as reuniões seguintes dedicadas ao estudo da organização do futuro Centro.

A primeira dificuldade surgida foi quanto à localização. Acharam desde logo que a escolha deveria recair num povoado acessível às populações da região. Por proposta de um morador, ficou marcada uma reunião geral a que deveriam comparecer representantes dos diferentes povoados para decidirem. Esta se efetuou, porém, o assunto permaneceu em suspenso por não terem chegado a uma conclusão definitiva. Deliberaram, então, que determinadas pessoas, em cada povoado, se responsabilizariam por um certo número de listas de "adesões" ao Centro, recaindo a escolha naquele povoado cujas listas apresentassem mais assinaturas.

Nêsse interim, os moradores de Boa Ventura decidiram ter um Centro próprio, alegando a dificuldade de se deslocarem para frequentar os serviços instalados em outro povoado. Em face dessa decisão, os moradores de Patrimônio de São José, opinaram por sua vez, por um Centro independente, localizado no seu povoado.

Das listas de adesões constaram, de início, 212 e 171 assinaturas, de chefes de família, respectivamente, em Patrimônio e em Boa Ventura.

Convém assinalar que em tôdas as reuniões tomava parte a equipe, atuando como orientadora, embora ficasse aos interessados inteira liberdade de decidir, conforme julgassem conveniente.

Notava-se que a participação dos moradores se tornava cada vez maior, à medida que as reuniões se sucediam e que os assuntos entravam em fase de decisões. Por vêzes, os debates foram conduzidos inteiramente por elementos locais. Tendo os técnicos observado que alguns moradores já estavam tão a par dos assuntos, tão seguros nos seus pontos de vista e tão confiantes em si, que não tiveram dúvida em deixá-los liderar as reuniões. Assim, cada vez mais, se retraía a equipe da participação direta nos debates, intervindo apenas quando era evidente a necessidade de orientação.

A partir do momento em que ficou decidida a organização dos dois Centros Sociais, novos assuntos passaram a ser incluídos na agenda das reuniões, a saber: estrutura dos Centros; instalação; manutenção; constituição da diretoria; condições para in-

gresso; categorias de sócios; benefícios etc.. Cada um desses tópicos foi objeto de estudo nos dois povoados.

Naturalmente, nessa hora, a contribuição dos técnicos foi decisiva, porquanto os elementos locais não se achavam capacitados para resolver as dificuldades. Tomou-se como base para o estudo dos diferentes assuntos o trabalho realizado na sede municipal pela Comissão de Estatutos, quando planejava o Centro de Itaperuna. Os projetos de estatutos e de regulamento, então elaborados, foram discutidos e convenientemente adaptados aos Centros da zona rural.

Como, porém, os pontos de vista dos moradores foram levados em consideração, houve pequenas diferenças quanto aos regulamentos dos dois Centros Rurais. Num deles, por exemplo, estabeleceram 3 categorias de sócios, enquanto que no outro 5 categorias, em vista dos níveis econômicos variarem muito. A vontade dos interessados foi respeitada e as diferenças permaneceram.

Sede dos Centros — Eleição das diretorias — Os elementos mais ativos compreenderam que havia chegado o momento de cogitarem da instalação de um serviço, pelo menos, que viesse não só trazer um benefício imediato à população, como estimular os indecisos a aderirem ao movimento. Esse serviço seria o de "assistência médica — o mais urgente de todos.

Requeria, entretanto, local. Os Centros precisariam, pois, de sede. Em Patrimônio de São José, havia um prédio de dois pavimentos em boas condições e prestando-se muito bem para comportar os diferentes serviços de um Centro, desde que convenientemente adaptado. Lembraram-se dele os moradores. Em uma reunião — que ficará na memória de quantos a presenciaram — os moradores, por sugestão de um deles, passaram a fazer "oferecimentos espontâneos" que variaram de 10 mil cruzeiros (oferta de um morador) até 20 e 10 cruzeiros, atingindo o total de Cr\$ 20.880,00 (vinte mil oitocentos e oitenta cruzeiros) destinados à aquisição do prédio referido e às obras de adaptação. Isso, convém assinalar, se passou entre pequenos proprietários, colonos, trabalhadores rurais e pequenos comerciantes. Na semana seguinte,

quando a equipe voltou para nova reunião, já encontrou o prédio comprado, por iniciativa do morador que fizera a maior doação. Nessa mesma noite decidiram eleger a 1ª diretoria que ficaria à frente do Centro, responsabilizando-se pelo andamento dos trabalhos.

A adaptação do prédio foi estudada com cuidado pelos responsáveis, juntamente com os membros da Missão e com o Chefe do Distrito Sanitário e, mais tarde, iniciadas as obras segundo o plano traçado.

A descrição desse Centro será feita oportunamente, em páginas a seguir.

Dois dias depois de eleita a diretoria do Centro de Patrimônio de S. José (denominado Centro Social Rural de Santo Antônio dos Milagres, nome oficial do povoado a que pertence o núcleo de Patrimônio de S. José), fundou-se o Centro de Boaventura, acontecimento este comemorado com uma grande festa ao ar livre a que compareceram também elementos da cidade, inclusive o Coordenador da 1ª Missão que, no momento, se encontrava em Itaperuna.

Mais tarde fundou-se o Centro de Aré. Todos com diretorias eleitas pelos moradores e representantes dos demais povoados. Estes dois últimos, porém, não dispõem ainda de sede. Não havendo, em nenhum dos dois povoados, prédios em condições de servirem para aquele fim, assumiram as diretorias a responsabilidade de providenciar a construção das sedes respectivas, segundo um plano estudado em conjunto com a equipe e com o chefe do Distrito Sanitário. Essas obras já se encontram iniciadas.

Primeiras providências — Associação Médico-Social Rural N. S. da Penha — Surgiu a primeira questão importante a ser resolvida, no momento em que discutiam a instalação do serviço médico. Necessitavam os Centros de um profissional que se prontificasse a prestar seus serviços na zona rural. O problema era, portanto, comum aos três Centros. Chegava-se assim, naturalmente, a uma etapa, não só prevista como desejada: de que os Centros não fossem iniciativas isoladas em cada povoado, mas

articulados entre si, num movimento mais amplo que abrangesse todo o 2º distrito.

O caso do médico era comum e só se resolveria satisfatoriamente se as diretorias se unissem, colocando em comum os recursos e conjugando os esforços.

Sugeriu-se uma reunião conjunta das três diretorias para que discutissem o problema, estando também presente além dos técnicos da Missão, o chefe do Distrito Sanitário que há muito vinha acompanhando o trabalho e prestando seus serviços profissionais à população rural, a título de colaboração.

A reunião se efetuou com êxito. Decidiram primeiramente que, em face dos problemas e interêsses comuns, seria mais vantajoso unirem-se numa só associação que abrangesse todo o distrito de N. S. da Penha. Esta manteria os três Centros Sociais Rurais que seriam autônomos nas suas respectivas áreas de atuação.

Assim, surgiu a Associação Médico-Social Rural N. S. da Penha.

As diretorias eleitas, responsáveis pelos três Centros, permaneceriam sem nenhuma alteração, constituindo-se apenas um novo órgão de categoria superior, ao qual ficassem as mesmas ligadas. Estudada a forma de se efetivar essa resolução, chegou-se ao seguinte resultado: seria constituído um Conselho Diretor, composto de 6 membros — no mínimo, considerando a existência apenas de três Centros — três dêles seriam os presidentes dos Centros, na qualidade de membros natos, e os três outros indicados pelas diretorias, dentre elementos dos seus quadros de sócios. Por eleição, a êstes três últimos foram atribuídas as funções de Presidente, Secretário e Tesoureiro da Associação, formando, portanto, a sua diretoria executiva. Dessa maneira, não mais os Centros, mas a Associação passaria a ser a entidade com personalidade jurídica. Elaboraram-se estatutos em conformidade com a nova organização, tendo sido os mesmos registrados devidamente, na forma da lei.

Uma relação de caráter jurídico estabeleceu-se, por conseguinte, entre os três Centros Sociais Rurais, concorrendo para aproximar as populações dos diferentes povoados do 2º distrito;

fez ainda ressaltar os laços comuns entre elas existentes, dando corpo à noção de uma comunidade maior do que a existente no âmbito restrito de cada povoado. Um novo espírito e uma compreensão mais clara acêrca das responsabilidades pessoais para com a comunidade nacional poderão surgir com a iniciativa dos moradores ao fundarem a Associação Médico-Social Rural Nossa Senhora da Penha.

Quanto ao caso do médico, a solução encontrada foi a seguinte, de acôrdo com sugestão do chefe do D. S.: um sistema de cooperação entre a Associação e as entidades oficiais médico-sanitárias do município. Esta poria um médico à disposição dos Centros, mediante uma complementação dos seus vencimentos, a cargo da Associação. Caberia assim uma quota mensal a cada Centro, ficando êstes com o direito à assistência médica.

A solução efetiva, porém, do caso estava condicionada não só às disponibilidades de um clínico para essa função em Itaperuna, o que não se verificou, como à aquiescência das autoridades estaduais. O chefe do D.S. se prontificou a solicitar do Secretário de Saúde a nomeação de um médico que pudesse ser destacado para a zona rural. Sugeriu ainda que uma comissão de representantes da Associação se entrevistasse com o Governador do Estado, expondo-lhe os problemas da zona rural. A sugestão foi aceita e a entrevista marcada por intermédio de um deputado estadual, filho do município, tendo a Missão proporcionado a sua caminhonete para o transporte dos representantes das três diretorias.

Foi entregue ao Governador um memorial, tendo-lhe sido expostos, de viva voz, pelos interessados, os problemas que afligem as populações do 2º distrito. Tiveram, porém, a satisfação de receber uma promessa formal sôbre a nomeação pleiteada.

As diretorias entraram em contacto com o médico indicado pelo chefe do D.S., tendo com o mesmo discutido, ponto por ponto, as condições a serem fixadas no contrato. Êste, entretanto, não se efetivou por ter aquele assumido outro compromisso fora do município. Posteriormente, outro clínico entrou em entendimento com as diretorias, tendo sido já efetivada a sua nomeação.

Outro problema sério a vencer foi o do transporte do médico para a zona rural. Decidiu a Associação adquirir um "jeep" que ficará à disposição do médico para servir aos três Centros. A compra foi efetuada na Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, por intermédio do chefe da Missão que se encarregou dos entendimentos necessários a título de colaboração.

Colaboração oficial e particular — A iniciativa dos moradores do 2º distrito, pela forma como foi conduzida e concretizada, tornou-se digna de receber todo o apóio moral e material. Demonstraram êles a sua capacidade de reagir favoravelmente e de maneira ordenada diante de estímulos externos. De fato, não foi outra coisa o que representaram as atividades da 1ª Missão no meio rural. Daí terem compreendido as autoridades municipais, estaduais e o próprio Ministério da Agricultura — principal interessado, aliás, no êxito da experiência — que seria indispensável prestarem auxílio material e técnico à Associação, a fim de que pudesse, realmente, cumprir seus objetivos.

O Ministério da Agricultura, através do Serviço de Informação Agrícola, prestou generosa cooperação, proporcionando aos Centros Sociais Rurais o equipamento básico necessário à instalação das sedes e início do funcionamento dos diferentes serviços, tanto no setor da agricultura, como no da saúde, da economia doméstica e das atividades sociais e educacionais. Esse equipamento básico e de caráter permanente compreende não só material a ser utilizado em comum pelos três Centros, como ainda para uso exclusivo de cada um.

Como complemento a essa colaboração inicial, propõe-se ainda o Ministério da Agricultura a dar assistência técnica à Associação e aos Centros Sociais Rurais pelo tempo necessário à consolidação das suas atividades.

Por parte das autoridades estaduais também se tem feito sentir o mesmo interesse e desejo de cooperação quer quanto ao Poder Executivo, quer quanto ao Poder Legislativo. Já foi mencionado o apóio do Governador do Estado e do Secretário de Saúde com referência à nomeação do médico e, posteriormente, de uma enfermeira diplomada para prestarem serviços aos Cen-

tros Sociais, e do Secretário de Agricultura, facilitando a aquisição do "jeep". O Secretário de Educação, interessado igualmente, estuda a possibilidade de nomeação de uma professora que tenha feito estudos especializados sobre Serviço Social, passando assim a atuar como Assistente Social junto aos Centros. Para estas medidas houve o apoio ainda da Presidente da Legião Brasileira de Assistência do Estado do Rio de Janeiro.

A Assembléia Legislativa, graças ao empenho de um representante que muito se tem interessado pelo programa da 1ª Missão no seu município, secundado por outros, votou uma subvenção a título de auxílio para a manutenção dos Centros Sociais.

Espera-se que no próximo exercício, em face do desenvolvimento dos Centros e dos benefícios que estes trarão às populações da zona rural, esse auxílio seja de maior vulto.

Na esfera municipal também não tem faltado a colaboração.

A Prefeitura cedeu à Diretoria de um dos Centros, uma área de terra que lhe havia sido doada por um proprietário e onde está sendo construída a sede do Centro. A escritura do terreno será passada em nome da Associação.

A Câmara dos Vereadores, por sua vez, votou um auxílio para as despesas de manutenção dos Centros, prometendo aumentá-lo no próximo ano.

Pessoalmente interessados, o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores realizaram uma visita a Patrimônio de São José, onde se processava a adaptação da sede do 1º Centro Social Rural do Distrito, fato esse sem precedente na vida do povoado.

Como colaboração particular, podem ser mencionadas entre outras: da Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência, cuja presidente se prontificou a pôr à disposição o serviço jurídico da entidade para os casos de registro civil, de legalização de casamentos e de habilitação ao abono familiar, procedentes do meio rural. Dessa forma, o Serviço Social de Casos dos Centros Sociais Rurais encontrará, na L.B.A., uma valiosa cooperação; do engenheiro da Cia. Fôrça e Luz de Itaperuna que, muito interessado pela iniciativa das populações do 2º distrito, entrou em contacto com a diretoria de um dos Centros, a fim de estudar a pos-

sibilidade de estender a linha de força até ao povoado e assim dotá-lo dos benefícios da electricidade; do médico-chefe do Distrito Sanitário IV, cuja colaboração, em carácter particular, tem sido de todas as horas, sendo de justiça, fazer-lhe uma menção especial.

Em pequena ou em grande escala, entidades e particulares vêm, pois, emprestando sua colaboração à Associação Médico-Social Rural de N. S. da Penha e, dessa maneira, têm tornado menos árdua a tarefa dos que, na zona rural, propuseram-se a trabalhar pelo bem estar das suas comunidades.

Esse processo de mobilização de recursos em várias esferas e em função de uma pequena parcela do território brasileiro cujas populações dispuseram-se a congregar esforços a fim de superar gradativamente as suas grandes deficiências, representa uma das etapas em organização de comunidade. Ao mesmo tempo, realiza as condições que permitem o afastamento progressivo da unidade educativa — a 1ª Missão Rural — que vinha atuando no município, em carácter transitório, como era da sua natureza e finalidade.

CARACTERÍSTICAS DOS CENTROS SOCIAIS RURAIS DA ASSOCIAÇÃO MÉDICO-SOCIAL RURAL N. S. DA PENHA

a) — *Natureza* — São centros sociais "da comunidade".

Surgiram como expressão da *vontade comum* dos moradores dos povoados. Não se trata, portanto, de instituições artificiais impostas por alguém, criadas à revelia dos que serão seus beneficiários, nem tão pouco a estes outorgadas como um favor ou benemerência. Estão, ao contrário, ligadas à vontade livre dos interessados, manifestada em várias oportunidades, e sem qualquer pressão externa, a não ser a das necessidades comuns.

De fato, os moradores, conscientes dos problemas da sua comunidade e movidos pelo interesse comum de resolvê-los satisfatoriamente, tomaram a iniciativa de procurar a forma racional e prática de atingir aquele objetivo, aceitando a sugestão que lhes fora apresentada, como uma das possíveis maneiras de o conseguir.

Agrupam, indistintamente, todos aqueles que residem ou têm interesses no povoado. Nenhuma discriminação de ordem religiosa.

ou política; de idade, de sexo, ou de côr; de condição social ou de atividade profissional é feita entre os seus membros.

A aceitação dos estatutos da Associação e a observância dos dispositivos do Regulamento do Centro são as únicas condições requeridas para o ingresso no quadro de sócios.

São entidades privadas, pertencentes a uma Associação particular — constituída de moradores do distrito e que são os seus dirigentes — dotada de personalidade jurídica própria e independente de qualquer grupo ou órgão oficial ou privado.

Sendo embora autônomas, destinam-se, por força mesma dos estatutos que as regem, a manter estreita colaboração com os serviços públicos e obras particulares locais, articulando com êstes suas atividades, para o desenvolvimento coordenado de programas comuns de ação em benefício da comunidade.

Funcionam (ou funcionarão) todos em sede própria, adquirida com recursos provenientes da comunidade, porém sem caráter obrigatório e de acôrdo com as possibilidades financeiras de cada um.

Está, assim, salvaguardada a sua autonomia — por não dependerem de favôres de pessoas ou de instituições — e, até certo ponto, garantida a eficiência dos serviços — por terem sido previstas, nas sedes, as instalações mínimas necessárias ao início do funcionamento normal das diferentes atividades.

Têm finalidades amplas, de maneira a atender às necessidades básicas da comunidade rural no que se refere à saúde, à agricultura, à economia doméstica, à educação, à vida social.

São instituições simultâneamente de caráter assistencial, educacional e social, a fim de poderem responder às exigências do meio, carente que é de serviços de qualquer natureza.

b) — *Objetivos:*

Como sua natureza mesma indica, destinam-se a promover o bem-estar da comunidade, proporcionando ainda a seus membros oportunidades de desenvolvimento pessoal e de melhoria das suas condições de vida familiar, profissional e social.

Seus objetivos são, pois, próximos e remotos, isto é, os Centros visam atender, na medida do possível, as necessidades ime-

diatas dos seus membros e da comunidade, sem perder de vista o desenvolvimento de um programa de alcance futuro, em qualquer dos seus setores de atividade.

c) — *Atividades:*

São múltiplas e variadas as atividades ou serviços que podem ser desenvolvidos pelos Centros. Dependem das próprias necessidades manifestadas pelos associados, como ainda dos recursos — financeiros e de pessoal — de que dispuserem. Visam, fundamentalmente: a saúde, a economia, a educação, a recreação, compreendendo a vida familiar, profissional e social. Tanto os casos individuais como os familiares, os interesses dos grupos e os da comunidade serão incluídos nas atividades dos Centros.

Os serviços terão em vista os interesses particulares dos agricultores, das donas de casa, dos rapazes e moças, das crianças, dos pais de família, das professoras e alunos. Assim, serão beneficiados: o lar, a escola, a lavoura, a criação, a produção e o consumo, as associações, os clubes etc..

Estão, pois, programados para os Centros os seguintes serviços para início de funcionamento: Assistência médica e farmacêutica, hospitalização de emergência; merenda escolar; ensino de economia doméstica, de corte e de costura; culinária e indústrias caseiras; assistência técnica aos agricultores; fornecimento de sementes selecionadas e de instrumentos de trabalho agrícola; assistência técnica aos Clubes Agrícolas; auxílio material às escolas locais; assistência técnica às professoras; biblioteca popular para crianças e adultos; recreação infantil, juvenil e de adultos (teatro de máscaras, de fantoches; jogos educativos; esportes; cinema); oficina de trabalhos manuais para crianças e adultos; serviço de "casos sociais"; campanhas diversas. (Ver esquema e plantas do Centro Social Rural de Santo Antônio dos Milagres a págs. 123 a 126).

d) — *Direção:*

São dirigidos administrativamente por membros da comunidade, eleitos em assembleia geral dos sócios e cujo mandato é limitado, segundo dispõem os estatutos.

A direção dos serviços técnicos ficará afeta de preferência a elementos locais (do município), quando isso fôr possível e, em sua falta, a outros de fora, mediante contrato ou articulação com entidades oficiais. Para as funções auxiliares, serão preparados elementos da própria comunidade.

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura se propôs realizar a supervisão técnica das atividades dos Centros em seu primeiro período de funcionamento.

e) — *Manutenção:*

A comunidade, através das contribuições dos sócios ou de doações, garantirá a manutenção dos Serviços dos Centros. Além disso, são previstas subvenções anuais ou auxílios extraordinários do governo federal, estadual e municipal, bem como de entidades privadas.

Os sócios concorrem com quantias diferentes, segundo as suas posses, distribuindo-se, para êsse fim, em categorias previstas no regulamento, embora gozem todos dos mesmos direitos.

f) — *Os beneficiários:*

A inscrição de chefe de família no quadro de sócios dá direito aos serviços do Centro ao inscrito, à sua espôsa e filhos menores de 18 anos. A partir dessa idade, salvo casos excepcionais, a critério da diretoria, e não se tratando de chefes de família, a inscrição será individual.

Os centros se propõem conceder benefícios em caráter gratuito a pessoas reconhecidamente pobres, da comunidade, a critério da diretoria.

g) — *Instalações*

São simples e econômicas, condizentes, portanto, com as próprias condições do meio rural. Proporcionam local adequado ao funcionamento das atividades básicas nos diferentes setores, podendo as mesmas dependências adaptar-se a fins diversos, segundo as necessidades dos grupos a serem atendidos.

Comportam ainda ampliação, conforme o desenvolvimento dos serviços (ver plantas dos Centros).

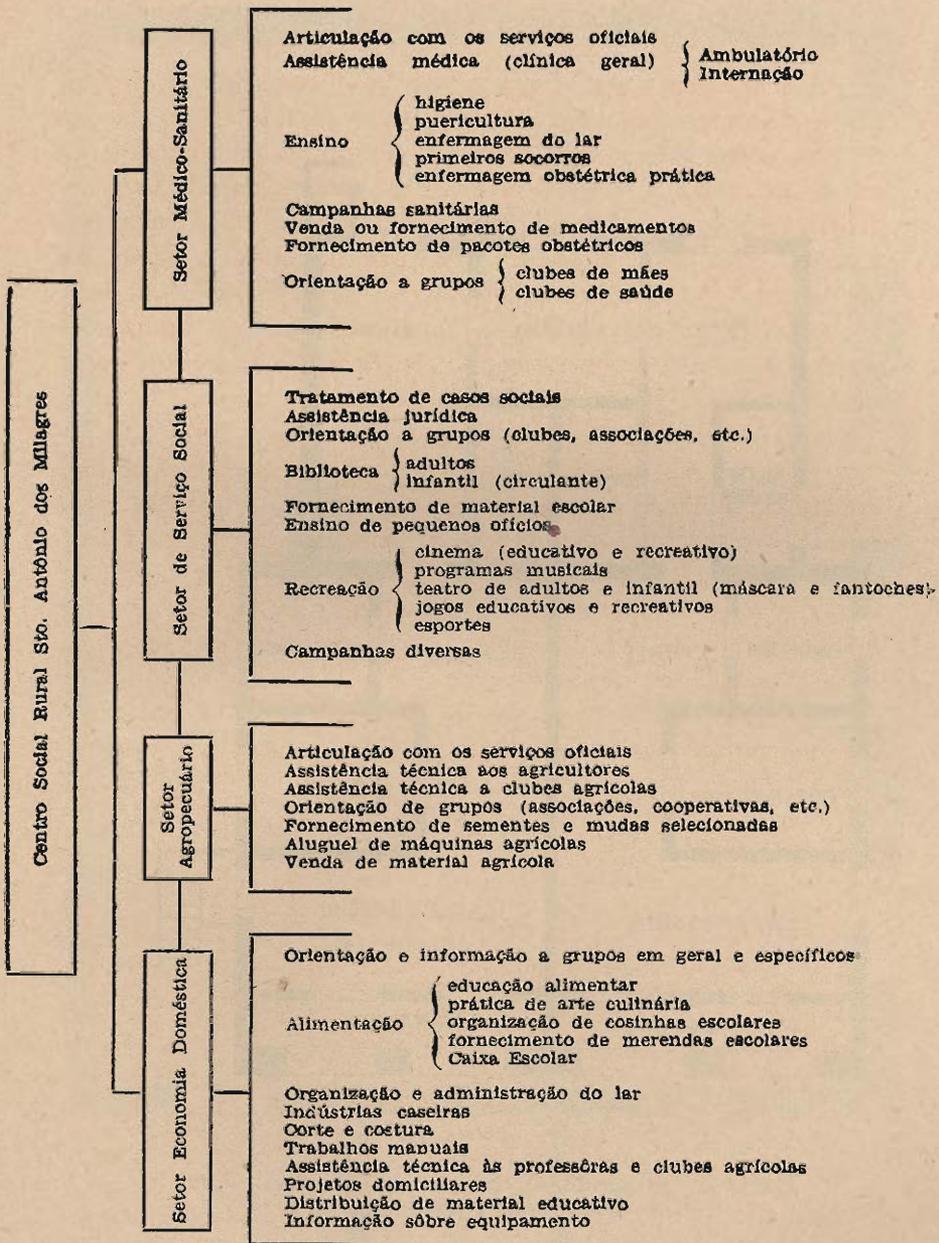
A simplicidade e a economia não sacrificam, porém, os princípios elementares de higiene, um relativo conforto e um mínimo de bom gosto. Assim, os Centros já serão uma oportunidade de iniciar os membros da comunidade na prática daquilo que é a expressão mais elementar da vida civilizada: água canalizada, instalações sanitárias, iluminação conveniente, mobiliário adequado, instrumentos apropriados, ordem, asseio, arranjo agradável etc..

Os Centros Sociais Rurais, cujas características acabam de ser descritas, não representam um padrão nêsse gênero de instituição social. A forma lhes foi dada pelas imposições do meio, das necessidades locais e dos recursos disponíveis.

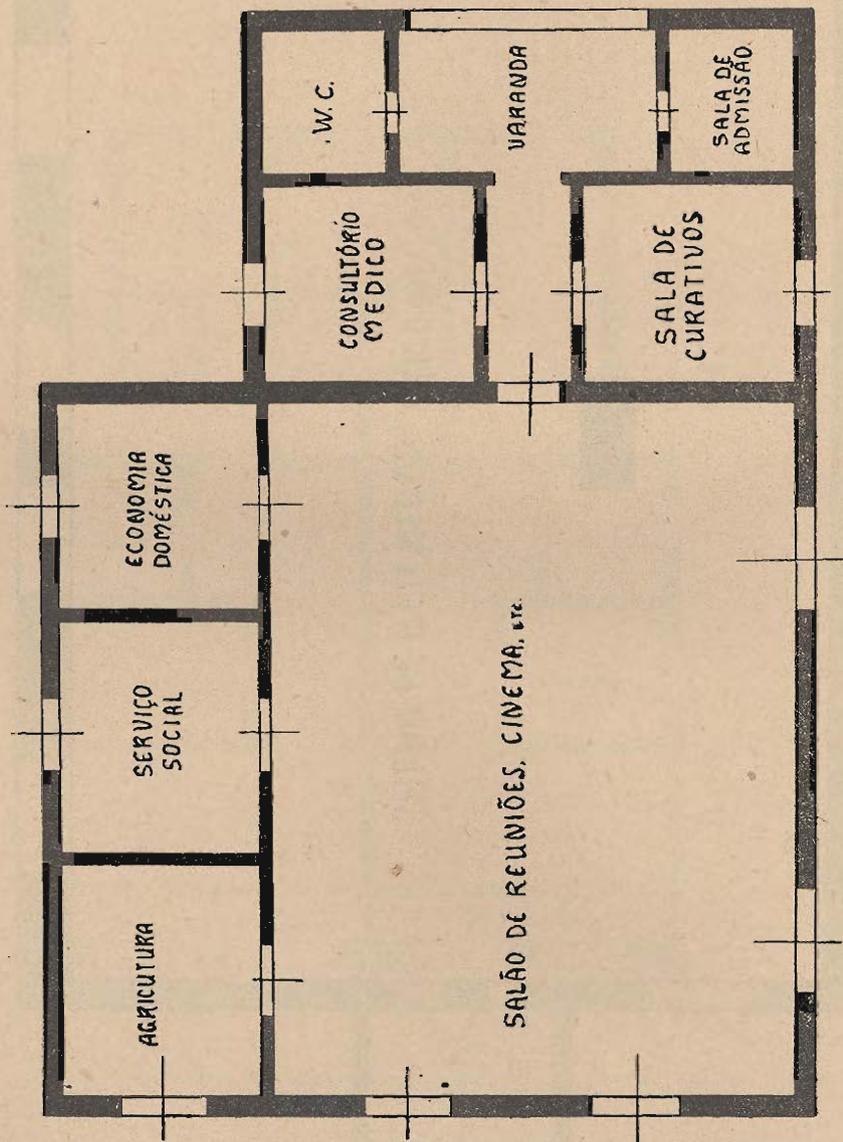
Êsse tipo de instituição se distingue, precisamente, por uma grande flexibilidade na sua estrutura de maneira a adaptar o seu funcionamento às peculiaridades do meio em que deverá atuar.

A prática mostrará, dentro em pouco, o rumo que tomarão certas atividades nos três Centros, indicando as diferenciações no funcionamento de cada um dêles, de maneira a responderem, de fato, às exigências de cada meio.

Por essa razão, considera-se um erro técnico a padronização das instituições sociais do tipo "Centro Social da Comunidade".



Observação: As instalações do Centro foram previstas de maneira a proporcionarem a organização de serviços permanentes e o desenvolvimento de atividades diversas relativamente a cada um dos Sectores mencionados.



Planta baixa dos Centros Sociais Rurais de Boaventura e Aré

TERCEIRA PARTE

ANALISE DO TRABALHO

CAPÍTULO IX

Após a experiência já relatada julgou a equipe conveniente proceder a uma análise, pormenorizada, do ensaio realizado, tendo em vista apurar não só os resultados obtidos, como também apreciar a eficiência da aplicação dos métodos, técnicas e meios utilizados num trabalho educativo em meio rural.

Esta interpretação poderá servir igualmente como subsídio às futuras iniciativas e serviços da mesma natureza que se organizarem no país.

QUANTO À EQUIPE

Comprovou a experiência ter sido possível a redução da equipe em número de membros, nos setores agropecuário e médico-sanitário. Neste último caso pelo fato de se ter integrado no trabalho da Missão, numa eficiente e constante colaboração de caráter voluntário, o médico-chefe do Distrito Sanitário. O primeiro caso permitiu chegar-se à conclusão de que não se recomenda a presença de mais de um técnico em cada setor, a menos que haja um programa amplo a realizar e uma divisão equitativa das atribuições, a fim de evitar que um elemento fique sobrecarregado de trabalho e os demais se despreocupem e não assumam responsabilidades.

Mostrou ainda ser indispensável, por parte de cada membro da equipe, perfeita integração no espírito e nos métodos de trabalho, bem como adaptação à psicologia e às características do meio rural, sem o que se torna impraticável o trabalho em equipe e a atuação eficiente.

Foi constatado ainda pela experiência que a idoneidade moral, a observância dos princípios de ética profissional e das normas fundamentais de educação constituem fatores essenciais, porquanto, em caso contrário, a repercussão é das mais funestas, a ponto de comprometer o trabalho, além de criar um clima desfavorável não só em relação à própria equipe, como especialmente, em relação à população. A atitude anti-social, mesmo de apenas um elemento da equipe, é bastante para comprometer a ação educacional.

Do ponto de vista da execução do trabalho, a experiência demonstrou que pode ser dispensada a presença simultânea de todos os membros da equipe no mesmo núcleo de ação. Assim, pode haver o aproveitamento da mesma equipe em vários núcleos numa área mais ou menos extensa, desde que haja uma distribuição inteligente do pessoal que passará a agir em cada núcleo por um sistema de rodizio. Dessa forma, haverá atuação intensiva e permanente em mais de um núcleo da área, resultando maior rendimento do trabalho.

Relativamente à qualificação dos componentes da equipe, foi comprovado ser de tãda conveniência, para esse tipo especial de trabalho — organização de comunidade no meio rural — além da capacidade técnica, certas qualidades que facilitem o estabelecimento de relações com o público: a capacidade de liderança de grupos, a de transmissão de conhecimentos ao nível do meio rural e ainda espírito de organização, iniciativa, entusiasmo comunicativo e, particularmente, dedicação. A formação pedagógica é indispensável, levando em conta o sentido nitidamente educativo que deve ser dado a todo o trabalho, bem como experiência ou conhecimentos sôbre organização de instituições, tais como: associações, clubes, cooperativas etc., porquanto haverá, em qualquer dos setores de atividade, oportunidade de orientar realizações dessa natureza, seja em relação a crianças, jovens e adultos.

QUANTO À DURAÇÃO DA MISSÃO

A experiência em curso está demonstrando que o critério inicial dos Ministérios programando para um ano apenas a dura-

ção da 1ª Missão Rural, foi falho; verifica-se que, embora prorrogado esse período até o fim de 1951, pelas sucessivas ponderações da equipe, ainda não está sendo suficiente. Isso vem corroborar o princípio de que "trabalho de comunidade" não pode ser levado a efeito em curto prazo. A fixação de tempo para atuação constitui erro básico.

A 1ª Missão Rural cessará de atuar em Itaperuna no momento em que houver, no local, possibilidade da continuação regular das atividades iniciadas. Desde que os Centros Sociais Rurais, já devidamente equipados de material e pessoal, estejam em pleno funcionamento, assegurando às comunidades os serviços educacionais e assistenciais requeridos, poderá a equipe dar por encerrada sua tarefa. Isso não exclui, porém, a possibilidade de uma assistência técnica ainda por certo tempo.

QUANTO À PERMANÊNCIA NOS NÚCLEOS DE ATUAÇÃO

Pode-se afirmar que os resultados do trabalho teriam sido melhores se um ou outro membro da equipe tivesse permanecido por um certo tempo, com revezamento periódico, nos núcleos de atuação. A presença constante e a convivência não só diária, mas de todos os momentos, e a participação na vida da comunidade proporcionam maiores ensejos para um processo contínuo de educação.

QUANTO À ÉPOCA MAIS CONVENIENTE PARA O TRABALHO

Na época das chuvas, verificou-se ser quase impraticável o trabalho na zona rural, em virtude das condições das estradas, prolongando-se essa situação por três a quatro meses.

Na sede municipal, a ausência que se verifica regularmente, nos meses de verão, de grande parte das famílias, de professores, de estudantes etc., reduziu a possibilidade de uma ação sistemática com o elemento mais representativo. Recomenda-se sejam aproveitados esses meses para outras atividades: preparação de relatórios, programas de divulgação, preparo de material etc. Assim, pois, a época indicada para uma atividade regular é aquela em

que as condições do tempo e os hábitos da população o permitirem.

QUANTO AOS DIAS E HORAS MAIS FAVORÁVEIS

Constatou-se que, conforme os grupos e as atividades programadas, a escolha das horas e dias para atuação da equipe deve variar. Tratando-se de grupos de crianças foi possível atuar pela manhã, o que se torna impraticável com os de adultos. Senhoras e moças podem ser reunidas da metade do dia em diante, por causa dos afazeres domésticos que as absorvem inteiramente pela manhã. Os grupos de lavradores podem reunir-se somente à tarde, depois de findas as suas tarefas ou à noite, após o jantar.

As reuniões gerais, com numerosa assistência, tornaram-se viáveis preferentemente aos sábados, domingos e dias santos. As visitas domiciliares fazem-se com proveito pela manhã.

QUANTO AO PLANEJAMENTO

Escolha dos núcleos de atuação — Chegou-se à conclusão de que foi acertado o critério adotado pelos técnicos, porquanto, apesar das condições desfavoráveis que apresentavam, aliadas à interferência de fatores negativos, a experiência — em tempo que pode ser considerado mínimo para trabalho de comunidade — teve resultados satisfatórios.

Por parte do público em geral e mesmo de alguns órgãos oficiais o critério da equipe — ao escolher comunidades atrazadas — não tem sido suficientemente compreendido. Causa-lhes estranheza o fato de não terem sido constatados resultados visíveis, imediatos, do trabalho da Missão, sendo mesmo atribuídos aos responsáveis, lentidão, perda de tempo e recursos. Assim, por exemplo, desejariam muitos que de pronto aparecesse matéria para publicidade, representada por serviços criados e outros benefícios outorgados às populações rurais na área trabalhada. A Missão, porém, orientou-se diversamente, despreocupando-se do aspecto publicitário, no caso, a seu ver, prejudicial.

Métodos, técnicas e meios adotados — A experiência parece indicar ser o método de "organização de comunidade" um dos que mais se recomendam para o meio rural. Atingindo indistintamente tôdas as categorias de pessoas, mobilizando todos os recursos do meio, para o levantamento das condições de vida da comunidade, realiza um verdadeiro trabalho de educação de base no meio rural.

Sõmente quando o meio toma consciência de seus problemas e age em conseqüência, promovendo, por iniciativa e recursos próprios, os elementos de que carece, pode ser considerado como atingido o objetivo educacional. O Centro Social Rural de Santo Antônio dos Milagres ilustra essa afirmação.

Da mesma forma, os meios e as técnicas utilizados, produziram os resultados que se esperava.

O *trabalho em grupo* proporcionou a atuação sôbre maior número de pessoas, a cooperação e a revelação de qualidades pessoais por parte de elementos do meio, para determinadas atividades.

As *reuniões gerais*, abrangendo todos os elementos da comunidade, despertaram as consciências para as realidades locais, ao mesmo tempo que criaram um espírito comum — independente de diferenças políticas, religiosas, sociais — possibilitando o estudo e solução, em conjunto, dos seus problemas. Representaram também uma oportunidade para que todos se manifestassem livremente, em igualdade de condições.

O *caráter informal* e a simplicidade mantidos nessas ocasiões, permitiram o máximo de espontaneidade e participação de todos os elementos com os quais a equipe entrou em contacto.

As *visitas domiciliares* repetidas, quer aos moradores dos povoados, quer às fazendas, como aos sítios mais distantes, nas serras ou ao longo das estradas, constituíram valioso instrumento. Permitiram o conhecimento de situações particulares, o estabelecimento de uma base de confiança nas relações da equipe com a população, como ainda a sedimentação do trabalho educacional.

As *atividades práticas* — aulas, demonstrações etc. — foram igualmente de grande valor.

A *informação ao público* — foi outro fator que concorreu para o êxito das iniciativas. Teve a equipe a preocupação de

informar sistematicamente os interessados e o público em geral sobre o desenvolvimento dos trabalhos em todos os seus aspectos, como sobre os fatos de significação local. Nos programas semanais de rádio e em todas as reuniões, quer na sede municipal, quer nos distritos, houve sempre um pequeno noticiário destinado a relatar o andamento das atividades e as ocorrências da semana relacionadas ao trabalho da Missão.

Os recursos de *educação audio-visual* — projeções de filmes e diafilmes, gravações educativas e recreativas, folhetos, cartazes etc. — constituíram meios de grande alcance, sobretudo os primeiros, por proporcionarem poderoso e permanente motivo de atração das populações, permitindo maior amplitude da ação educacional. A programação de sessões de cinema em geral ao ar livre e acompanhadas de números de música, nos dias de reuniões de moradores, era a garantia de um grande público e, conseqüentemente, de assistência numerosa à reunião.

Programas — Os programas específicos, embora traçados à base da realidade local e exequíveis, não foram, contudo, cumpridos integralmente. Diversos fatores intervieram. Inicialmente, há a mencionar uma certa dificuldade quanto ao entrosamento das atividades dos setores e quanto à sistematização do trabalho. Concorreram para isso, entre outras, as seguintes circunstâncias:

a) a presença simultânea de todos os membros da equipe nos núcleos — todos com pequena concentração de população — não permitindo que se organizassem, ao mesmo tempo, diferentes grupos que ocupassem todos os técnicos pelo tempo desejado;

b) a impossibilidade de reunir as pessoas nos dias de semana, por espaço de várias horas, ocupadas que ficam com os seus afazeres diários, impedindo assim que se revezassem os grupos para as diferentes atividades programadas;

c) a falta de noção do "tempo", generalizada na roça, pela inexistência, praticamente, de relógios e a natural lentidão e despreocupação com que agem normalmente, pela falta de hábito na observância de horários regulares.

Isso acarretou, muitas vezes, grande perda de tempo, considerando não ter querido a equipe forçar um modo de ser peculiar:

ao homem do campo. Contudo, há a consignar sensível melhora, neste particular, com relação a muitos moradores dos núcleos mais trabalhados.

Quanto ao caso particular do entrosamento das atividades dos setores, há dois aspectos a assinalar: o da dependência de certas atividades de um setor em relação às de outros e o da articulação das mesmas. Como exemplos, podem-se mencionar fatos verificados. O desenvolvimento de um programa eficiente de alimentação ou de indústrias, caseiras — do Setor de Economia Doméstica — estava condicionado à produção agropecuária (criação e hortas domésticas) que, por ser muito deficiente na região, prejudicou aquele programa. O programa de educação sanitária nos Clubes Agrícolas que deveria ter acompanhado os dos outros Setores que atuavam nos Clubes, não pôde ser executado, ocasionando uma grande deficiência na formação dos sócios.

Outra circunstância que interferiu nos programas prende-se a casos particulares de alguns membros da equipe. Por motivo de força maior, mais de um técnico se viu na contingência, após certo período de trabalho, de solicitar seu afastamento, ficando este, no entanto, condicionado à substituição por elemento da mesma especialidade. A instabilidade decorrente da expectativa de uma saída próxima — que, entretanto, não se verificou, em nenhum dos casos referidos, até o presente — perturbou, em vários sentidos, o encaminhamento de certas iniciativas de caráter específico e de responsabilidade pessoal.

Há a considerar, ainda, em relação aos programas, outro fator, este ligado aos próprios órgãos ministeriais responsáveis pelo trabalho da 1ª Missão. Recebeu a equipe, mais de uma vez conforme já foi mencionado, instruções que implicaram em mudança de orientação no trabalho e, por conseguinte, em alteração nos programas. A primeira se verificou poucos meses depois do início das atividades, com prejuízo da ação em profundidade e em benefício da extensão do trabalho a outros núcleos, assumindo este, portanto, um caráter mais superficial. A segunda, já no período seguinte, consistiu em orientação oposta: restringir o campo de ação para, intensificando o trabalho, chegar-se à concretização dos Centros Sociais Rurais em um tempo limitado.

A prática provou, entretanto, ser impossível realizar-se "organização de comunidade" em período relativamente curto e previamente determinado. As ponderações feitas pela equipe, naquela ocasião, confirmaram-se. Fixado, pelos órgãos superiores, o término das atividades da 1ª Missão para junho de 1951, foi o mesmo sendo prolongado, em face da situação local dos núcleos de trabalho, estando ainda na dependência da conclusão das sedes dos Centros já fundados.

No entender da equipe, não basta cuidar apenas da instalação material dos Centros para justificar o encerramento do trabalho da Missão. É preciso encaminhar o funcionamento em bases seguras, na fase inicial, sob supervisão técnica, e garantir a sua continuidade, com pessoal capacitado para as diferentes atividades.

QUANTO À PESQUISA SOCIAL

Chegou-se à conclusão, logo no início, que seria impraticável a realização da pesquisa tal como se programara.

O estado de agitação político-partidária que dominava o país, tão comum nos períodos pré-eleitorais, a recente realização do censo, aliados ao limitado conhecimento da equipe, por parte dos habitantes, criaram um ambiente impróprio a um levantamento sistemático da situação local.

Essa pesquisa foi, no entanto, tentada posteriormente, quando as condições já se apresentavam mais favoráveis, não tendo, contudo, chegado a ser executada em escala significativa, em virtude da interferência de vários fatores. A falta de pessoal que pudesse colaborar com a equipe levou-a a preferir sacrificar a pesquisa ao trabalho regular da Missão.

As informações obtidas dos casos pesquisados representam todavia uma pequena amostra da situação. Verificou-se, entretanto, que o tipo de fichas elaborado não se recomenda, devendo ser simplificado para corresponder melhor à região. Mais indicado é o que permite ao pesquisador registrar livremente o que existe na região ou o que tiver sido observado, sem a preocupação de apresentar na ficha tôdas as hipóteses possíveis de serem encon-

tradas. Evita-se assim a complexidade e o espaço ocupado com dados inúteis para o caso.

QUANTO À ATITUDE EM FACE DA COMUNIDADE

A Missão assumiu decisivamente atitudes que corresponderam a bons resultados:

Colocou-se acima e fora das correntes político-partidárias, mantendo absoluta independência em face dos membros dos partidos locais, voltando-se para todos, indistintamente, sempre em função dos problemas da comunidade. Produziu excelente efeito o fato da equipe, desde os seus primeiros contactos com as autoridades e com o público, esclarecer e firmar sua posição em face da política e manter essa atitude de rigorosa isenção partidária. Por mais de uma vez os moradores dos diferentes povoados mencionaram êste fato, considerando, como um dos fatores de êxito da Missão em certos empreendimentos, a sua imparcialidade.

A mesma atitude foi assumida em face da questão religiosa, com idêntico resultado.

Colocou-se em absoluta situação de igualdade, para com todos: autoridades, pessoas influentes nas localidades, simples lavradores, colonos etc. O reconhecimento, por parte da população, de que a equipe não fazia a distinção tão habitual de "grandes" e "pequenos", considerando todos pessoas humanas dignas, aumentou a confiança.

A equipe evitou situar-se na posição de quem goza privilégios, seja pela situação social, pela autoridade ou pela influência.

Manteve atitude informal em tôdas as ocasiões, optando pela simplicidade no trato, na linguagem e até na maneira de trajarse, inclusive adotando um tipo de roupa adequada ao meio. Para os habitantes da zona rural, sobretudo a simplicidade no trato, levando, inclusive, o elemento feminino da equipe a participar, ocasionalmente, de atividades domésticas, a prestar pequenos auxílios etc., teve, psicologicamente, bons resultados.

Procurou manter os compromissos assumidos, mesmo aqueles aparentemente pouco importantes, como por exemplo, o comparecimento pontual a reuniões previamente marcadas, entrevistas etc.,

apesar, muitas vezes, do mau tempo, dificuldades de estrada, a ponto de causar surpresa aos moradores, em vista das circunstâncias desfavoráveis. Esse rigor no cumprimento dos compromissos foi notado claramente e contribuiu para solidificar a confiança.

Manifestou, em tôdas as ocasiões oportunas, não pretender recompensa de ordem pessoal por serviços prestados, colocando-os no plano do interesse humano, do desejo de servir, mesmo fora do estrito dever profissional.

Procurou sempre atuar às claras, examinando as situações com objetividade, com espírito construtivo, sem segundas intenções, tanto assim que todos os fatos e acontecimentos eram rigorosamente registrados e dados a conhecer aos presentes às reuniões.

QUANTO À DIVULGAÇÃO

No sentido de proporcionar ao público informações sobre o trabalho, além do que foi feito em âmbito local e já referido, foram publicadas na imprensa do País algumas notícias relativas ao início da experiência, seu sentido educacional e seu plano geral de ação. Posteriormente, o Serviço de Informação Agrícola documentou alguns aspectos referentes ao primeiro período de atividade, através de um filme que tem sido exibido em diferentes pontos do País. Contudo, em virtude de circunstâncias diversas, por ocasião da filmagem, apresenta-se o mesmo com falhas, não tendo cumprido, integralmente, seu objetivo.

Em princípios de 1951, os Serviços de Educação de Adultos e de Informação Agrícola publicaram um trabalho para divulgação, sintetizando as atividades desenvolvidas naquele mesmo período.

A par dessas iniciativas, a própria equipe teve oportunidade de informar sobre a experiência em duas mesas redondas em emissoras do Distrito Federal, assim como através de palestras, a convite de entidades oficiais e privadas que se interessaram pelo assunto.

Aliás, não teve a equipe preocupação maior com respeito à publicidade, parecendo-lhe mais significativas a interpretação e a

informação. Frequentemente, ou por ignorância dos fatos ou para efeito de propaganda, quando não para provocar uma certa sensação no público, as notícias — pela imprensa ou pelo rádio — são deturpadas e carecem de objetividade. A equipe procurou fugir a esse tipo de publicidade antecipada, preferindo realizar um trabalho discreto, para que os fatos, no futuro, falem por si mesmos.

QUANTO AO EQUIPAMENTO BÁSICO E MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO

Viaturas — A precariedade das estradas mostrou a conveniência de serem usadas viaturas de tamanho pequeno e de resistência suficiente para vencer os obstáculos comuns à zona rural. A caminhonete deverá oferecer certa comodidade e estar devidamente equipada com ferramentas próprias, pneus lameiros, correntes etc., para qualquer emergência. A Missão se ressentiu de algumas deficiências neste particular. Fêz-lhe ainda grande falta um "jeep" que facilitasse atingir os pontos inacessíveis à caminhonete e permitisse maior mobilidade aos membros da equipe.

O outro veículo, o furgão, foi eficiente meio de transporte do material, tendo servido também para movimentação dos próprios membros da equipe. Foi convenientemente adaptado para transporte dos projetores, alto-falantes, grupo gerador a gasolina, telas, microfone, toca-discos, discos e filmes em geral. O furgão de tipo médio é o mais adequado à zona rural, recomendando-se que a cabine do motorista e a parte posterior do carro se comuniquem internamente para facilitar a ligação dos fios condutores de corrente elétrica.

Projetores — O projetor cinematográfico de 16 mm foi permanentemente utilizado, demonstrando eficiência. Nos locais onde não havia corrente elétrica o gerador era utilizado.

Os projetores de diafilmes empregados foram de dois tipos: elétrico e a querosene. Embora de fácil transporte e manejo relativamente simples, requerem muito cuidado, em virtude da delicadeza de certas peças, convindo que permaneçam no local de utilização, para evitar os danos decorrentes do constante trans-

porte. Estes projetores são muito úteis para uso nas escolas e em recinto onde seja pequeno o número de pessoas.

Telas — Foram utilizados dois tipos de telas. A de lona proporcionou melhores resultados, por estar menos sujeita a estragos. A do tipo brilhante (areia), apesar de melhor qualidade, requer maior cuidado e uma vez danificada a projeção se apresenta defeituosa. A Missão serviu-se também de telas improvisadas (lençóis, paredes externas), sempre que isso se fazia necessário ou possível. Para as projeções externas, o uso de telas de tamanho médio é aconselhável pela facilidade de montagem.

Aparelho de gravação — Considera-se de utilidade, sendo um meio interessante para documentação de palestras, reuniões, "sketches" etc. Seu uso pela Missão foi limitado, não tendo dado margem para apreciação de sua utilidade prática.

Demais peças de equipamento — Alto-falante, toca-discos e microfone foram de grande utilidade e considerados imprescindíveis. Proporcionaram transmissões de programas musicais, avisos, convites, convocações, recreação popular, explicações de filmes etc. Utilizaram-se dos mesmos não só os membros da Missão, como elementos da comunidade, quando necessitavam dirigir-se ao público em geral.

Filmes e Diafilmes — O cinema constituiu um instrumento de valor inestimável para a ação educacional, além de ter proporcionado recreação a grande número de pessoas.

Alguns filmes foram de real utilidade, bem apresentados, sugestivos, em linguagem simples e própria para o meio. Outros, entretanto, mais indicados para um público de maiores conhecimentos gerais. Os que se referem a outros países são aconselhados como meio de cultura; porém, sua seleção deverá ser criteriosa, a fim de evitar choques, pelo contraste com o ambiente brasileiro. Os desenhos coloridos educacionais alcançaram grande êxito, não só pelo agrado, como pelo efeito educativo, que foi constatado por fatos concretos, comentários e atitudes novas, verificados em mais de um caso. Os desenhos simplesmente recrea-

tivos são muito apreciados e o seu uso é imprescindível para complemento dos programas educativos.

São igualmente aconselháveis os diafilmes para o ensino na zona rural. A possibilidade de fixar cada quadro pelo tempo desejado facilita a explicação sobre o assunto. A Missão contou com certo número de diafilmes positivos, tendo o seu uso sido, porém, limitado. Entretanto, despertaram interesse os que versavam sobre práticas agrícolas, cuidados da criação, higiene, vida social. A projeção de diafilmes é aconselhada para pequenos grupos por tornar mais fácil a explicação dos quadros.

Gravações — As gravações de música popular são muito recomendáveis para os programas recreativos. Sente-se, entretanto, a falta de maior número de canções folclóricas e de gravações que tenham finalidade educativa.

As gravações de histórias infantís foram muito utilizadas, mas a linguagem, mais uma vez, se revelou inadequada para as crianças da roça. Gravações de conselhos e ensinamentos sobre técnicas de agricultura, preparadas pelo Serviço de Informação Agrícola, foram consideradas oportunas e elemento educacional interessante.

"Sketches" — Uma série obtida através do SESP foi bem aproveitada. Tiveram, porém, os "sketches" de sofrer uma adaptação quanto à linguagem e à apresentação. Vários outros foram preparados pelos membros da Missão, sobre temas de interesse regional. Tendo sido úteis, poderão ser gravados para maior divulgação. A apresentação dos "sketches" se fez através dos programas semanais de rádio, com transmissão para a zona rural.

Livros — Os livros recreativos e didáticos adquiridos para a organização da biblioteca popular e distribuição às escolas, embora cuidadosamente selecionados, provaram ser, em sua grande maioria, inadequados ao meio rural. A linguagem, sobretudo, revela nitidamente, destinarem-se às populações urbanas. As ilustrações, embora muito apreciadas — especialmente quando em cores — também apresentam motivos alheios à realidade rural. Os didáticos, com raras exceções, isto é, excluindo certas coleções

destinadas ao meio rural — ainda assim com muitas falhas — são pouco acessíveis à compreensão dos escolares do interior. A leitura de qualquer dêles, por parte dos alunos, exige que a professora fique, permanentemente, dando explicações, caso contrário, será uma leitura mecânica, sem o mínimo de aproveitamento.

Folhetos, monografias e cartazes — Verificou-se serem, de modo geral, impróprios e muitas vêzes de efeito negativo para a educação das populações rurais: linguagem técnica acima do nível médio da região, sem atrativos que despertem maior interesse, ilustrações inexpressivas, sem realidade nem valor educacional. O material considerado conveniente teve, entretanto, aproveitamento máximo. Constatou-se serem de maior aplicação os folhetos com dizeres simples, ilustrados com desenhos sugestivos ou fotografias.

O Serviço de Informação Agrícola, em cooperação com o Departamento Nacional de Educação, publicou uma "SÉRIE POPULAR" de folhetos simples e interessantes, em cores, bem como de cartazes, sobre assuntos de interesse da população rural, tais como: ensinamentos de técnicas agrícolas, indústrias caseiras e rurais, criação de animais etc., que foram apreciados. Entretanto, nota-se que ainda precisam ser melhorados para que atendam ao máximo às necessidades rurais.

A experiência revelou que a quantidade desse material para distribuição deverá ser limitada ao necessário no início do trabalho. Posteriormente, e de acordo com a solicitação, será providenciada uma quantidade maior. Uma seleção judiciosa deverá ser feita para que só seja levado à zona de atuação material sobre assuntos concernentes à região.

Sugestões sobre material educativo: — Considerando o funcionamento de Missões Rurais na base de programas educacionais modernos, reputa-se de necessidade imperiosa a preparação, em grande escala, de material educativo audio-visual especializado,

para uso nos programas específicos e para distribuição regular aos lavradores, às famílias, às escolas, aos Centros Sociais, às instituições assistenciais e educacionais e ao público em geral.

Esse material deverá estar à disposição das Missões para uso na época conveniente, sendo que sua falta pode ocasionar sérias dificuldades e até mesmo motivar a alteração ou interrupção nos programas, em certos casos, prejudicando as atividades da equipe.

O ensino vivo, objetivo, exige material adequado e, tratando-se do meio rural, deverá êste ser, ainda, acessível à compreensão do público a que se destina e fartamente ilustrado com motivos apropriados ao meio. Os conhecimentos limitados das populações rurais tornâm desaconselhados livros, folhetos ou cartazes de textos longos e desprovidos de ilustrações, assim como de linguagem exclusivamente técnica.

A título de sugestão, serão dadas, a seguir, algumas indicações relativas a certos tipos de material mais recomendável, quer para uso das Missões, como das professôras e de quantos no meio rural tiverem preocupações de ordem educacional. As entidades oficiais e privadas que dispõem de recursos para fins de divulgação ou de preparo de material para distribuição, fariam obra altamente meritória se dedicassem seus esforços no sentido de prover as populações rurais de meios que lhes permitissem melhorar seus conhecimentos e assim adquirir o mínimo de cultura a que tem direito o ser humano. Assim procedendo, estariam servindo ao país de maneira construtiva e com grande alcance para o futuro.

Publicações em geral (monografias, folhetos etc.) — Deverão ser de manejo fácil, pequeno formato, caracteres grandes, têxtos em linguagem clara e familiar, muitas ilustrações em desenho simples e sugestivo, de preferência em côres. Evitar longas dissertações. Os textos, sob a forma de conselhos práticos, com alguns argumentos apenas, os mais fortes, de ordem técnica ou científica, são os que mais se recomendam. Os assuntos focalizados deverão ser os mais variados, tendo em conta a realidade existente nas diversas regiões do país.

Será de todo interêsse mencionar experiências levadas a efeito em nosso próprio meio, a fim de que os exemplos apresentados tenham o valor de coisa brasileira.

Cartazes — Obedecerão ao mesmo critério e serão confeccionados, o quanto possível, em papel resistente, para que tenham maior durabilidade.

Filmes e Diafilmes — A produção brasileira sendo ainda muito limitada, tem forçado o uso da produção estrangeira, especialmente da norte-americana, o que não se recomenda, como norma geral. Em pequena escala, são aconselháveis para certo público e para fins culturais. Com freqüência há tamanha diferença entre a nossa realidade e a focalizada no filme, que este não atua no sentido desejado.

Quando utilizados, porém, deverão ser escolhidos os falados em português e que se prestem a explicações ou conselhos aplicáveis no local.

A exemplo de umas poucas organizações nacionais, o Serviço de Informação Agrícola está realizando uma série de filmes e "shorts" documentários fixando atividades, aspectos e tradições brasileiras em diversas regiões do país. A produção de filmes nacionais, de curta metragem, apresentando nossas riquezas naturais, métodos e técnicas de produção, na lavoura e na pecuária, construção de estradas, industrialização rural e caseira, a vida de instituições escolares e organizações sociais, comemorações cívicas, festas típicas, costumes regionais, trabalhos de saneamento etc., seria de inestimável valor educacional, proporcionando às populações rurais a oportunidade única de melhor conhecerem seu próprio país e aprenderem o que tivesse aplicação em suas comunidades.

O mesmo em relação aos diafilmes que tanto se prestam para o ensino. O programa das diferentes matérias do curso primário, bem como questões relativas à higiene, à vida social, às atividades agrícolas, às instituições escolares, poderiam, com grande êxito, ser ilustrados com diafilmes que passariam, assim, a ser de uso permanente nas escolas primárias, como um poderoso auxiliar do ensino.

Os "sketches" obtidos pela Missão através do SESP, bem como os elaborados pela equipe, deverão ser aproveitados para uma série de gravações do gênero, que vier a ser feita.

Livros — Dada a carência quase absoluta de livros próprios para o meio rural, como já foi acentuado, seria de todo aconselhável que determinadas editôras e mesmo os Ministérios da Educação e Saúde e da Agricultura, como ainda outras entidades, se dedicassem à confecção de livros recreativos e didáticos que atendessem exclusivamente às necessidades do meio rural. Pequenos manuais para uso de professoras rurais e dos escolares, como para divulgação popular seriam de grande alcance. A deficiência de livros em que assuntos científicos e certas técnicas são apresentados em termos de possível compreensão para o público de nível elementar como é o do meio rural, indica a urgência em ser resolvido este problema por parte de quem possui meios de o fazer.

O mesmo critério apontado para as publicações deverá ser observado quanto aos livros em geral: simplicidade da linguagem, formato conveniente, ilustrações adequadas.

QUANTO AO CUSTO DA MISSÃO

Ao ser decidida a organização da 1ª Missão Rural, prevaleceu a idéia de que era necessário realizar uma experiência tanto quanto possível completa sobre os métodos e meios de educação de base no meio rural. Isso só poderia ser feito por meio de uma equipe categorizada, dispendo de todos os recursos materiais, de modo que as limitações de ordem financeira não viessem afetar o curso do ensaio. As observações feitas pela equipe sobre as diferentes modalidades de ação serviriam de base para o programa de expansão do serviço a outras áreas do país.

Foram as seguintes as despesas totais efetuadas em dois anos:

1 9 5 0	
	Cr\$
Material	535.351,70
Pessoal	423.763,90
Manutenção	60.000,00
	<hr/> 1.019.115,60

1 9 5 1

	Cr\$
Pessoal	336.000,00
Manutenção	54.000,00
	<hr/>
	390.000,00

As despesas de material, em 1950, compreendem a aquisição de todo o equipamento permanente da Missão, constando das duas viaturas (Cr\$ 228.165,00), conjunto gerador de corrente e projetor para cinema (Cr\$ 105.000,00) e todo o material educativo para demonstrações e distribuição dos diversos Setores. Nas despesas de manutenção estão incluídos os gastos de combustível, lubrificantes, reparos do equipamento e eventuais.

Em 1951, não houve necessidade de adquirir material, e com a natural redução do número de componentes da equipe, como foi conveniente, as despesas com o pessoal foram reduzidas.

Os recursos provieram de dotações dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Saúde, conforme plano de cooperação estabelecido entre os mesmos.

Como resultado das observações feitas no decorrer do trabalho pode-se, já, apresentar sugestões positivas referentes à composição da equipe, material básico e métodos de trabalho que permitirão a organização de unidades semelhantes a um custo que tornará viável a sua adoção como modalidade de ação eficiente em favor da melhoria das condições de vida das populações do interior.

Segundo já foi mencionado, as equipes poderão variar de composição e número de membros de acordo com as condições locais. A possibilidade de recrutar elementos, nas próprias áreas de ação, é recurso que concorrerá para a redução do custo. Da mesma forma o equipamento básico poderá ser limitado a um mínimo e adquirido à medida que a sua necessidade se fizer sentir e variará com as situações e recursos do meio.

QUANTO A SITUAÇÕES PARTICULARES DO MEIO

Segue-se uma série de comentários sobre situações particulares do meio, que atuaram negativamente sobre o trabalho e até certo ponto impedem o levantamento dos níveis de vida da região.

Serviços públicos de saúde — Os serviços públicos em geral, e especialmente o Centro de Saúde e Postos de Higiene, apresentam de ordinário grande deficiência de material e de pessoal.

O Centro de Saúde funciona em prédio impróprio, com instalações inadequadas. Compreende os serviços de Endemias, Doenças Venéreas, Higiene Infantil, Escolar, Pré-Escolar, Polícia Sanitária, Raio X, Farmácia e Laboratório. Entretanto, vê-se obrigado a restringir suas atividades, quase que exclusivamente a uma precária assistência médica. Um grande número de necessitados lá acorre diariamente entre os quais grande porcentagem de tuberculosos. É elevada a freqüência ao Consultório de Higiene da Criança atraídas que são as mães pela distribuição do leite em pó, feita regularmente. Elas não recebem, contudo, conselhos sôbre noções de Higiene e Puericultura, que seriam de grande alcance na prevenção das doenças da primeira infância, causa maior do elevado coeficiente de mortalidade infantil.

O problema de pessoal é angustioso, notadamente dos médicos, que não se estabilizam, sendo com freqüência a chefia obrigada a se desdobrar para suprir a falta de seus auxiliares. A má remuneração, que gera o desinterêsse e arrefece o entusiasmo, é talvez a causa primordial da instabilidade médica.

No município há dois Postos de Higiene localizados em distritos. Num dêles, onde o médico é elemento da localidade e muito estimado, desenvolveu-se em virtude de sua atuação, um trabalho de comunidade consolidando-se através de uma associação que vem progredindo gradativamente, e que patrocinou a construção de um Hospital.

Incansável e dedicado, o Diretor do Distrito Sanitário, que acumula as funções de Chefe do Centro de Saúde de Itaperuna, não pode superar, com sua boa vontade os graves problemas que afetam a sua administração e que demandam estudos e providências de ordem superior.

Instituições de fomento e defesa agropecuária — Em linhas gerais, a situação das repartições ou entidades de fomento e defesa agropecuária é a seguinte:

Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda. — É entidade privada, organizada principalmente para a exploração de laticínios. Fundada em 1942 congrega hoje 130 sócios. O capital realizado é de Cr\$ 1.339.611,10, constituído por cotas-partes de Cr\$ 100,00. Em 1950 a Cooperativa produziu 49.063 kg de manteiga e remeteu para Niterói 978.139 litros de leite pasteurizado. Fabricou também requeijão em pequena escala. Em 1951 o movimento aumentou, tendo sido adquiridos, por ela, outros prédios para a instalação de nova Usina, orçada em Cr\$ 800.000,00. O retorno aos associados tem sido crescente. Estes têm direito de adquirir na Cooperativa material agrícola como arame farpado, arados, enxadas, vasilhame para leite, formicida em pó, produtos veterinários etc., pelo preço de custo.

Divisão de Engenharia Rural — A sua área de ação abrange os municípios de Itaperuna, Bom Jesus, Natividade, Porciúncula e parte de Campos. Como pessoal técnico conta com dois agrônomos, três técnicos agrícolas, um capataz, um prático rural e quatro tratoristas. Dispõe de 2 conjuntos motorizados e um jeep. Esse material é de todo insuficiente para atender ao número de interessados. As atividades principais do serviço são: conservação do solo, preparo do terreno para cultura sob irrigação e organização de viveiros de café. Encarrega-se da execução dos trabalhos técnicos mediante pagamento de parte dos agricultores. Em virtude da limitação dos recursos o serviço não tem podido atingir número avultado de lavradores.

13ª Residência Agrícola — Repartição subordinada à Seção de Fomento Agrícola no Estado do Rio de Janeiro. Funciona em regime de acôrdo com a Secretaria de Agricultura. Conta com apenas um agrônomo. Dispõe de dois conjuntos motorizados (tratores, arados e grades) para o serviço de preparo de terras e plantio, o que é totalmente insuficiente para satisfazer pedidos. Há um jeep para o transporte do pessoal. Há uma câmara de expurgo de sementes com capacidade para 6m³. A área de ação da residência compreende os municípios de Itaperuna, Bom Jesus, Porciúncula. São suas atividades principais: distribuição (venda) de sementes, revenda de material agrícola e aluguel de máquinas.

Em 1951 foram vendidos 7.000 sacos de sementes de algodão e 450 de milho híbrido.

Pôsto Agropecuário — É subordinado à Divisão de Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura. A sua construção foi iniciada em 1948 e só agora está sendo concluída. Com a designação de um agrônomo para chefiá-lo, o Pôsto poderá proporcionar assistência aos agricultores.

Serviço de Combate à Broca do Café — A sua atuação esteve paralizada durante algum tempo. Recentemente foi reiniciada a distribuição de inseticida (BHC) e de polvilhadeiras para o combate à broca. Foi também incrementada a venda de formicida e extintores de formiga. O encarregado do Serviço é um técnico agrícola.

Inspetoria Veterinária — Subordinada à Secretaria de Agricultura tem por área de ação 5 municípios. Conta com um veterinário e um prático rural. O material de que dispõe é escasso para atender às necessidades da região. A inspetoria não dispõe de veículo para a movimentação do seu pessoal. Proporciona alguma assistência veterinária e vende produtos de defesa animal.

Usinas de Preparo de Café — Existem duas no município, construídas pelo Departamento Nacional do Café. A sua principal finalidade deveria ser o despulpamento do café; entretanto, nunca chegaram a fazê-lo, limitando-se ao beneficiamento e padronização do produto.

Usina de Industrialização de Mandioca — Teve sua construção iniciada durante a última guerra. É obra de proporções vultosas e elevado custo e, até agora, inacabada e sem finalidade, visto terem chegado à conclusão de ser anti-econômica a industrialização da mandioca como fôra planejada.

Instituições privadas — Às instituições privadas de caráter social são em número muito reduzido, havendo graves problemas na comunidade para os quais não existe nenhuma organização a que se recorrer. Entre elas destaca-se a L.B.A. que, entretanto, tem uma atuação mínima e limitada à cidade de Itaperuna, por falta

de verba para maior extensão de seus serviços. Dois Centros Espíritos, ambos na sede municipal, prestam alguma assistência à infância e à velhice desamparada, porém, em pequena escala, por contar também com poucos recursos. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itaperuna, fundada em 1947, não teve, entretanto, nenhuma atuação; com o prosseguimento das obras da "Casa da Criança", poderá, num futuro próximo, trazer benefícios valiosos à grande população infantil necessitada. Por iniciativa do Vigário da Paróquia de Itaperuna, encontram-se em construção um abrigo destinado à velhice desamparada e um asilo para menores, que virão, certamente, solucionar, em parte, estes problemas.

Associações recreativas não existem. A única exceção é o Tenis Clube de Itaperuna, formado de elementos da sociedade, inclusive membros do Rotary. Vive, contudo, praticamente, sem atividade social própria, servindo sua sede, ainda inacabada, de ordinário, para realização de festas, bailes, com fins beneficentes, ou apenas de caráter social.

Lutam, pois, quase todas as instituições privadas com a falta de recursos financeiros e se ressentem de pessoal capaz, empreendedor, que, a par de conhecimentos técnicos, sejam dotados de ideal, energia e espírito de organização. A deficiência generalizada das instituições faz com que os problemas persistam sem que se verifique nenhum esforço consciente organizado por parte da comunidade no sentido de os resolver, motivo, ainda, por que a Missão não encontrou receptividade na sede municipal em relação ao desenvolvimento de seu programa.

INEXISTÊNCIA DE ATIVIDADES SOCIAIS NAS ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS

Uma das maiores deficiências constatadas e que, aliás, teve repercussão desfavorável do ponto de vista dos objetivos da Missão, foi quanto à ausência absoluta de atividade social organizada por parte das associações católicas locais.

É incontestável o valor da motivação quando baseada nas convicções religiosas — sendo estas consideradas, mesmo, como uma das mais poderosas forças que mobilizam os membros da comunidade.

A experiência relatada faltou êsse elemento. A Paróquia não desenvolve normalmente nenhuma atividade social, sendo inexistente a Ação Católica, que tão grandes serviços vem prestando ao meio rural em algumas dioceses. As associações religiosas locais limitam-se às práticas de piedade, sem, contudo, desenvolverem ação social.

Assinala-se o fato, nêste particular, por se julgar de grande valia ao trabalho social no meio rural a participação dos católicos em grupos organizados, como de quaisquer outros grupos da comunidade.

O Vigário, como já foi mencionado, tomou a iniciativa da construção de um abrigo para velhos e outro para menores, porém, como empreendimento individual a que se associam os paroquianos, eventualmente, na obtenção de recursos financeiros. Atividade apostólica por parte dos católicos só se observa como atitudes individuais. Nêsse sentido, pôde a Missão contar com excelente colaboração de várias pessoas, ressentindo-se, porém, da falta de cooperação dos católicos como grupo. Esta se fez sentir especialmente em relação ao meio rural, de todo desprotegido do ponto de vista religioso, salvo nos núcleos de predominância protestante, como também já foi referido.

As autoridades religiosas existentes no município foram procuradas pessoalmente pela Missão, sendo-lhes solicitada a colaboração tal como fôra feito em relação às autoridades civis, tendo sido depositadas esperanças de ação em comum, em benefício da comunidade.

Na sede municipal, os elementos pertencentes à Igreja Batista, salvo algumas exceções, não tiveram possibilidade de cooperar, por se tratar de pessoas totalmente desprovidas de recursos.

BAIXO NÍVEL EDUCACIONAL DAS POPULAÇÕES RURAIS E AUSÊNCIA DE FORMAÇÃO DAS ELITES

Não dispendo as comunidades trabalhadas de elementos que promovam seu desenvolvimento e progresso, distantes umas das outras e sem meios fáceis de intercomunicação, permanecem num estado de atrazo e ignorância acentuados que se refletem em todos os aspectos da vida. Por outro lado, na sede há, da parte da maioria das pessoas mais responsáveis que compõem a elite e que possuem maiores conhecimentos, uma despreocupação absoluta pelos problemas sociais de sua própria cidade e um alheamento completo da situação precária em que vive o homem da roça, o que evidencia falta de formação social.

CARÊNCIA DE LÍDERES NAS COMUNIDADES

Reconhecendo a importância do papel que os líderes desempenham nas comunidades não só pela sua função de conduzir os grupos humanos como também pela faculdade que têm de revelar a existência de outros, desejou desde logo a Missão valer-se desse auxílio quase sempre espontâneo e desinteressado que valioso concurso poderia ter trazido no desenvolvimento e continuação do trabalho. Verificou-se, entretanto, especialmente no meio rural, que essa falta é quase absoluta e que os poucos que se revelavam por certas qualidades pessoais, não podiam ser aproveitados por não possuírem conhecimentos básicos indispensáveis. Isso é bem o reflexo do atrazo reinante, sob o ponto de vista educacional.

Essa ausência notou-se de um modo geral, não podendo nenhum dos técnicos, encontrar alguém a quem pudesse confiar certas responsabilidades com relação ao prosseguimento do trabalho junto aos grupos ou à comunidade. Somente depois de longo contacto, talvez já como resultado da atuação, apareceram os primeiros elementos que puderam ser aproveitados, auxiliando em algumas atividades. A lacuna observada revela a imperiosa necessidade de cuidar do preparo de líderes.

CRÉDITO AGRÍCOLA

A escassez e imperfeita distribuição do crédito agrícola faz com que esse precioso elemento de recuperação econômica dos agricultores não exerça satisfatoriamente a sua importante função. Há, no município, um único estabelecimento bancário — o Banco do Brasil — que faz empréstimos agrícolas. Apesar de ser crescente o número de beneficiados e o total das operações de crédito, isso pouco significa em comparação com o número global de agricultores e o vulto da produção agropecuária do município. Fato mais importante a assinalar é que os pequenos agricultores, em geral os mais necessitados, são os que maiores dificuldades têm em obter o crédito. Poderia êste ser-lhes de grande valor, especialmente por oferecer-lhes a oportunidade de adquirir pequenas máquinas agrícolas, com as quais pudessem suprir a falta de braços reinante, barateando, ao mesmo tempo, o custo da produção das utilidades. É inegável que o crédito aos grandes e médios agricultores está permitindo a rápida mecanização da lavoura rizícola. Assim, somente o estabelecimento citado já financiou a compra de 18 conjuntos motomecanizados e de 30 caminhões.

Se maior número de pequenos agricultores, especialmente no Distrito de N. S. da Penha, pudesse ser assistido por crédito fácil e barato, disso resultaria grande estímulo à produção agrícola, como também possibilitaria uma melhoria geral dos seus níveis de vida. Numa situação dessas, a Missão teria encontrado melhores condições para o trabalho, permitindo resultados mais rápidos e eficientes.

FALTA DE CURSOS DE PREPARAÇÃO TÉCNICA

Não existem absolutamente no município instituições que permitam à juventude preparar-se para qualquer ofício ou profissão. A não ser nas fábricas, oficinas, ateliers e fazendas de propriedade particular, onde certa prática pode ser adquirida não há oportunidade para treinamento ou aquisição de conhecimentos técnicos. A situação encontrada concorreu, sem dúvida, para tornar mais difícil a atuação da equipe, que não teve nesse particular, o

concurso que lhe teria sido útil, seja aproveitando elementos já preparados, seja encaminhando aqueles com possibilidades de receberem formação.

DEFICIÊNCIAS DE ESTRADAS E DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A inportância da existência de boas estradas e abundância de meios de comunicação são fatores essenciais numa atividade que exige a movimentação constante de uma equipe na zona rural. No caso particular de Itaperuna, foi essa circunstância uma das maiores dificuldades para a realização normal do trabalho. A região em que a equipe atuou de modo mais intenso — o distrito de N. S. da Penha — compreendeu dois núcleos situados, respectivamente, a 25 e 45 km da sede. A viagem para os povoados desses núcleos é feita em parte, por uma boa rodovia. Os trechos finais de acesso, entretanto, são constituídos por estradas sem revestimento de cascalho, estreitas, não apresentando condições técnicas que garantam o trânsito rápido e seguro. Numerosas porteiras, nos limites das pequenas propriedades, retardam a marcha. Com a chegada da estação chuvosa, essas estradas em pouco tempo se tornam intransitáveis e, então, o isolamento dos povoados entre si e entre a sede municipal torna-se completo. Variando com a duração e intensidade das chuvas, essa situação, em geral, se prolonga por alguns meses, afastando tóda a possibilidade de qualquer trabalho permanente no meio rural. Deve-se ainda acrescentar que, em virtude do estado precário das estradas e da falta de linhas regulares de ônibus ou de quaisquer meios de condução, torna-se difícil reunir grupos ou a população para as atividades educacionais.

QUARTA PARTE

**SUGESTÕES PARA A ORGANIZAÇÃO E FUN-
CIONAMENTO DE MISSÕES RURAIS
DE EDUCAÇÃO**

CAPÍTULO X

EM QUE CONSISTEM AS «MISSÕES RURAIS DE EDUCAÇÃO»

Em face da experiência, apresentam-se agora, já revistas, sugestões para organização e funcionamento de missões rurais que se destinem a promover o bem-estar das comunidades rurais.

Consistem as "missões rurais" numa modalidade de trabalho educacional a ser desenvolvido de forma sistemática e intensiva no meio rural, tendo como centros de atividade as comunidades necessitadas de desenvolvimento ou recuperação.

O trabalho a ser realizado pelas missões deverá ser considerado como tipicamente de organização social da comunidade, ou seja, um trabalho que se destina à melhoria das condições gerais de vida de uma comunidade, através da utilização consciente e metódica de tôdas as suas forças vivas, no sentido de realizar o bem-estar progressivo dessa mesma comunidade.

Devem as missões rurais ser instrumentos de ação educacional; situando-se no terreno das realizações práticas, delas deverá resultar alguma coisa de concreto, de objetivo, de efeitos perduráveis. O aspecto educativo é a sua nota característica; a prestação de assistência por parte da missão deverá ser considerada como aspecto secundário e mais prôpriamente como meio ou oportunidade para o trabalho educacional.

Esse trabalho educacional deverá desenvolver-se de forma progressiva e metódica, concentrando-se o mais possível, para ganhar em profundidade o que perderia com a extensão demasiada; as próprias comunidades recuperadas ou já desenvolvidas realizarão o trabalho em extensão, levando às comunidades vizinhas os elementos de progresso de que passaram a dispôr.

Tendo em vista, em sua ação educativa, a integração do indivíduo à vida social e o maior desenvolvimento da sua persona-

lidade, fará com que o progresso da comunidade seja a expressão do progresso pessoal dos seus membros.

Princípios em que se baseiam

A recuperação ou desenvolvimento das comunidades supõe a mobilização de tôdas as suas forças vivas, sem distinção de raça, sexo, classe, credo político ou religioso, levando as missões a se colocarem fora e acima de situações e convicções pessoais, visando os superiores interesses do bem comum.

Essa atitude das missões em matéria política e religiosa não significa indiferença aos princípios e ideais que mais profundamente toquem a alma nacional.

Em sua ação educativa procurarão respeitar, defender e desenvolver o sentimento de liberdade e dignidade humana e os princípios democráticos, dentro de uma concepção cristã de vida.

Objetivos gerais

a) — Valorização do homem e do meio rural, pelo melhor aproveitamento do seu potencial de energias e pela sua integração na comunidade nacional, seja do ponto de vista econômico, cultural e político;

b) — desenvolvimento da vida local em seus vários aspectos, por um trabalho intenso de educação, de maneira a elevar o nível de vida rural em tôdas as esferas: médico-sanitária, econômica, intelectual, moral e cívica;

c) — formação de um espírito comunitário, chamando a atenção para os laços materiais e espirituais existentes e como, pelo esforço conjunto, é possível resolver problemas comuns e realizar com mais eficiência o bem-estar da comunidade;

d) — consolidação de uma estrutura social tendo como fundamentos:

- 1 — a família como unidade social por excelência, restabelecendo o prestígio do grupo familiar e o seu papel na vida da comunidade;
- 2 — o regime de propriedade privada e a exploração racional dos recursos naturais, através de uma agricultura per-

manente, estável, necessários à segurança econômica da família;

3 — o associativismo, sob suas diversas formas, como sistema mais apropriado de organização econômico-social;

4 — as pequenas indústrias domésticas, como meio de aumentar o bem-estar da família e valorizar o trabalho humano.

e) — criação de um clima propício ao funcionamento de uma autêntica democracia social, baseada na participação de todos, sem distinção de qualquer ordem, no acatamento às opiniões e pontos de vista diversos, na distribuição das responsabilidades, na primazia do bem comum sobre os interesses particulares e no respeito aos direitos da pessoa humana;

f) — realização de pesquisas e estudos sobre a situação do meio rural em seus diferentes aspectos: econômico, sanitário, da educação e ensino, da habitação, da alimentação, trabalho etc., para conhecimento dos problemas e indicação das medidas aconselháveis à sua solução.

Técnicas e meios de ação

Na consecução dos seus objetivos, as "missões" poderão utilizar diferentes técnicas e meios de ação — de ordem psicológica e de natureza concreta, — conforme o exigirem as condições locais e as circunstâncias do momento. Deve ser considerado, entretanto, como fundamental:

a) — Interpretação dos seus objetivos, como preparo psicológico indispensável à formação de um ambiente receptível e favorável ao trabalho, através de: contactos pessoais — individuais ou em grupos —, visitas domiciliares e a instituições, imprensa, rádio, cinema etc.;

b) — aproveitamento de todos os recursos existentes ou em potencial — compreendida aí toda a riqueza natural, as instituições e o elemento humano;

c) — articulação dos órgãos oficiais e instituições privadas, para um trabalho de conjunto que elimine a duplicidade de ação, a dispersão de esforços e de recursos, a oposição ou desencontro de objetivos;

d) — estímulo à criação de novos recursos conforme as condições do meio, compreendendo as necessidades vitais da população: saúde, habitação, alimentação, instrução etc., e mais as decorrentes da tendência natural à melhoria progressiva dos níveis de vida, na ordem econômica, intelectual e social;

e) — entrosagem da iniciativa oficial com a dos particulares na criação desses novos recursos, de maneira que cada um concorra com a parte que lhe compete para que o desenvolvimento da comunidade decorra da participação de todas as suas forças;

f) — incentivo à criação de órgãos locais, na forma que for indicada para o meio, destinados a assumir a responsabilidade de direção e execução dos trabalhos resultantes das iniciativas tomadas, a fim de assegurar a sua continuidade e a realização de novos empreendimentos. Esses órgãos devem reunir elementos dos grupos representativos — autoridades e particulares — na qualidade de cidadãos interessados no bem-estar da comunidade.

Área de ação

De acordo com a sua natureza e objetivos as “missões rurais de educação” deverão desenvolver seu trabalho em campos de ação perfeitamente determinados, os quais poderão recair sobre zonas em decadência ou em desenvolvimento, como, ainda, naquelas em situação estacionária.

No primeiro caso, tratar-se-á de trabalho que vise a recuperação econômico-social da região. No segundo, deverá a missão concorrer para que o desenvolvimento se processe de forma equilibrada, em todos os setores da vida regional e não, por exemplo, só do ponto de vista econômico, em detrimento de outros valores de ordem social ou moral. Na terceira hipótese, visaria reativar a vida local, antes que viesse essa região a engrossar o número das zonas em decadência. Em qualquer dos casos, porém, serão exigidos programas específicos de ação; isto é, conforme as características regionais serão traçados os programas, dando-se mais ênfase aos aspectos que reclamem maior atenção. Isso supõe

um estudo acurado da região e, especificamente, da área que foi fixada para atuação, antes de ser iniciado propriamente o trabalho, de forma que este, desde o início, seja orientado de maneira acertada.

A capacidade de cada missão ficará, logicamente, condicionada às possibilidades de pessoal, dos recursos de que dispuser, aos meios de comunicação, à densidade demográfica e a outros fatores locais, tais como disponibilidades do meio, qualidade do elemento humano etc.. O seu raio de ação, portanto, variará. Embora atuando dentro de determinada área geográfica, — ainda assim não poderá exercer a mesma influência, com o mesmo grau de intensidade, em toda ela. Seu trabalho terá, forçosamente, de se concentrar em determinados pontos que favoreçam a realização do plano traçado de maneira a cobrir, por uma certa irradiação, toda a área. Esses pontos ou núcleos da atuação representarão centros de convergência das atividades que se desenvolverem na área, e a sede inicial dos serviços que vierem a ser criados por iniciativa e necessidade locais.

Duração e permanência das missões na área

O período de atuação de uma missão não poderá ser estabelecido *a priori*, pelo menos no que diz respeito ao limite máximo para a ação, porquanto isto dependerá de condições locais, da capacidade de recuperação ou desenvolvimento das comunidades, o que só se fará pela recuperação ou desenvolvimento de seu elemento humano, das suas instituições e recursos naturais. A criação e consolidação de novos hábitos de vida individual e social, de uma nova mentalidade voltada para os interesses da comunidade, são aquisições lentas que não podem estar condicionadas a um limite de tempo pré-fixado. Além disso, a missão só deverá afastar-se do seu campo quando sentir, nas realizações, a solidez que garanta não só a sua continuidade, mas ainda o seu constante progresso. Só assim poderão ser criadas nas pequenas comunidades condições de vida ativa, dinâmica, capazes de se irradiarem pelas comunidades vizinhas, passando a dispensar a presença de estímulos exteriores. Quanto mais prolongada a per-

manência no local de trabalho para um contacto direto e continuado com o meio, tanto mais proveitosa a ação educacional.

A forma ideal seria "viver" na comunidade pelos períodos necessários ao desenvolvimento dos programas traçados. No caso de uma grande área que obrigue a missão a um deslocamento mais ou menos constante, convém que seja garantido um contacto periódico com os núcleos de trabalho, a fim de manter a continuidade nas iniciativas tomadas, garantir a orientação e estimular os elementos locais no desempenho das tarefas pelas quais se responsabilizarem.

Estrutura e composição das «missões rurais de educação»

Deverão ter as missões toda autonomia do ponto de vista técnico, a fim de poderem realizar um trabalho eficiente, segundo as necessidades da área, e sem os impecilhos tão comuns decorrentes de formalidades e exigências burocráticas. Essa autonomia, entretanto, será mantida sem prejuízo da sua subordinação ao programa geral que tiver sido traçado e às normas estabelecidas para o seu funcionamento. Só a liberdade de ação permitirá a perfeita adaptação ao meio e a maior adequação dos programas e métodos de trabalho às peculiaridades locais.

Quando em atividade, as missões guardarão independência completa quanto aos órgãos oficiais locais, sem prejuízo das relações estabelecidas para efeito de trabalho.

A autonomia técnica e a independência administrativa não significam seu isolamento dos órgãos locais. Ao contrário, serão articuladas devidamente com estes órgãos e também com as entidades privadas que são parte dos recursos institucionais de cada comunidade e como tal, necessariamente, mobilizados para um trabalho em colaboração.

CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE

Dada a natureza do trabalho a ser realizado pelas missões, torna-se necessária a presença de uma equipe de especialistas capaz não só de executar diretamente o seu programa, como ainda

de utilizar convenientemente todos os elementos úteis — pessoas e instituições — de que dispuserem as comunidades.

O número e categoria de componentes da equipe poderá variar, conforme as exigências do programa a ser desenvolvido na área. Essa flexibilidade permite atender de maneira mais conveniente às condições regionais, quer quanto ao aproveitamento de elementos do próprio meio, quer quanto à possibilidade de aumento ou redução da equipe segundo as necessidades.

Estes especialistas integrarão a equipe em igualdade de condições, com responsabilidade integral em suas respectivas esferas de trabalho, podendo, entretanto, para efeito administrativo, serem atribuídas, internamente, outras funções que se fizerem necessárias.

Tratando-se do meio rural, as necessidades básicas das comunidades estão ligadas especialmente às atividades agrícolas, ao emprêgo de métodos e técnicas de exploração e conservação dos recursos naturais, à distribuição das utilidades nos mercados, aos meios de comunicação e transporte, ao trabalho rural etc., aos problemas domésticos da família rural, à defesa da saúde individual e pública, à assistência médica, à alimentação, à habitação etc.; ao ensino e educação rural, à criação e valorização de instituições, à vida familiar e social das populações camponesas, à elevação do seu nível de cultura, à vida cívica, à melhoria do seu nível econômico. Para atender convenientemente a essas necessidades, um mínimo de elementos de determinadas especialidades é indispensável à execução do programa das missões rurais de educação”.

Esses elementos poderão ser:

- 1) — agrônomo
- 2) — veterinário
- 3) — médico sanitarista
- 4) — dentista
- 5) — enfermeira sanitarista
- 6) — especialista em economia doméstica e indústrias caseiras ou educadora familiar
- 7) — assistente social e outros que se fizeram necessários.

A integração do grupo por uma equipe de diferentes profissionais indica a complexidade e extensão do trabalho, significando ainda não se tratar de tarefas isoladas, mas de atividades específicas, inteiramente coordenadas numa ação de conjunto, que obedece a um programa geral.

Sempre que uma situação particular o exigir, os especialistas da equipe poderão ser secundados por outros da mesma especialidade ou de especialidades afins ou ainda por elementos de diferente preparo técnico e cuja cooperação se faça no momento necessária, como por exemplo: técnico em recreação, técnico em trabalhos manuais, engenheiro sanitarista, professores com diversas especializações etc..

É indispensável ainda, que haja, na equipe, pessoas habilitadas a exercer as funções de motorista e operadores que tratem com aparelhagem de educação audio-visual.

Para tarefas de outra natureza, poderão eventualmente, ser contratados serviços de elementos com a qualificação requerida (datilógrafo, por exemplo).

O trabalho das missões pode, entretanto, realizar-se conforme forem traçados os programas e conforme a qualificação dos técnicos, com um mínimo de pessoal, não sendo, portanto, obrigatoriamente indispensável a presença de todos os mencionados. Assim, por exemplo, um dos elementos femininos da equipe possuindo preparo especializado para mais de uma atividade poderá suprir a falta de outro.

Deve-se, contudo, salientar ser indispensável a presença simultânea de elemento feminino e masculino na mesma equipe, como fator de importância no desenvolvimento do trabalho.

Para efeito de execução do programa, embora tenham os membros da equipe funções específicas a exercer, estas serão aproximadas o mais possível, por afinidades maiores, podendo constituir setores determinados de atividade. Isto não significa que venham a ser departamentos estanques e que as atividades se desenvolvam isoladamente, desarticuladas do conjunto. A interdependência dos setores é de tal ordem que será comum a conexão das atividades de dois ou mais especialistas — médico e enfermeira — especialistas em economia doméstica e indústrias

caseiras e agrônomo etc. — no mesmo setor de trabalho, em estreita cooperação. Nisso, precisamente, consiste o "trabalho em equipe", que é característico das missões. Cada setor terá objetivos particulares a atingir, sem prejuízo dos objetivos gerais.

RECRUTAMENTO — SELEÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL

A admissão do pessoal, pela sua importância quanto ao êxito do trabalho, deverá ser precedida de criteriosa seleção a cargo de pessoas competentes e identificadas com a natureza e objetivos das missões. Convém ressaltar como necessária a *entrevista* pessoal de cada candidato com o responsável pela seleção. O recrutamento poderá ser feito dentro dos próprios quadros dos serviços públicos, como nos de entidades privadas ou mesmo entre elementos estranhos a êles.

As missões deverão contar, para sua eficiência, com especialistas que dêem tempo integral, podendo, contudo, admitir outros para prestação de serviços em tempo parcial. Os primeiros não deverão exercer, em caráter particular, atividade profissional ou de outra ordem, simultaneamente com o trabalho da missão.

Aos integrantes da equipe deverá ser vedado receber remuneração ou gratificação de qualquer espécie, por serviços prestados à comunidade ou a particulares, outrossim a receber presentes aos quais possa ser atribuído caráter de compensação pelos serviços prestados. Essa medida é indispensável para assegurar não só o respeito e prestígio da missão, como para evitar possíveis tentativas desmoralizadoras ou abusos da parte de elementos menos bem intencionados.

Deverão ser considerados, para efeito de admissão na equipe, os seguintes fatores:

a) — idoneidade moral: dada a natureza essencialmente educativa das missões, os elementos que integram as equipes deverão ter conduta irrepreensível, sem o que perderão toda a autoridade; a integridade moral dos componentes da equipe é básica para o próprio êxito das missões porque se traduz na honestidade profissional.

b) — qualificação profissional: capacidade profissional comprovada pelos títulos que apresentar ou experiência profissional, especialmente em

atividades que se assemelham às da missão, atestados por referências idôneas, ou pela prestação de rigoroso concurso de provas.

c) — formação pedagógica: capacidade e aptidão para o ensino, para transmitir conhecimentos, uma vez que cada membro da equipe terá de ser, simultaneamente, um técnico e um educador, em vista do aspecto educacional do trabalho. A não inclusão obrigatória na equipe, de um elemento especificamente encarregado da educação, faz supor, ao mesmo tempo que exige, que todos os membros da equipe sejam educadores em amplo sentido, isto é, pessoas que, a par dos conhecimentos técnicos, sejam capazes de influir para uma mudança de mentalidade e de atitudes individuais em face dos problemas e situações em foco na comunidade;

d) — condições de saúde satisfatórias: estado físico e resistência suficientes para suportar o desconforto e as asperezas do trabalho que, necessariamente, não se fará sempre em condições normais; bem como equilíbrio psíquico e maturidade para perfeita adaptação às responsabilidades do trabalho.

e) — interesse, entusiasmo e dedicação pelo tipo de trabalho das missões, a fim de nêle participar realmente e com convicção; outrossim, espírito de iniciativa e de organização, e facilidade de contacto com o público;

f) — capacidade de integração num trabalho de equipe, a fim de entrosar com eficiência o programa particular de trabalho com os demais e, na prática, agir com espírito de cooperação, articulando a atividade individual com a dos companheiros de equipe.

No momento da seleção dos candidatos, a preferência recairá, rigorosamente, sobre o candidato mais qualificado, isto é, que apresentar maior número de elementos positivos a seu favor.

Sendo o trabalho de missões inteiramente novo entre nós, convém prever um estágio para treinamento do pessoal nos campos de atividade de outras missões ou de outros trabalhos do mesmo gênero. O estagiário deverá não só observar o trabalho mas dêle participar ativamente, por algum tempo, a fim de se familiarizar o mais possível com os métodos e técnicas utilizados.

Outras formas de preparação ou treinamento poderão ser previstas para uma melhor habilitação profissional do pessoal, por exemplo:

a) — visitas e estágios rápidos para conhecimento de certos métodos e práticas de trabalho;

b) — cursos de especialização ou aperfeiçoamento em atividades específicas a serem desenvolvidas;

c) — conferências com especialistas em determinados assuntos de particular interesse;

d) — seminários e mesas redondas para discussão de métodos e técnicas aplicáveis ao trabalho e intercâmbio de experiências.

Qualquer dessas formas de treinamento poderá ser feita por iniciativa particular dos elementos interessados ou promovida pelos responsáveis.

As missões poderão proporcionar a elementos estranhos à equipe, oportunidade de trabalho em caráter voluntário. Neste caso, deverá haver entendimento prévio entre os interessados, ficando as atribuições e responsabilidades bem definidas.

EQUIPAMENTO BÁSICO

Cada equipe deverá ser provida do equipamento indispensável à execução do seu programa, levando em conta a escassez de recursos reinantes, de ordinário, no meio rural; a necessidade de realizar um trabalho essencialmente prático, o mais possível objetivado; a conveniência da equipe transportar seu próprio material para qualquer ponto onde haja necessidade de atuar.

O equipamento básico constará, no mínimo de:

a) — transporte próprio: este deverá ser adequado às condições da região, de maneira a possibilitar a movimentação da equipe e do material. Tal como: "Jeep" — caminhonetes tipo furgão e micro-ônibus — carro de boi — animais de sela, embarcações fluviais etc.. Poderá haver combinação do transporte da equipe com os meios usuais na região: ferrovias, ônibus etc.;

b) — projetor cinematográfico: grupo gerador; transformador;

c) — conjunto de amplificação;

d) — projetor de diafilme, elétrico ou a querosene;

e) — publicações e material ilustrativo com finalidade educativa, tais como: monografias, folhetos, revistas, jornais, prospectos, cartazes, mapas, quadros murais, gráficos, maquetes etc.;

f) — coleção de filmes e diafilmes educativos e recreativos;

g) — coleção de discos variados, particularmente de música folclórica e hinos patrióticos, discos com gravações educativas;

h) — pequena biblioteca especializada de consulta para a equipe.

Além desse equipamento básico geral, haverá material especializado para utilização dos setores específicos de atividade, a saber: de saúde, de agricultura, de economia doméstica, de indústrias rurais e indústrias caseiras, ensino primário e profissional, ensino de adultos, recreação etc.. Esse material variará em tipo e quantidade, segundo as exigências do meio.

O equipamento mínimo necessário a cada equipe variará de uma para outra missão, conforme os recursos existentes no meio e as exigências de seu programa.

O equipamento é de uso exclusivo da missão, não devendo, em hipótese alguma, ser empregado pelos membros da equipe para outra finalidade, a todos cabendo a responsabilidade do seu uso e conservação.

MANUTENÇÃO DAS MISSÕES

A fim de fazer face às despesas de qualquer natureza que forem indispensáveis ao trabalho, a equipe deverá ter ao seu dispor dotação especial, à base de orçamento prévio, da qual haverá escrituração própria e prestação de contas periódica, de acordo com a lei.

A aplicação da verba ficará a critério da equipe, procurando-se quanto possível que não seja absorvida por um determinado setor de atividades com exclusão de outros.

Não tendo a missão caráter assistencial, deverá ser vedado o emprego da verba em auxílios diretos a indivíduos ou grupos necessitados, salvo indiretamente através dos serviços de emergência que, por ventura, venham a ser criados.

INSTALAÇÃO DA EQUIPE

Será providenciada a instalação dos membros da equipe, procurando, na medida do possível, condições que favoreçam o trabalho e uma situação de relativo bem-estar, que assegure o equilíbrio físico e psíquico indispensável a um trabalho eficiente.

A escolha do local obedecerá ao critério geral de facilitar o desenvolvimento do programa traçado, evitando dispêndio de

tempo e energia e tornando mais acessível o contacto do público com os membros da equipe.

Quer na sua instalação, como em todo o seu modo de vida, estes procurarão evitar medidas de exceção a seu favor, que façam parecer ao público privilégios.

Execução do Trabalho

A execução propriamente do trabalho das missões rurais deverá ser precedida, portanto, de:

- a) — constituição da equipe, segundo as indicações já feitas;
- b) — determinação da área de trabalho, conforme o critério que tiver sido adotado;
- c) — provimento do material básico indispensável e recursos para a manutenção.

Uma vez estabelecidos os três pontos acima, deverá a equipe proceder a:

a) — uma viagem à área determinada para conhecimento do meio e dos elementos básicos que deverão ser levados em consideração quanto ao planejamento futuro. Nessa viagem, procurará a equipe estabelecer os primeiros contactos, observar as condições gerais e colher dados que indiquem a situação econômico-social da região. Deverá ainda fixar a escolha dos núcleos da área onde serão concentradas as atividades da missão, como ponto de partida para a execução do seu programa; serão os "centros de operações" e de irradiação do trabalho os quais poderão se multiplicar dentro da área, conforme as possibilidades da equipe.

b) — planejamento do trabalho que consiste na elaboração do plano geral de atividades, na respectiva área e dos programas específicos, segundo as necessidades e características observadas. Inclui ainda a preparação e escolha do material necessário para o trabalho em perspectiva, tal como: questionários, fichas, filmes, equipamento para demonstrações, aulas práticas etc.. O material que vise o estudo de situações locais (fichas, formulários etc.) convém seja previamente experimentado, a fim de que possam

ser feitas as alterações que se indicarem, antes da sua adoção definitiva.

Quanto ao material de demonstração, será selecionado de acordo com a possibilidade de sua utilização local.

O planejamento é, portanto, o trabalho da equipe posterior à tomada de contacto com o meio e já baseado no conhecimento objetivo da ou das comunidades a serem trabalhadas. Deverá se processar com método, tendo em vista uma determinada realidade — a da área — porém, possibilitando certa flexibilidade nos programas.

Para planejar com método e com objetividade, a equipe deverá proceder:

a) — ao exame cuidadoso do material contido nos relatórios de viagem, dos quais deverão ser tiradas as conclusões relativamente à escolha definitiva do primeiro centro de operações e dos prováveis centros ou núcleos para atuação subsequente ou simultânea, se fôr o caso: à determinação das linhas gerais do plano de trabalho na área escolhida e, especialmente, no primeiro centro de operação;

b) — ao exame da documentação relativa a experiências e trabalhos similares no país e no estrangeiro;

c) — a consultas a especialistas e a articulação com entidades oficiais e privadas, cujas atividades e colaboração possam interessar;

d) — à elaboração do programa geral e dos programas específicos, em função das condições particulares do meio;

e) — à escolha, preparação e aquisição do material requerido para a execução dos programas específicos, a fim de completar o equipamento básico.

f) — à realização de estágios, visitas, cursos de especialização, viagens de estudo etc., pela equipe em conjunto, ou por seus membros em particular, para melhor preparação ou treinamento em atividades especializadas cuja necessidade tiver sido verificada *in loco*;

Para não enquadrar o trabalho em padrões rígidos que dificultariam forçosamente a sua execução, a equipe terá o cuidado de elaborar os programas de maneira a permitir retificações pos-

teriores, segundo as necessidades que forem sendo observadas; fixar os pontos essenciais, despreocupando-se dos detalhes, uma vez que êstes só poderão ser determinados em face de condições particulares e das reações que se forem produzindo no próprio meio, diante de execução do trabalho.

NORMAS GERAIS DE AÇÃO

Na execução do trabalho, a equipe deverá observar certas normas, quais sejam:

a) — estudar o meio antes de agir: todo o trabalho deverá ser precedido de uma tomada de conhecimento dos recursos existentes — materiais e humanos, grupos e instituições — do sistema de vida da população, hábitos familiares e sociais, trabalho, educação, habitação, alimentação etc.;

b) — estabelecer os contactos em caráter informal — com os elementos representativos da comunidade e com a população em geral: autoridades, dirigentes de grupos ou instituições, fazendeiros, colonos etc., promovendo reuniões e debates em forma de “círculos” ou “mesas redondas”, nas quais tôdas as pessoas se sintam reunidas em igualdade de condições;

c) — auscultar os interesses e necessidades locais antes de fazer sugestões, o que significa que a equipe deve criar oportunidades para que sejam manifestados os interesses e debatidos os assuntos ou problemas;

d) — aceitar as realizações, os serviços existentes, tomando-os como ponto de partida para novas iniciativas;

e) — suscitar o debate livre dos problemas e as soluções adequadas ao meio, tendo o cuidado de usar exemplos, material e técnicas aplicáveis às situações locais;

f) — aproveitar os elementos capazes de assumir responsabilidades, aceitando e solicitando a colaboração de todos que a isso se dispuserem, aproveitando cada elemento, de preferência, na atividade para a qual apresenta maior capacidade ou aptidão;

g) — interessar elementos novos e ainda não aproveitados na comunidade, dando-lhes encargos e estimulando-lhes a iniciativa;

h) — dar autonomia aos grupos que se forem constituindo, descentralizando o mais possível as atividades e estimulando os líderes no desempenho de suas funções;

i) — assegurar a cooperação de todos os elementos do meio, estudando os problemas locais e procurando as soluções juntamente com a comunidade ou com o grupo ou grupos interessados — fazendeiros, lavradores, professores, escolares etc. — para que as soluções não sejam impostas e sim encontradas pelos próprios interessados e por eles levadas à realização;

j) — deixar a cargo da comunidade a responsabilidade do prosseguimento das iniciativas por ela tomadas;

k) — motivar convenientemente todas as iniciativas, como preparação psicológica para sua efetivação;

l) — estimular o quanto possível a iniciativa particular fazendo ressaltar a função supletiva do Estado nos diferentes setores da vida social e a superioridade das comunidades auto-suficientes;

m) — respeitar as tradições e costumes sadios do meio procurando não atingir aquilo que represente um patrimônio cultural ou que fôr digno de ser preservado;

n) — respeitar o ritmo natural da vida da comunidade, sem procurar forçar o processo de desenvolvimento pessoal ou das instituições, o que iria criar um falso progresso individual e social;

o) — acompanhar todas as iniciativas de ampla divulgação para o público, promovendo reuniões públicas e um programa local de divulgação.

p) — suscitar a criação de órgãos ou serviços locais na forma que o meio indicar, sem procurar enquadrá-los em padrões rígidos e uniformes;

q) — encaminhar progressivamente a solução dos problemas a fim de que a comunidade aprenda a proceder com ordem e racionalmente nas iniciativas que tomar, chegando a resultados concretos em cada caso.

Para facilitar a execução do trabalho, convém, ainda:

1) — iniciar pelas atividades que mais prontamente identifiquem os objetivos da missão com as necessidades ou interesses da comunidade;

2) — estabelecer os núcleos para atuação nos pontos mais estratégicos (acessíveis à população, maior densidade demográfica etc.);

3) — dar preferência às localidades cuja população seja menos atingida pelos serviços assistenciais ou educacionais existentes na área;

4) — tomar como núcleo de trabalho de preferência as escolas, grupos ou entidades existentes e que possam se abrir o mais possível à população;

5) — recrutar elementos no próprio local a fim de identificar as atividades da equipe o mais possível com as atividades habituais do próprio meio;

6) — promover, assim que as situações o permitam, a estruturação de pequenos grupos de diferentes categorias, já sob a responsabilidade de pessoas do local;

7) — incentivar a organização, em âmbito familiar ou em grupos de vizinhos, das atividades que estiverem sendo desenvolvidas pela missão;

8) — estimular os grupos a levarem a termo as atividades desenvolvidas a fim de verificarem os seus bons resultados.

FATORES QUE PODEM INTERFERIR NO TRABALHO

Em relação à comunidade:

a) — aceitação da equipe, compreensão do alcance do seu trabalho e colaboração com o mesmo;

b) — cooperação dos serviços oficiais, grupos ou entidades privadas e dos particulares;

c) — possibilidade de se concretizarem projetos de serviços assistenciais e educacionais, recreativos e culturais;

d) — continuidade no esforço para manter e fazer progredirem as iniciativas tomadas.

Em relação à equipe:

a) — integrar-se no meio, observando-lhe as peculiaridades, procurando compreender-lhe a psicologia, sentir-lhe o sistema de

vida e atividades, tendo em vista a adaptação da sua própria atividade ao sistema de vida local.

b) — considerar que a vida no meio rural diverge fundamentalmente da vida citadina e que hábitos e atitudes normais na cidade, postas em contraste com a simplicidade da vida do campo, podem causar choques.

c) — manter absoluta imparcialidade diante de questões locais entre indivíduos e grupos da comunidade. A abstenção em tomar partido, o alheamento às questões pessoais, darão à equipe força para atuar na comunidade em vista do bem comum e ganhará para a missão o respeito e a simpatia gerais.

ROTINA DO TRABALHO DA EQUIPE

O trabalho normal de uma equipe, operando em determinada área, compreende:

1) — trabalho de campo, isto é, a atuação da equipe na comunidade, em cumprimento ao seu programa (aulas, reuniões, visitas domiciliares e toda e qualquer atividade externa);

2) — trabalho interno, técnico ou administrativo, compreendendo as reuniões de estudo, discussão de problemas, preparo de material, registro de dados e observações, elaboração de relatórios, planejamento etc.

Tôdas essas atividades devem obedecer a um horário estabelecido segundo as necessidades das diferentes tarefas a executar, a conveniência dos grupos e da própria equipe.

Recomenda-se, para facilidade do trabalho — interno e externo — que a equipe disponha de local próprio e determinado que possa servir de sede, onde fique reunido seu material de trabalho e onde possa entrar em contacto com os interessados. Se a equipe atuar em vários núcleos, deverá haver em cada um deles, local determinado para êsse fim. Com o desenvolvimento da ação, êsses núcleos poderão ser a origem de futuros Centros Sociais da comunidade.

REUNIÕES DA EQUIPE

Para que não se perca a unidade do trabalho e não se desarticulem os programas, torna-se indispensável o contacto permanente dos membros da equipe, especialmente no planejamento e preparação do trabalho e na apreciação e avaliação dos seus resultados.

Recomendam-se como imprescindíveis as *reuniões sistemáticas* da equipe, em que deverão ser discutidos em conjunto, todos os assuntos de interesse e tomadas tôdas as decisões relativas ao trabalho. A periodicidade dessas reuniões será fixada pela equipe, segundo a necessidade e conveniência, podendo ser semana's ou quinzenais. Sempre que uma circunstância o exigir, deverá haver reuniões extraordinárias, para o pronunciamento dos membros da equipe.

Embora o trabalho comporte tarefas específicas a serem desempenhadas individualmente pelos técnicos, é indispensável que todos estejam a par das atividades dos respectivos companheiros da equipe e que as decisões sejam tomadas em comum.

REGISTRO DAS ATIVIDADES

Tôdas as tarefas executadas, dados colhidos e observações feitas pela equipe e pelos seus membros individualmente deverão ser devidamente registrados. A documentação é elemento indispensável para a avaliação do trabalho realizado, para correção das deficiências e para planejamento da ação futura.

O registro diário ou semanal das atividades é fundamental também para comprovar a ação desenvolvida. De tôdas as reuniões serão lavradas atas em livro próprio, consignando os assuntos tratados e as decisões tomadas.

Da correspondência expedida, bem como de relatórios e outros documentos deverá sempre ficar arquivada uma cópia ou modelos.

A equipe deliberará sobre a organização dos trabalhos de secretaria, a fim de que registros, correspondência, fichários etc., estejam sempre atualizados.

Periódicamente, deverão ser elaborados relatórios das atividades, para serem fundidos no relatório geral da equipe — semestral ou anual — que traduzirá as realizações da missão em determinado período de tempo.

Os relatórios deverão conter os seguintes elementos: discriminação da atividade desenvolvida; análise dessa atividade; sugestões sobre medidas a tomar; planos a desenvolver etc..

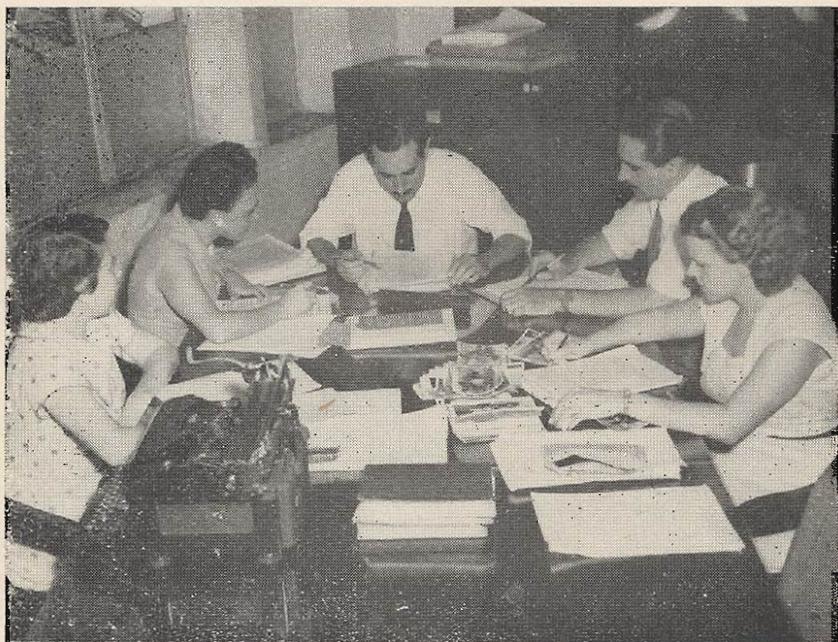
É de toda conveniência que também sejam feitas atas ou resumos de todas as reuniões de grupos da comunidade, não só para registrar os assuntos debatidos, como para informação dos próprios participantes e outros elementos interessados. Caso haja interesse particular nesse ponto, poderá ser feito relatório circunstanciado para uso interno da equipe e resumo, para conhecimento do público.

Recomenda-se ainda como de grande valor um documentário fotográfico fixando todos os aspectos do trabalho da equipe.

DESCANSOS PERIÓDICOS

Considerando que a natureza do trabalho das missões, além do regime de tempo integral, exige que a equipe se coloque à disposição da comunidade, inclusive para execução de trabalhos à noite e aos domingos, o que representa um dispêndio de energias considerável, impõe-se, além das férias regulares, a necessidade de folgas periódicas.

O sistema de folgas será estabelecido a critério da equipe, no sentido de que o trabalho não sofra solução de continuidade. No caso de afastamento de um membro da equipe, deverá ser providenciada com antecedência sua substituição.



Na sede do "Serviço de Informação Agrícola", no Rio de Janeiro, a equipe elaborando o relatório da experiência de Itaperuna. Vêem-se: ao centro, Dr. José Irineu Cabral, Coordenador da 1.^a Missão Rural; à direita, Agrônomo Plínio Luppi, e Ruth Guedes, especialista em economia doméstica; à esquerda, Yonita Assençõe Torres, enfermeira sanitarista, e Aylida Faria da Silva Pereira, assistente social.

CAPÍTULO XI

OBJETIVOS, PROGRAMAS E EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS

A fim de orientar os interessados na organização de missões rurais, serão apresentadas a seguir sugestões relativas aos objetivos, programas e equipamento de alguns setores de atividades, os quais, evidentemente, deverão ser flexíveis de modo a permitir modificações para aplicação local.

Tais programas não se destinam à aplicação estrita em cursos sistematizados. Os assuntos nêles compreendidos deverão ser objetivo de tôdas as atividades educacionais desenvolvidas pelos setores, tais como: visitaçào domiciliar, palestras, reuniões de grupo, treinamento prático dos elementos do meio, demonstrações etc., em conformidade com o plano geral de trabalho da missão.

SETOR AGROPECUÁRIO

Objetivos:

Em relação à exploração agrícola: 1) Promover o conhecimento das características dos fatores físicos que condicionam o exercício da agricultura: solo, água e clima.

2) Estudar os problemas de transporte, crédito, assistência técnica, mercados, mão de obra, seguro, em relação à produção e circulação das utilidades agrícolas.

3) Melhorar os métodos de trabalho e os equipamentos em uso.

Em relação aos agricultores e à comunidade: 1) Esclarecer sobre a importância da racional utilização dos recursos naturais como meio de assegurar e melhorar os níveis da vida humana.

2) Orientar os lavradores na exploração de suas terras de modo que não sejam excedidos os limites que a sua capacidade de uso impõe.

3) Incentivar a adoção de práticas agropecuárias mais racionais e eficientes, em contraposição aos métodos empíricos e rotineiros.

4) Fomentar a maior produção de utilidades agrícolas, a melhoria da qualidade e o barateamento do custo.

5) Despertar no agricultor a consciência da importância da sua função na vida econômica e social do país.

6) Desenvolver no homem rural o espírito associativo, visando a solução dos seus problemas de produção, consumo, crédito, distribuição etc., através de cooperativas e associações.

7) Proporcionar às crianças e à juventude do meio rural a possibilidade de aquisição de conhecimentos teórico-práticos de agricultura.

8) Cooperar para a boa harmonia das relações entre os que se dedicam às atividades agropecuárias, de modo a criar um ambiente favorável ao trabalho.

Programa:

Dada a diversificação das atividades agrárias e a amplitude do campo em que as mesmas se exercem é impraticável enumerar todos os assuntos que os técnicos terão oportunidade de abordar no desenvolvimento de um programa nesse setor. A característica da execução desse programa, porém, é a aplicação dos métodos e meios modernos de Extensão Agrícola.

Os temas que, por sua importância e oportunidade, serão mais freqüentemente tratados, quer como motivos de aulas e palestras, quer em demonstrações, serão referentes a:

a) Recursos naturais renováveis:

- conservação e utilização racional do solo, água e fauna;
- combate à erosão e recuperação do solo pela adoção de práticas edáficas, vegetativas e mecânicas;
- criação de serviços locais de conservação do solo.

- b) Racionalização dos métodos agrícolas:
 - difusão de práticas como adubação, emprêgo de sementes e plantas selecionadas, uso de máquinas agrícolas eficientes, irrigação, drenagem etc.
- c) Horticultura e fruticultura:
 - organização de viveiros: sementeira, repicagem, enviveiramento, transplante. Introdução de novas variedades e espécies. Póda e enxertia;
 - hortas e pomares caseiros e para renda.
- d) Culturas diversas (permanentes e anuais):
 - racionalização das culturas — restauração de lavouras antigas;
 - colheita, preparo, séca, beneficiamento e padronização dos produtos agrícolas.
- e) Defêsa das plantas contra pragas e doenças:
 - instruções para identificação dos agentes nocivos, tratamento e profilaxia — combate à saúva e outras formigas cortadeiras;
 - combate à broca do café, gafanhoto e outras.
- f) Avicultura, apicultura e outras criações de pequenos animais:
 - necessidade do seu fomento racional como meio de renda e melhoria da alimentação.
- g) Práticas sôbre higiene e alimentação dos animais domésticos.
- h) Formação e conservação das pastagens:
 - introdução de novas gramíneas e leguminosas forrageiras.
- i) Introdução de métodos adequados de seleção e cruzamento dos animais domésticos.
- j) Defêsa contra as doenças infecciosas e parasitárias dos animais:
 - introdução do hábito de vacinação sistemática dos rebanhos;
 - práticas de combate ao carrapato e outros parasitos.
- k) Pequenas operações cirúrgicas e curativos em animais.
- l) Fomento da construção de banheiros carrapaticidas, silos, estábulos, cocheiras, aviários, pocilgas, bretes e outras construções.
- m) Orientação dos agricultores no sentido da sua organização econômica através do cooperativismo e associações rurais.
- n) Orientação das autoridades locais sôbre a inspeção de carnes e produtos derivados.
- o) Assistência para a organização e encaminhamento dos Clubes Agrícolas e outras instituições para crianças e jovens, futuros agricultores.

Todos os trabalhos práticos, como também as demonstrações, projetos, aulas, palestras etc., deverão ter sentido nitidamente educacional, isto é, procurarão despertar no agricultor o desejo de incorporar os novos conhecimentos à vida prática, levando-o a

melhorar seus sistemas de trabalho e a influir na comunidade para uma melhoria geral na sua situação econômico-social.

Equipamento:

Para o desenvolvimento de um programa relativo às atividades agropecuárias, torna-se necessário dispôr do seguinte equipamento básico:

Coleção de ferramentas e utensílios para Clubes Agrícolas, compreendendo unidades para horticultura, jardinocultura, pomicultura e silvicultura, tais como: enxadas, enxadões, cavadeiras, pás de transplante, ancinhos, sachos, tesouras e serrotes de póda, canivetes de enxertia, máquinas para fabricação de vasinhos, regadores, peneiras, trena etc.

Máquinas e utensílios para defesa sanitária vegetal, como bombas pulverizadoras manuais, polvilhadeiras, brochas para caiação de troncos, extintores de formigas, foles etc.

Conjuntos para apicultura constando de colméia, fumigador, véu de apicultor, cêra moldada, arame, carretilha etc.

Clinômetro e nível rústico para distância de 10 metros, destinados a trabalhos de conservação do solo, irrigação e drenagem.

Adubos, inseticidas, fungicidas, carrapaticidas etc, em pequenas quantidades, para demonstrações.

Sementes hortícolas e de flôres, para distribuição gratuita, como estímulo à organização de hortas e jardins e aos Clubes Agrícolas. Material cirúrgico, como bisturis, tesouras retas e curvas, costótomo, trocater, pinças para dissecação e castração, sondas, agulhas para suturas e injeções, seringas para injeção e tuberculização, esterilizador etc.

Drogas, como tintura de iodo, mercúrio-crômo, sulfas, penicilina, fenotiazina, creozol, sôros, vacinas contra aftosa, peste suína, carbúnculo sintomático, raiva, antígenos contra a brucelose, purulose etc.

Instrumentos, como estetoscópio, espéculos, pulverizadores para banho carrapaticida, luvas de borracha, tubos de ensaio, lâminas, cálices graduados, pipetas, caixa com placas de vidro para diagnóstico de brucelose etc.

O material agrícola pesado, sempre que se tornar necessário para demonstrações, deverá ser conseguido, por empréstimo, com as repartições de fomento agrícola sediadas na região. A sua incorporação ao equipamento é desaconselhável, não só pelas dificuldades de transporte como pelas despesas que acarretaria.

SETOR DE ECONOMIA DOMÉSTICA

Objetivos:

Quanto à comunidade: 1) Despertar o espírito de cooperação e fazer com que os membros da comunidade sintam suas responsabilidades na solução dos problemas da família no sentido da economia doméstica.

2) Instruir e educar no sentido de fomentar a produção em geral, a fim de promover a fartura alimentar, o conforto do lar, elevando o padrão de vida da comunidade.

3) Incentivar e orientar a industrialização doméstica, pelo aproveitamento de toda a matéria prima existente, para consumo da família e para venda, a fim de melhorar o padrão de vida da região e evitar o desperdício.

4) Orientar sobre os processos de aquisição, utilização, conservação e transformação dos bens materiais.

5) Ensinar o uso eficiente dos recursos disponíveis do meio, orientando sobre o orçamento, escolha de alojamento, mobiliário, utensílios, viveres, roupas etc.

Quanto à família: 1) Fazer os chefes de família compreenderem as suas responsabilidades em prover materialmente as necessidades do lar.

2) Proporcionar às donas de casa um conjunto de noções e conhecimentos básicos, a fim de que as suas funções no lar não sejam desempenhadas empiricamente, mas com inteligência e critério.

3) Preparar os membros da família para as mudanças naturais no estado de vida pessoal, no plano doméstico.

4) Orientar o planejamento no lar da economia, ensinando a produzir, transformar e conservar em casa, os alimentos, confeccionar roupas, conservar os utensílios e equipamentos caseiros.

5) Proporcionar conhecimentos relacionados às necessidades dos membros da família.

Quanto ao indivíduo: 1) Ajudar os indivíduos a compreenderem o valor das atividades domésticas definindo-se dentro do lar as responsabilidades de cada membro da família.

2) Despertar nos indivíduos o desejo de uma vida confortável, estimular o desenvolvimento de sua economia.

3) Ensinar os indivíduos a terem uma atitude agradável e correta para com outras pessoas, pela prática dessas atitudes na família.

4) Fazer a mulher compreender o importante papel que desempenha no lar e a influência da família na sociedade.

5) Ajudar a mulher a sentir que o seu trabalho no lar representa um valor real e que o conhecimento da economia doméstica é imprescindível para que possa cumprir os seus deveres como administradora dos bens familiares.

6) Desenvolver as habilidades, estimulando e orientando na execução correta do trabalho doméstico, o que confere destreza, desperta o interesse e leva a experimentar a sensação do resultado.

Programa:

O programa teórico-prático deverá compreender assuntos relativos a:

Conceito da Economia Doméstica — focalizando os seus objetivos e valor prático em relação ao lar e à comunidade;

Administração do lar — incluindo a organização e métodos de trabalho doméstico, orçamento familiar, previdência, sempre com acentuado destaque da participação adequada do membro da família para o bem estar geral;

Habitação — compreendendo sua escolha, instalação adequada, conservação, organização geral das dependências, higiene geral;

Vestuário — salientando a importância da escolha adequada, aquisição, conservação, transformação, aproveitamento caseiro, métodos de lavar e passar, corte e confecção no lar;

Roupas de casa — compreendendo sua escolha, compra, confecção, conservação, e aproveitamento de diferentes materiais

para uso doméstico (sacos, retalhos etc.), bem como os métodos de lavar e passar;

Alimentação e Nutrição — salientando a importância para a saúde do conhecimento e prática das refeições balanceadas e adequadas às condições individuais;

Arte Culinária — focalizando a importância da escolha, compra e conservação dos alimentos, processos de preparação, sua apresentação e uso adequado dos utensílios domésticos;

Produção caseira — salientando o grande papel que desempenha na manutenção da família a produção doméstica de hortaliças, frutas, pequenas criações e também de flores, não só para o consumo interno como para venda;

Indústrias domésticas — devendo ser focalizadas com grande destaque pela contribuição inestimável que trazem ao bem estar familiar, como pela oportunidade que representam de valorização do trabalho doméstico; serão abordados todos os aspectos da industrialização, conforme a matéria prima existente no local e especialmente das hortaliças, frutas, carnes, leite, óleos, apresentando as técnicas e o equipamento adequados;

— Deverão ainda ser incluídos no programa os trabalhos manuais em geral: de agulha, de couro, de madeira e de outros materiais da região. Será focalizado sempre o aspecto da utilidade prática — para uso doméstico ou para venda — sem descuidar da importância para o arranjo e conforto do lar, da utilização no sentido de tornar mais agradável o ambiente doméstico. Neste particular, a construção de peças simples de madeira será de grande utilidade.

— Incluirá ainda o programa a orientação quanto ao uso e conservação de ferramentas, organização de uma pequena oficina caseira, preparo de colas, vernizes, corantes e tintas.

— Parte não menos importante do programa será dedicada aos problemas de educação doméstica, orientação da família no sentido de ser assegurada a harmonia familiar e a solução acertada das questões relativas à vida do lar. Aliás todo o ensino será orientado, mesmo em relação às atividades estritamente práticas, tendo em vista a valorização do trabalho humano, o progresso pessoal dos membros da família e a contribuição que cada

um poderá levar através da sua atividade — ao maior bem estar da família e da sua comunidade.

Equipamento:

O equipamento necessário para demonstração no desenvolvimento de um programa de Economia Doméstica deverá constar, no que se refere à *Arte Culinária e Indústrias Alimentícias*, de utensílios tais como:

Fogão portátil à querosene ou óleo, pequeno forno portátil, panelas, medidores, facas, abridor de latas e garrafas, garfos, facas, colheres, pás de madeira, raladores, socadores de alho, suporte para café, abridores de massa, colheres, fôrmas, chaleira, frigideira, espumadeira, conchas, funis, peneiras, balança doméstica, máquina de carne, espremedor, tijelas esmaltadas, medidor em gramas, bateadeira de manteiga, vidros de conservas, tacho de alumínio, termômetro de 0° a 250°C., sacarômetro de Brix de 0 a 30, alcoômetro de Gay Lussac, baldes, escova para garrafas etc.

Corte, Costura, Trabalhos de Agulhas, Vestuário e Roupas de Casa:

Amostras de tecidos diversos, livros de corte e costura, modelos, moldes, manequim, tesouras, fitas métricas, giz, carretilhas, régua, dedais, agulhas, alfinetes, bastidores, serzidores, linhas diversas, agulhas de tricô e crochê, tábua de passar, ferro de engomar, máquina de costura.

Trabalhos de madeira:

Banco e caixa de ferramentas, esquadros, régua, lápis, serrotes, plainas, limas, torquês, alicates, verrumas, arcos de pua, chaves de fenda, tornilhos, martelos etc.

Potes para cola e caldeirazinha, pincéis, tintas, corantes, óleos etc.

Ainda em relação a trabalhos manuais, deverá haver material variado de acôrdo com a matéria prima existente em cada região, tal como: fibras, couros, contas, côcos, fôlhas, corantes, conchas, fios etc.

Com referência às indústrias caseiras e rurais, será aproveitada o mais possível a produção da região e especialmente, a doméstica (hortas, pomares, criação), para conservas, vinhos, vinagres, geropigas etc.

SETOR DE SAÚDE

Objetivos:

Quanto à comunidade: 1) Formar uma consciência sanitária coletiva resultante da compreensão dos problemas de saúde e capaz, portanto, de tornar cada membro da comunidade rural um disseminador convicto das práticas de higiene.

2) Difundir os conhecimentos de higiene indispensáveis à preservação e à manutenção da saúde, salientando a aplicação desses conhecimentos como melhores armas para a sua defesa. Estimular a aquisição de hábitos sadios.

3) Alertar a comunidade para os problemas sócio-médico-sanitários locais, despertando-lhe a responsabilidade em face dos mesmos e mostrando o valor da cooperação na sua solução.

4) Instruir a comunidade nos benefícios que pode auferir de organizações médico-sociais públicas ou privadas existentes na região ou de âmbito nacional.

5) Destacar o valor sócio-econômico da saúde de cada membro da comunidade como expressão de progresso e fator de felicidade do povo.

Quanto à família: 1) Chamar a atenção para a importância e o valor da saúde física e mental como condição básica de bem-estar e prosperidade no lar.

2) Salientar o papel relevante da mulher na preservação da saúde e na manutenção de um ambiente de paz no meio familiar.

3) Preparar a família para abordar inteligentemente os problemas surgidos com a doença, valendo-se tanto quanto possível de seus próprios recursos e energias.

4) Desenvolver nas famílias o espírito de cooperação, evidenciando o valor da ação conjunta na solução dos problemas comuns, organizando clubes de saúde e outras instituições que correspondam a uma necessidade geral.

5) Ministras certas técnicas de enfermagem e tratamento aplicáveis no lar.

Quanto ao indivíduo: 1) Salientar o capital inestimável que representa a saúde para o indivíduo e sua responsabilidade quanto às conseqüências no seio da família e da comunidade.

2) Desenvolver no individuo um espirito de receptividade à incorporação consciente de hábitos sadios de vida.

3) Instruir o individuo no conhecimento e observância das regras de higiene e familiarizá-lo com as instituições médico-sociais existentes na comunidade.

4) Estimular no individuo a confiança em si mesmo, tornando-o apto a enfrentar os problemas surgidos com a doença.

5) Destacar a importância da participação de cada individuo na vida sócio-médico-sanitária da comunidade, dentro de suas possibilidades e esfera de ação.

Programa:

Deverá compreender assuntos relativos a:

Saúde Pública: — A higiene da comunidade, focalizando, de preferência, os problemas mais agudos em relação ao solo, água, ar, clima, alimentação, habitação, doenças transmissíveis, doenças contagiosas de caráter crônico, planos para um programa de saúde da comunidade.

Higiene individual: — conforme as oportunidades verificadas, serão abordadas questões relativas à hereditariedade, fases da vida, higiene pré-natal, natal, neo-natal, higiene pré-escolar, escolar, do adolescente, higiene do trabalhador muscular e intelectual, higiene mental, nutrição, vestuário, respiração, circulação, eliminação, órgãos dos sentidos, sistema nervoso, aparelho genital, educação sexual.

Primeiros socorros: — deverão ainda ser destacados nesse programa, pela sua importância e constante aplicação no meio rural, conhecimentos relativos aos "primeiros socorros", em casos de: corpos estranhos na garganta, nas fossas nasais, nos olhos, nos ouvidos, doença da pele, lipotímia, vertigem, síncope, colapso, coma, choque, queimaduras, asfixia, hemorragias, envenenamentos, traumatismos, fraturas, vômitos, insolação e intermação, dispnéia, convulsões, mordeduras de animais e picadas de insetos, doses, prevenção de acidentes.

Enfermagem do lar: — Devem ser incluídas noções de “enfermagem do lar”, compreendendo, entre outros, os seguintes temas: camas, banhos e abluções, meios de proporcionar conforto a um doente, temperatura, pulso, respiração, esterilização, preparo de material, soluções, administração de medicamentos, aplicação de injeções, lavagem intestinal, clister, revulsivos (cataplasma, envoltórios etc.), curativos. São ainda indispensáveis noções práticas de “enfermagem obstétrica”, visando proporcionar certos conhecimentos básicos às parteiras práticas que exercem tão grande ação no meio rural.

Campanhas: — Como parte do programa, serão realizadas “campanhas” diversas que deverão contar com o concurso de todos os membros da equipe na preparação psicológica do meio. Poderão versar sobre: saneamento do meio, profilaxia das doenças transmissíveis, combate às endemias rurais, luta contra as doenças sociais, disseminação de privadas higiênicas, amparo à maternidade e à infância, atenção às necessidades dos pré-escolares e escolares, modificação no regime alimentar etc. Essas campanhas deverão ser realizadas com a participação ativa da comunidade, em todas as suas fases, desde a sua preparação, para que haja uma tomada de consciência por parte da população relativamente ao assunto em foco, real interesse no seu desenvolvimento, e êxito no resultado final.

Equipamento:

O equipamento a ser empregado deverá constar do material indispensável a aulas de enfermagem, bem como outras atividades que se fizerem necessárias, inclusive à instalação de serviços de emergência, devendo ser levado em consideração o fato de não existir, muitas vezes, nas zonas rurais, material de espécie alguma com que se possa contar.

Assim, deverá ser providenciado:

Material esmaltado: — bacias, depósitos oblongos com tampa, baldes e jarros etc.

Material de borracha: — saco de água quente, saco de gelo, borracha para soro, para irrigador, impermeável etc.

Instrumentos cirúrgicos: — pinças diversas, pean, anatômica, Kacher, dente de rato, tesouras diversas etc.

Material de vidro: — cálices graduados, funis, seringas e tubos etc.

Material diverso: — agulhas de injeção, pipos, algodão, gase, fios diversos, soluções e medicamentos indicados à região.

SETOR DE SERVIÇO SOCIAL

Objetivos:

Em relação à comunidade: — 1). Formação de uma mentalidade baseada nas responsabilidades dos cidadãos, dos grupos e das instituições, tendo em vista o bem-estar da comunidade;

2). Incentivo à formação de hábitos sociais sadios e de atitudes construtivas;

3). Estudo do meio, para compreensão dos problemas e necessidades da comunidade — nas diferentes ordens e aspectos da sua vida — e orientação e encaminhamento das soluções adequadas;

4). Mobilização dos recursos do meio — materiais, institucionais e humanos — para que seja atingida uma melhoria geral nas condições de vida;

5). Articulação e desenvolvimento das instituições existentes, a fim de que melhor realizem suas finalidades, correspondendo aos interesses e necessidades verificados;

6). Estímulo à organização de novas instituições ou de grupos (centros sociais, conselhos, associações, clubes etc.) que respondam aos interesses dos membros da comunidade;

7). Preparação psicológica do ambiente para que haja participação dos elementos do meio nas atividades que visem melhores condições de vida na comunidade.

Em relação à família: — 1). Fortalecimento da vida familiar e preservação dos seus valores espirituais e materiais;

2). Orientação e preparação da família, a fim de capacitá-la para influir nas questões ligadas à educação, aos costumes, à economia, ao trabalho, e à vida social;

3). Promoção de medidas que visem beneficiar a família em todos os sentidos, para que não sofra em sua estrutura e estabilidade e proporcione segurança e bem-estar aos seus membros;

4). Orientação e ajuda na solução de problemas familiares em qualquer ordem que se manifestem.

Em relação ao indivíduo: — 1). Orientação quanto aos direitos e deveres de cidadãos e de membros da comunidade;

2). Orientação quanto a deveres e direitos específicos decorrentes da situação particular de cada um — chefes ou membros de uma família, autoridade, trabalhador, dirigente ou membro de grupo etc;

3). Preparação individual para organizar, dirigir ou participar de grupos, associações, clubes, instituições etc.;

4). Incentivo ao desenvolvimento das capacidades individuais e promoção de recursos para esse fim;

5). Orientação e ajuda na solução de problemas individuais de ordem pessoal ou relacionados com a vida familiar, profissional ou social.

Programa:

Realização de pesquisas e inquéritos sociais para conhecimento do meio e posterior ação corretiva ou construtiva, visando condições gerais da comunidade ou situações particulares, tais como, condições do ensino, situação da família rural, a lei e sua aplicação no meio rural, condições do trabalho, níveis de vida etc.

Esclarecimento e formação da opinião pública, através dos diferentes meios de difusão — rádio, imprensa, palestras etc — quanto aos problemas e assuntos relacionados com a vida da comunidade, tais como: a vida cívica, o papel das instituições, a função social da família, problemas econômicos, sanitários, educacionais, políticos etc.;

Contacto com os dirigentes das instituições locais (benéficas, educacionais, recreativas, culturais etc), no sentido de sugerir a ampliação ou melhoria das suas atividades segundo as necessidades do meio;

Contacto com as autoridades e líderes da comunidade para sugerir a articulação dos serviços e a criação de novos recursos que proporcionem condições mais satisfatórias de vida familiar e social e tornem mais fácil e atrativa a vida do campo, tais como: atividades recreativas e culturais, bibliotecas, associações e clubes de adultos, de jovens e de crianças, sociedades cooperativas ou outra forma de associações econômicas e de auxílio mútuo etc.;

Cursos e palestras sôbre assuntos específicos de interêsse de grupos particulares;

Cursos e palestras para professôres, visando novos meios de vitalizar e de tornar o ensino mais dinâmico e mais adequado ao meio rural, bem como proporcionar-lhes certos recursos para a organização de atividades extra-escolares, tais como: clubes e bibliotecas escolares, museus, teatro infantil, jornal escolar, pequenas artes plásticas, música, práticas agrícolas etc.;

Preparação de pessoas ou de grupos para liderar certas atividades ou cooperar nas diferentes iniciativas da comunidade (assistenciais, educacionais, recreativas, econômicas etc.);

Organizar, eventualmente, um serviço para tratamento social de casos individuais e familiares.

Equipamento:

Biblioteca: — para crianças, jovens e adultos, compreendendo livros didáticos e recreativos.

Material pedagógico: — compreendendo, o quanto possível, aqueles elementos que faltam por completo às escolas do meio rural, tais como: mapas diversos, quadros para ensino de linguagem, história, ciências naturais etc., globo, sólidos geométricos, bandeiras, quadros-negros, giz em cores, cartazes etc.

Material para recreação: — infantil e de adultos, compreendendo: coleções de jogos educativos; jogos recreativos, tais como: quebra-cabeças diversos, damas, gamão, xadrês chinês, ping-pong, croquet de jardim etc.

Material para a prática de esportes: — tal como: voleibol, basquete etc.

Instrumentos musicais: — para bandinha infantil

Ferramentas e instrumentos: — para pequenos ofícios (carpintaria, marcenaria etc.).

Material para trabalhos manuais como: — desenho, artes plásticas em geral.

Material para teatro infantil: — máscaras, fantoches; coleção de peças etc.; para jornal (jornal mural etc.).

Material de escritório para utilização específica, tal como: — pastas, fichas diversas, indicadores, fichários etc.

CAPÍTULO XII

ALGUMAS SUGESTÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL RURAL

Considerando as analogias existentes entre os objetivos do trabalho desenvolvido pela 1ª Missão Rural e as incumbências que o futuro Serviço Social Rural deverá ter, julga-se um dever apresentar algumas sugestões decorrentes da experiência realizada em Itaperuna e que poderão servir de subsídio ao planejamento daquele Serviço.

A modalidade de trabalho levado a efeito pelos técnicos da 1ª Missão poderá enquadrar-se dentro das possíveis formas de atuação do S.S.R., uma vez que provou se adaptar à realidade rural brasileira.

Ambito de ação

Torna-se indispensável, inicialmente, precisar o campo de ação do S.S.R., definindo-se de maneira exata o que deverá ser considerado como "rural", tendo em vista a existência do Serviço Social da Indústria e do Serviço Social do Comércio.

Cêrca de 70% da população brasileira — o que corresponde a mais de 30 milhões de pessoas (censo de 1950) — vive ora em núcleos de menos de 1.000 habitantes ou dispersa pelo território nacional. Fácil será, pois, avaliar as dificuldades que terá de enfrentar o S.S.R., levando em conta a extensão do seu campo de atividades e o número daqueles que serão seus beneficiários — total superior aos do SESI e do SESC considerados em conjunto.

Cumprе ainda salientar que o Serviço Social Rural deverá resistir à tendência generalizada de se localizarem os serviços nas cidades, uma vez que êle se destina exclusivamente ao meio rural.

Sua função será a de *ir ao encontro* dos que vivem no campo, sem esperar que êstes venham a êle, o que seria impraticável para os que residem na roça.

Prioridade nas áreas de ação

Na impossibilidade do S.S.R. atingir simultâneamente tôdas as zonas rurais do país, torna-se imprescindível sejam selecionadas determinadas áreas para início de atuação. O território rural brasileiro apresenta grande diversidade de situações. O seu estudo revela a existência de regiões que já alcançaram, em épocas anteriores, um grau de desenvolvimento econômico-social muito superior ao atual. São as regiões *decadentes*. Estas, portanto, seriam objeto de um trabalho de *recuperação*. Outras se encontram ainda quase em estado primitivo, não tendo acompanhado a evolução que se processou à sua volta. São as regiões *sub-desenvolvidas* ou *atrazadas*. Estas seriam objeto de um trabalho de *desenvolvimento* econômico-social.

Um terceiro caso pode ainda ser encontrado: o das regiões em pleno desenvolvimento, mas que, por circunstâncias diversas, apresentam ou possam vir a apresentar um crescimento desordenado ou unilateral, com prejuízos evidentes para a sua população. Estas regiões seriam objeto de um trabalho de *orientação*, de *retificações*, e de *estímulo* às formas racionais de vida econômico-social.

A escolha, para início de atuação do Serviço Social Rural, poderia recair sôbre um ou outro dêsses três tipos de zonas rurais ou sôbre mais de um, simultâneamente, conforme fôsse revelado de maior interêsse do ponto de vista nacional.

Cumprê, entretanto, assinalar que há em andamento no País algumas iniciativas — particulares e oficiais — de serviços sociais no meio rural. Representam elas valiosa experiência que será conveniente seja integralmente aproveitada pelo S.S.R. Nesse sentido, seria mesmo de seu interêsse uma articulação de atividades. Tal entrosamento deveria também estender-se às entidades que desenvolvem programas específicos no meio rural.

Assim, não só será evitada a duplicidade de ação e o desperdício de esforços e de recursos, como ainda, no caso daquelas

iniciativas locais, o Serviço Social Rural já teria pontos de partida para o desenvolvimento do seu plano de trabalho. Recomenda-se, portanto, como medida de ordem prática, a inclusão daquelas áreas (já com início de trabalho) entre o número das escolhidas para comêço de atuação do Serviço Social Rural.

Estrutura do Serviço Social Rural

Destinando-se a atuar em áreas rurais que apresentam diversidade acentuada de condições, sob qualquer ângulo que sejam encaradas, deverá o Serviço Social Rural caracterizar-se por uma grande flexibilidade no seu funcionamento. Daí a necessidade imperiosa de uma estrutura que possibilite a adaptação dos serviços às diversas situações que se apresentarem.

A sua administração deverá ser, o quanto possível *descentralizada*, especialmente para efeito de execução do trabalho.

Recomenda-se, por isso, que ao órgão central sejam afetas apenas a orientação e a coordenação das atividades, o que é suficiente para assegurar a desejada unidade de ação no plano nacional.

Aos órgãos locais, caberá a execução, porém, na forma que o meio indicar, fugindo à regra geral da padronização. Somente assim será garantida a perfeita adaptação dos serviços à realidade local, obedecendo às diferenciações existentes em cada área.

A diversidade nas formas concretas de prestação dos serviços será o sinal distintivo do Serviço Social Rural, a demonstração da sua plasticidade, adaptando-se às peculiaridades de cada meio, à psicologia e ao modo de ser dos elementos a que se destina.

Natureza dos serviços

Em face das condições de pauperismo que reina em quase todo o meio rural brasileiro, haverá uma forte inclinação para que sejam desenvolvidos pelo Serviço Social Rural de preferência serviços assistenciais. Estes serão inevitáveis, é evidente, mas se torna necessário destacar, sobretudo, o aspecto educativo na atuação do Serviço Social Rural. Este deverá promover, concomitante-

mente, serviços assistenciais e serviços educativos; naqueles, porém, deverá ser sempre considerado o aspecto educacional. Somente por este meio se conseguirá realizar a educação das populações rurais em bases sólidas.

Os serviços assistenciais de caráter paliativo deverão ser sistematicamente evitados. Ao passo que os serviços *preventivos* deverão ter lugar importante nos programas de ação do Serviço Social Rural, a par daqueles especificamente *construtivos* — que representam um real valor para a elevação dos níveis de vida das populações rurais.

Modalidades de ação

Nas condições reinantes no meio rural, terá pouca probabilidade de êxito um serviço que atenda isoladamente determinada classe ou classes da população. As deficiências são tão acentuadas e gerais que o beneficiamento de apenas uma parte do elemento humano criaria graves problemas de caráter social.

O funcionamento de serviços que se destinem indistintamente a toda comunidade é o mais indicado para o meio rural.

Não será suficiente, porém, que toda a população em determinada área seja atingida pelos benefícios do Serviço Social Rural. Este deverá promover a participação ativa dos membros da comunidade, para que eles cooperem eficazmente e assumam a sua parte de responsabilidade na realização do bem-estar geral.

Assim, a atuação do Serviço Social Rural se fará na forma de "trabalho de comunidade" e suscitando a iniciativa dos elementos locais para que tomem parte, não como pacientes, mas como *agentes*, nos seus programas de atividade.

Pessoal técnico

O pessoal técnico terá a seu cargo a execução das atividades assistenciais e educativas do Serviço Social Rural.

Estando o êxito do Serviço Social Rural condicionado ao pessoal com que contar, chama-se a atenção para a gravidade desse problema, não só pela carência existente no país de pessoal qualificado, mas também pela deficiência no preparo. Tendo

em vista o vulto e a responsabilidade das tarefas do S.S.R., serão abordados alguns aspectos dessa questão.

1 — Seleção

É imprescindível, para a seleção, considerar os seguintes requisitos:

- a) qualificação profissional correspondente à função a desempenhar (diploma);
- b) experiência profissional em meio rural ou admissão condicionada a estágio prévio no meio rural;
- c) aptidões especiais para trabalho educacional;
- d) idoneidade moral;
- e) boas condições de saúde.

2 — Recrutamento

Deverão ser recrutados de preferência:

- a) técnicos em exercício nas áreas de atuação do Serviço Social Rural;
- b) elementos do meio rural que, embora não apresentando a qualificação profissional requerida, sejam capazes de assumir certos encargos, após preparação especial;
- c) pessoal qualificado ou não, já exercendo atividades em serviços sociais rurais.

3 — Preparação

a) todo pessoal do Serviço Social Rural, técnico ou burocrático, deverá passar por um período de orientação, maior ou menor, segundo as atribuições que lhe forem conferidas. Esta recomendação tem em vista integrar o pessoal no espírito, nos métodos e técnicas do Serviço Social Rural.

b) o Serviço Social Rural promoverá, para efeito de preparação específica de seu pessoal técnico, os seguintes meios:

- cursos intensivos;
- estágios de observação ou de participação em serviços já em funcionamento;

- seminários e mesas redondas;
- visitas de observação, etc..

Para êste fim promoverá:

- centros regionais ou locais de treinamento;
- articulação com instituições que já realizem preparação de pessoal ou possibilitem essa preparação.

4 — *Categorias de pessoal técnico*

a) o Serviço Social Rural comportará diferentes categorias profissionais, segundo as diversas atividades que deverá desenvolver, conforme está expresso na Lei;

b) é fundamental a presença simultânea de elemento masculino e feminino em todo o trabalho de campo do Serviço Social Rural.

5 — *Provimento de cargos*

a) todos os cargos técnicos deverão ser ocupados por profissionais das respectivas especialidades;

b) quando a necessidade exigir a presença nesses cargos de elementos não profissionais, o seu provimento se fará em caráter precário;

c) tôdas as funções técnicas exercidas por elementos não profissionais deverão estar sujeitas à supervisão de técnicos das respectivas especialidades;

d) o número e categorias de pessoal técnico do Serviço Social Rural deverá estar condicionado ao desenvolvimento de seu programa:

6 — *Horário e remuneração*

a) o pessoal técnico permanente do Serviço Social Rural deverá funcionar em regime de *tempo integral*, devendo, por conseguinte, receber remuneração condizente que dispense a procura de outra ocupação;

b) o Serviço Social Rural poderá comportar os serviços de técnicos em tempo parcial, em condições particulares no plano local, mediante contrato de serviço;

c) comportará ainda a colaboração eventual para o desempenho de tarefas específicas.

7 — *Constituição dos órgãos*

Os órgãos dirigentes no plano nacional e estadual deverão ser integrados também por técnicos (de diferentes especialidades) com experiência do meio rural e visão objetiva de seus problemas atuais.

Material

Deverá o Serviço Social Rural providenciar, como elemento indispensável à execução dos programas de educação o preparo de material adequado às zonas rurais brasileiras (filmes, diafilmes, "slides", cartazes, folhetos, maquetes, etc.). Este aspecto é importante, devido à escassês deste material em qualidade e quantidade, não atingindo o mesmo às necessidades mínimas do meio rural.

APÊNDICE

INAUGURAÇÃO DO «CENTRO SOCIAL RURAL DE SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES»

Com a inauguração do Centro Social Rural de Santo Antônio dos Milagres", em 28 de junho do corrente ano, viram-se coroados de êxito os esforços da população de Patrimônio de São José e do próprio Ministério da Agricultura.

Entra, assim, em funcionamento, o primeiro Centro Social Rural cujos serviços técnicos trarão à população daquela região do município de Itaperuna os benefícios de que tanto carece.

Encontram-se tôdas as dependências devidamente equipadas com material médico, agrícola, de economia doméstica, de recreação e de educação em geral, fornecido pelo Ministério da Agricultura por intermédio do Serviço de Informação Agrícola.

O pessoal técnico, que terá sob sua responsabilidade a execução dos programas educacionais e assistenciais, consta de: um médico nomeado pelo Estado e uma enfermeira diplomada, que já se encontram em função no local, ambos coordenados com o médico chefe do Distrito Sanitário IV, que atuará como orientador do Serviço Médico dos Centros Sociais Rurais de Itaperuna; uma professora com o curso de Serviço Social, que será o elemento residente na comunidade e que se responsabilizará pelas atividades da sua especialização, bem como pelo movimento geral do centro. Os serviços do Setor Agrícola se desenvolverão através de técnicos de repartições federais e estaduais sediados no município. As atividades domésticas estarão a cargo de elementos contratados dentro e fora do município.

O Ministério da Agricultura, por intermédio de técnicos da Primeira Missão Rural, que desde o início atuam em Itaperuna, continuará a manter contacto com o Centro, dando-lhe a supervisão e a assistência que ainda se fizerem necessárias.

A inauguração do Centro esteve, tanto em sua organização, como na realização, quase que sob exclusiva responsabilidade da diretoria. Por esta convidados, pessoalmente e por carta, compareceram autoridades federais, estaduais, municipais e grande número de pessoas, não só das vizinhanças e de outros distritos, como da própria cidade de Itaperuna, numa demonstração confortadora de que a zona rural estava, por fim, se projetando no interesse dos que vivem na cidade. Foram inúmeros os comentários, quer por parte das moradores da roça, que se mostravam encantados pelas possibilidades que se lhes apresentavam de educação e de assistência, quer por parte dos elementos da cidade, vendo, com surpresa, uma realização útil e de aspectos inéditos no meio rural.

Os primeiros frutos começam a aparecer. Novo estímulo surgiu para a população de Boa Ventura, no sentido de dar um impulso na construção da sua sede, já em andamento, a fim de poder o Centro ser inaugurado dentro de um mês. Da mesma forma em relação aos proprietários e moradores de uma fazenda localizada no primeiro distrito e que desde o ano passado fundaram uma associação idêntica à de N. S. da Penha, e com os mesmos objetivos. Presentes à festa de instalação, vendo já ali concretizada a idéia do Centro, manifestaram-se ansiosos por vêr o mesmo realizado em seu próprio benefício, declarando-se dispostos a apressar o movimento local.

No ato da inauguração usaram da palavra vários oradores, salientando o seu significado e o alcance da instituição que marcaria o início de uma nova vida para aquela comunidade e um exemplo para as demais. Foi enaltecido o esforço da população e destacado o valor da iniciativa privada e articulada com os Poderes Públicos na realização de uma obra de alto sentido social em benefício das populações rurais.

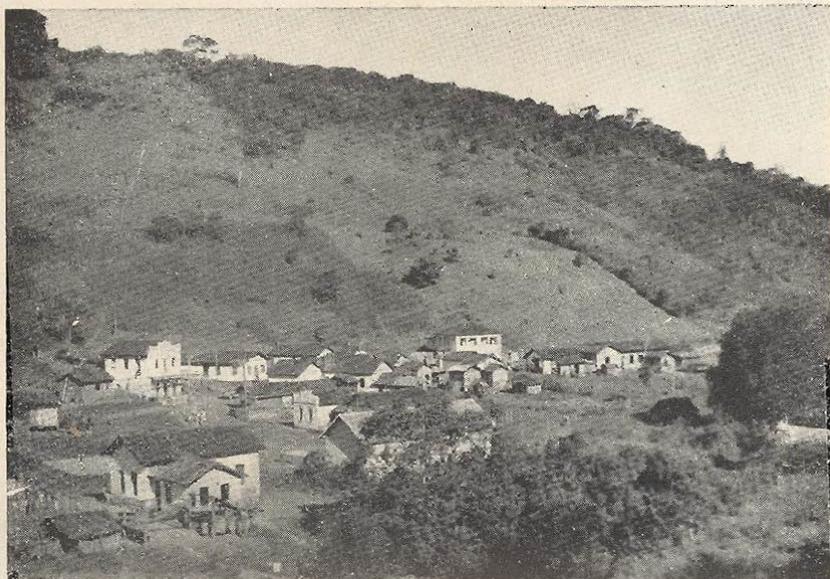


Foto 70 — Vista geral do povoado de Patrimônio de São José, Distrito de N. S. da Fenha, Município de Itaperuna. Nesta pequena comunidade foi inaugurado, em junho de 1952, o 1.º Centro Social, fruto do trabalho succitado pela equipe que constituiu a 1.ª Missão Rural de Educação.



Foto 71 — Parte da assistência à inauguração do "Centro Social Rural de Santo Antônio dos Milagres", em 28 de junho de 1952.



Foto 72 — Fachada principal do “Centro Social Rural de Sto. Antônio dos Milagres”, construído pelos esforços da população local, em colaboração com o “Serviço de Informação Agrícola”, do Ministério da Agricultura.

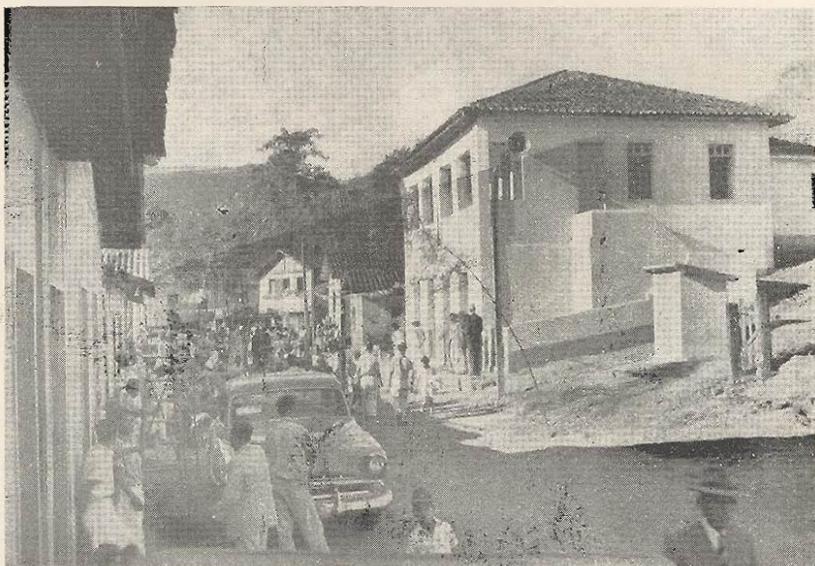


Foto 73 — Vista lateral do “Centro Social Rural de Sto. Antônio dos Milagres”, no dia de sua inauguração. No primeiro plano, destaca-se o poço coberto, para abastecimento de água.

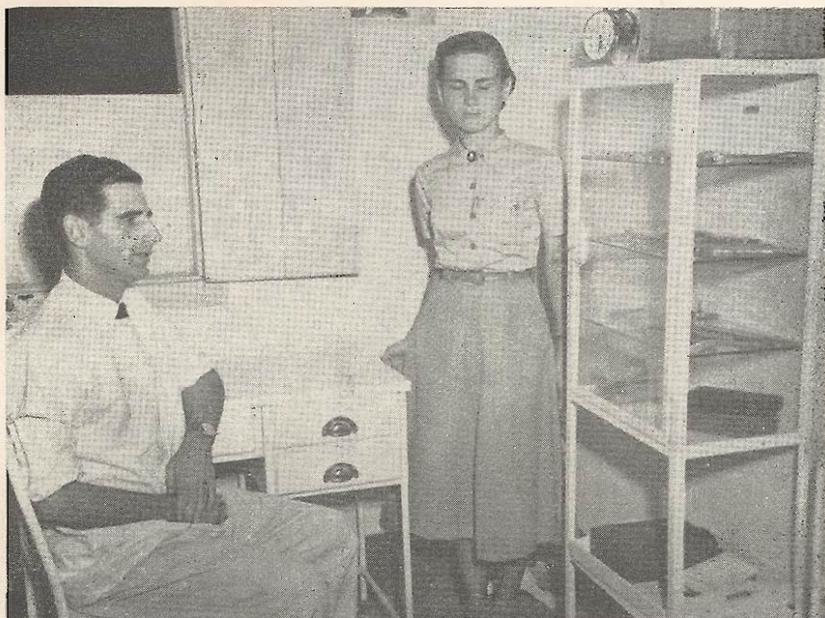


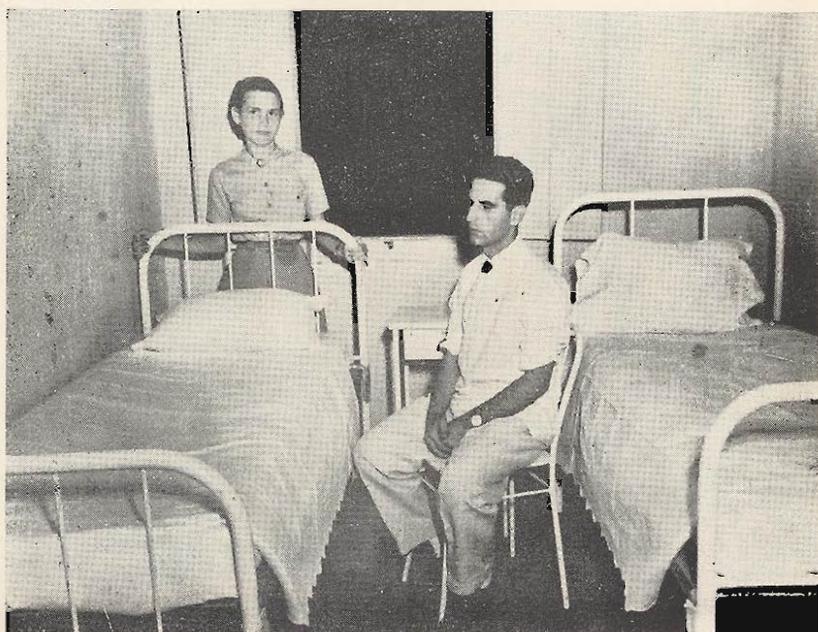
Foto 74 — “Centro Social Rural de Sto. Antônio dos Milagres”. Detalhe do consultório médico, vendo-se o médico e a enfermeira já designados para atender, em caráter permanente, aos trabalhos relativos ao Setor de Saúde.

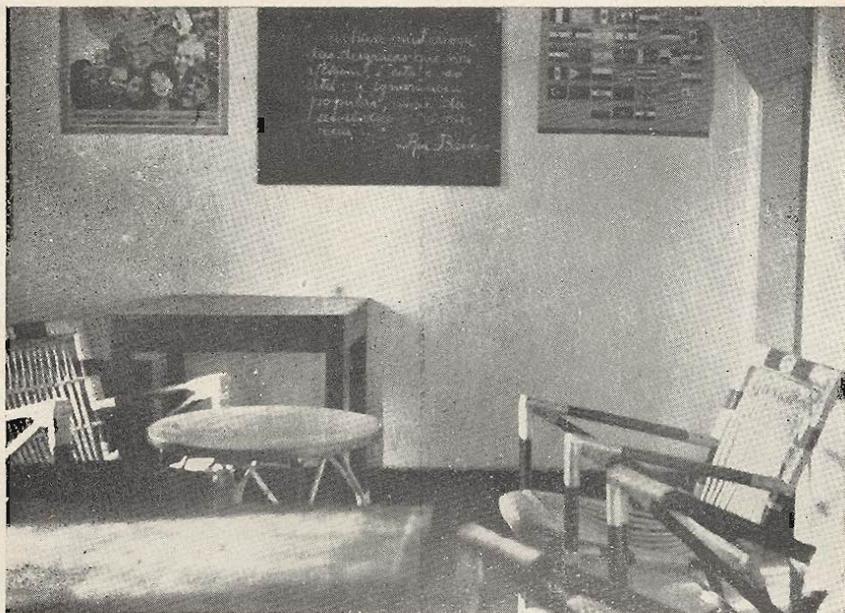


Foto 75 — Aspecto da sala destinada ao depósito de material mínimo necessário à prestação de serviços médicos do “Centro”.



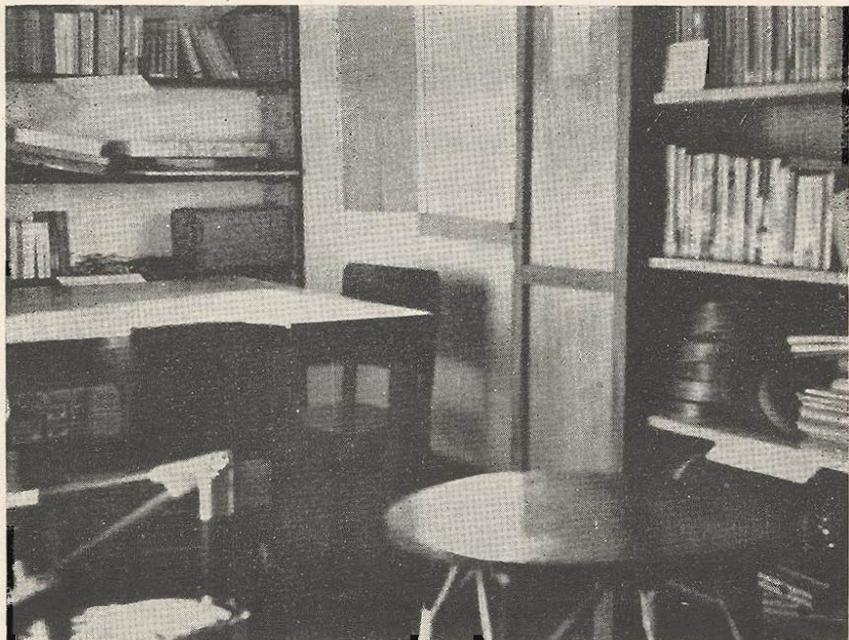
Fotos 76 e 77 — Outros aspectos das instalações do Setor Médico do “Centro Social Rural de Santo Antônio dos Milagres”. Ao alto, detalhe da sala da pequena maternidade; em baixo, a enfermaria.



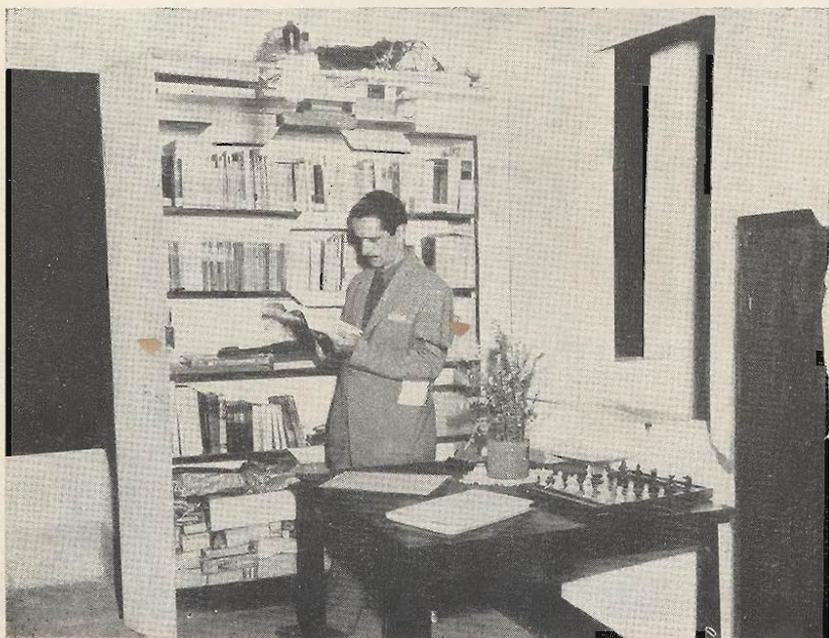


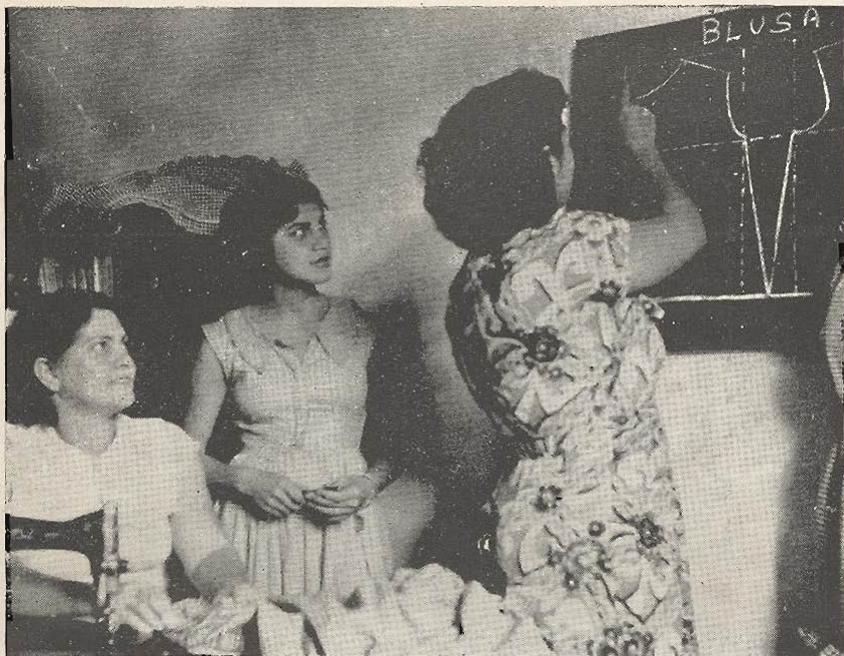
Fotos 78 e 79 — Sala onde funciona o Setor de Serviço Social, e crianças que tomaram parte no programa das festas de inauguração do “Centro Social Rural de Sto. Antônio dos Milagres”.



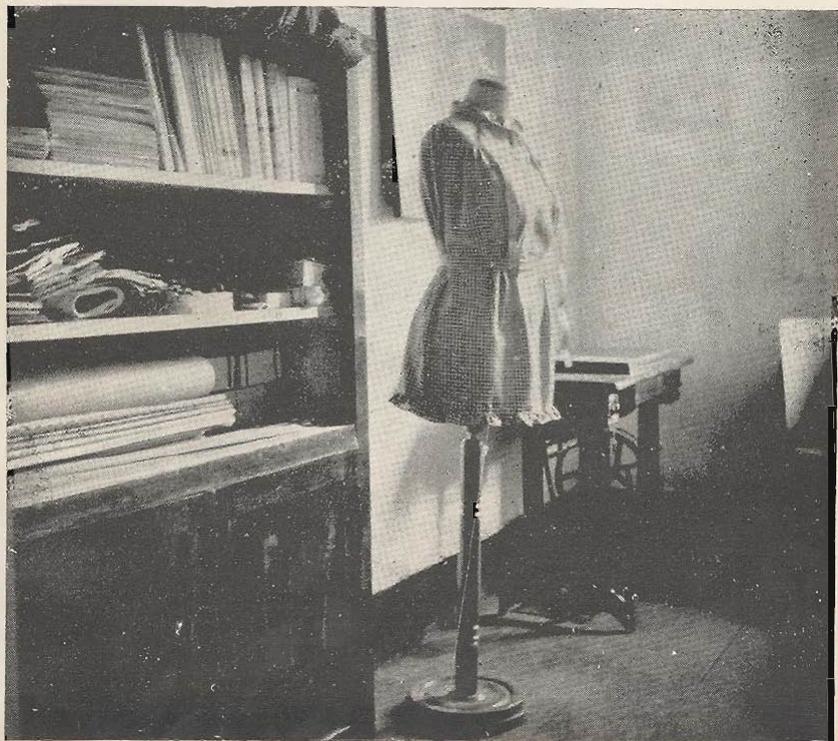


Fotos 80 e 81 — Biblioteca do Setor de Serviço Social do Centro, franqueada ao público. Aliás, cada Setor dispõe de pequena biblioteca especializada.





Fotos 82 e 83 — Aspectos da sala destinada às atividades do Setor de Economia Doméstica.



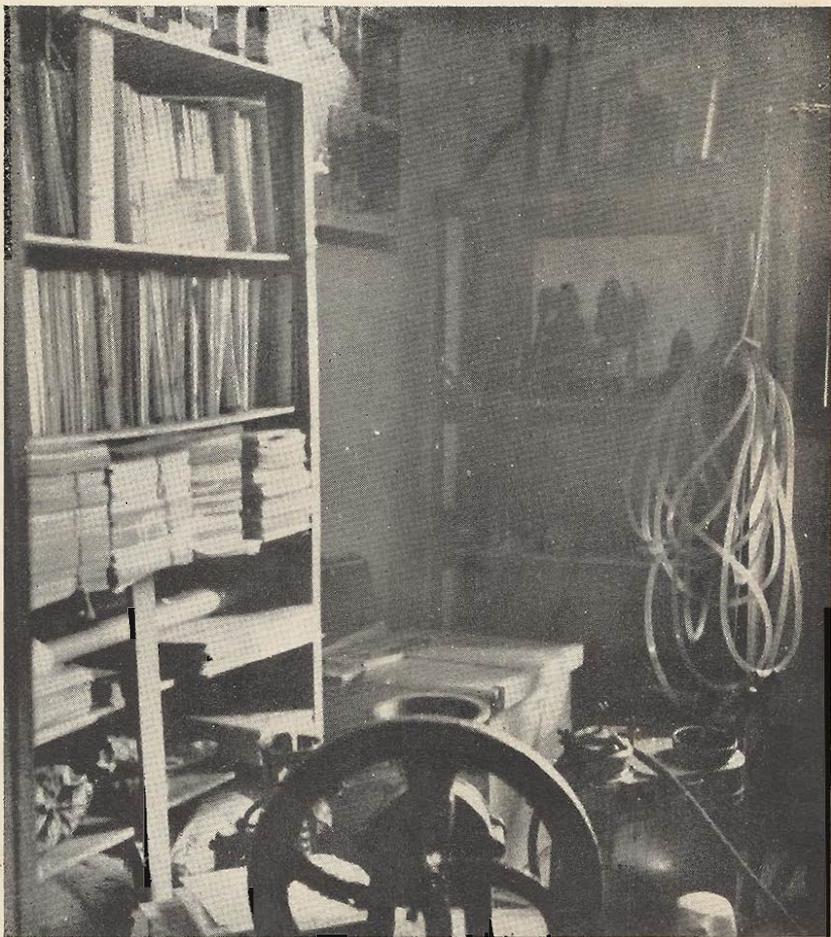


Foto 84 — Ângulo da sala do Setor Agropecuário, na qual ficam em permanente exposição plantas para construções, máquinas e ferramentas agrícolas.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir o presente relatório e após inaugurado o "Centro Social Rural de Santo Antônio dos Milagres", primeiro generoso fruto do trabalho a que se dedicou, a equipe da 1ª Missão Rural de Educação sente-se sob o dever de aqui externar o seu mais profundo agradecimento àqueles — pessoas e instituições privadas e oficiais — que, de qualquer modo, mesmo com o simples aplauso, lhe prestaram inestimável colaboração.

E esse dever torna-se imperativo, de maneira tãda particular, ao manifestar seu reconhecimento ao Dr. José Irineu Cabral, Diretor do Serviço de Informação Agrícola e Coordenador dessa 1ª Missão Rural de Educação, pelo seu esclarecido apôio e inabalável confiança nos resultados do trabalho iniciado, sem os quais não poderia ter levado a bom tẽrmo a tarefa que lhe foi traçada.

BRASIL

RIO DE JANEIRO

AV. HENRIQUE VALADARES, 145

GRÁFICA GUARANY LTDA.